



Do Activismo à Indiferença

**Movimentos
estudantis
em Coimbra**

Elísio Estanque
Rui Bebiano

ICS

Do Activismo à Indiferença **Movimentos estudantis em Coimbra**

Elísio Estanque
Rui Bebiano

ICS - 2007

Índice

Nota de Apresentação

Introdução

I PARTE. Entre a tradição e a mudança: o meio estudantil em Coimbra nos anos 60

1. Introdução

2. Tradição e lutas estudantis

3. As lutas dos anos 1960-1970

4. A ligação à cidade

5. A mulher e a universidade

6. Consumos culturais e recusa da indiferença

7. Os estudantes e o combate político

II PARTE. Tendências recentes: recomposição social, práticas e representações

1. Introdução

2. A Universidade portuguesa e a recomposição

social nas últimas décadas

3. Caracterização da população estudantil – origens geográficas e de classe

4. Práticas culturais e de lazer dos estudantes

Actividades de lazer

Consumos culturais e de lazer, segundo o sexo

Consumos culturais e de lazer, segundo as áreas de formação dos estudantes

Consumos culturais e de lazer, segundo a origem geográfica dos estudantes

5. A praxe e as festas estudantis

Contextualização histórica

Os contornos actuais das festas estudantis

Atitudes perante a praxe e os rituais académicos

A praxe e as Repúblicas estudantis

6. Representações estudantis e memória dos anos 1960s

Orientações perante a vida

Representações sobre a sociedade e as instituições

Práticas associativas e atitudes perante a AAC

A memória dos movimentos estudantis dos anos 1960-1970s

Conclusões

Bibliografia

Nota de Apresentação

Este livro resulta do projecto transdisciplinar «*Culturas Juvenis e Participação Cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos*», desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, entre 2003-2006, e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref^a POCTI/SOC/45489/2002).

O projecto teve a participação de Alexandra Silva e Hugo Dias, bolseiros de investigação da FCT. Colaboraram também, em iniciativas que com ele se relacionaram, Maria Manuela Cruzeiro, Miguel Cardina, Luísa Tiago Oliveira e Marcos Mesquita. Foram essenciais os apoios institucionais do Centro de Documentação 25 de Abril, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e da Reitoria da Universidade de Coimbra.

Introdução

Cerca de duas décadas após o 25 de Abril de 1974, era ainda muito limitada, em Portugal, a consideração do movimento estudantil e da condição social e cultural do estudante universitário como objecto de investigação e como motivo para estudos fundamentados. Parecia que as análises nesse domínio desenvolvidas por Adérito Sedas Nunes e pela sua equipa não haviam deixado rasto e que a observação do universo estudantil se deveria remeter aos trabalhos no campo da história e das ciências da educação, aos relatórios estatísticos publicados pelos sucessivos governos, a posições pontuais dos partidos políticos e a um ou outro texto de carácter essencialmente nostálgico e memorialista. Fora destes campos, apenas a comunicação social se preocupava em recordar uma ou outra efeméride relacionada com um movimento transformado em “objecto de museu”, ou então, quando as circunstâncias o exigiam, em dar alguma visibilidade a protestos pontuais dos universitários.

Terá sido a transformação brutal operada no sistema universitário com a emergência e o rápido alargamento do ensino privado, produzindo uma nova realidade sociológica e cavando contradições cujas ondas de choque ainda hoje nos chegam, a chamar a atenção de outras áreas das ciências sociais e humanas, como a sociologia e a história. Surgiram então, nestes domínios disciplinares, os primeiros estudos sistemáticos, destinados a observar o universo estudantil universitário como área autónoma, com as suas dinâmicas próprias e grande notoriedade social. Ao mesmo tempo, começou a perceber-se – em articulação com o desenvolvimento de estudos produzidos

internacionalmente sobre este problema, particularmente numerosos e notáveis no domínio da produção científica anglo-saxónica – o carácter limitado das apreciações que olhavam o passado do movimento estudantil mais numa tentativa de menosprezar as novas tendências, comparando-as negativamente com alguns momentos do combate estudantil considerados paradigmáticos, do que de entendê-las na sua diversidade, complexidade e, não temos a palavra, continuidade também.

Trabalhos como os de Celso Cruzeiro, Rui Namorado, Nuno Caiado, Álvaro Garrido, João Teixeira Lopes, José Machado Pais, da equipa do ISCTE (Fernando Luís Machado, João Ferreira de Almeida e António Firmino da Costa) ou, mais recentemente, o de Ana Drago, foram sem dúvida contributos importantes para o conhecimento histórico e sociológico desta temática, mas subsistem diversas dimensões deste fenómeno ainda por explorar. Por exemplo, não houve até agora qualquer pesquisa que se debruçasse sobre os impactos e possíveis ligações entre as experiências do movimento estudantil de períodos passados – em especial os “longos anos 60” – e as novas modalidades de acção associativa da juventude universitária dos últimos anos.

O projecto que deu origem ao presente livro visou, desde o início, alterar esta situação, promovendo uma análise fundamentada, centrada num estudo de caso localizado em Coimbra, de um conjunto de aspectos que, no domínio da análise histórica e sociológica, permitem desenvolver o conhecimento neste campo, contribuindo ao mesmo tempo para perceber alguns dos factores de continuidade transtemporal que, só por si, permitem um estudo analítico autónomo. Através dele, pretendemos recolher e analisar facetas mais escondidas, ou menos evidenciadas até agora, das lutas estudantis de há

quatro décadas, e simultaneamente perceber – através de uma abordagem que desde sempre se assumiu como crítica e comprometida, mas o mais possível objectiva e não-ideológica – até que ponto e quais os contornos que os movimentos da década de 1960 têm vindo a adquirir nas representações subjectivas da juventude universitária de Coimbra da actual geração. Procurámos, desta maneira, detectar aproximações onde até então apenas só pareciam existir fracturas, e, inversamente, captar e interpretar profundas diferenças onde, até há pouco tempo, se imaginavam sobretudo factores de tradição e de continuidade.

Este livro divide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada ao tratamento do referido período dos anos 60 (essencialmente a década de 1960, mas que se prolonga até ao 25 de Abril de 1974), e a segunda centrada na actual geração. Assuntos relacionados com os estilos de vida dos anos 60, tais como a vida boémia, a moral sexual, o conservadorismo, os inúmeros preconceitos e tabus da época, a relação entre a comunidade estudantil e a cidade, bem como a busca de alternativas e as influências exteriores de diversas correntes filosóficas e intelectuais e os consumos culturais que se inseriam naquele contexto, aparecem aqui articulados com outros temas mais abertamente de natureza sociopolítica. Entre estes, destacam-se a emancipação da mulher, as formas de acção política, o problema da guerra colonial, o radicalismo e as clivagens ideológicas entre as diferentes correntes de esquerda que penetraram o movimento. Tais aspectos são abordados de um ponto de vista histórico, mas recorrendo a ferramentas e procedimentos metodológicos (como por exemplo as histórias de vida) transversais a outras disciplinas das ciências sociais, no sentido de traçar um quadro multifacetado

dessa realidade, levando-nos a revisitar territórios que hoje tendem a esbater-se, se não mesmo a apagar-se definitivamente, da memória colectiva da actual geração de estudantes.

Na segunda parte, começa por apresentar-se a caracterização sociológica da actual comunidade estudantil, recorrendo para tal a um inquérito representativo do conjunto das faculdades da Universidade de Coimbra. Retomam-se alguns dos resultados de um inquérito anterior realizado em 2000 – que decorreu no âmbito de um outro estudo –, o que nos permite interpretar a evolução recente do corpo estudantil quer no campo das práticas, subjectividades e estilos de vida, quer quanto ao seu enraizamento geográfico e às origens de classe. Para além disso, desenvolve-se toda uma série de questões, tratadas e discutidas com base nos resultados obtidos através do inquérito aplicado em 2006-2006. Analisam-se aspectos como os consumos culturais e práticas de lazer, os níveis de participação associativa, a opinião sobre a Associação Académica de Coimbra (AAC), os hábitos de leitura, as atitudes perante a praxe e os rituais académicos, as *orientações perante a vida* (a partir de uma tipologia que será explicada no momento próprio), a importância atribuída a diversas instituições e problemas sociais, as opiniões sobre os movimentos estudantis dos anos 60, etc., aspectos que são cruzados com um conjunto de variáveis, nomeadamente a categoria sexual, as áreas de formação académica, as origens geográficas e, em certos casos, faz-se também a comparação entre os residentes nas Repúblicas e a população estudantil mais geral.

Ao longo do estudo procurou-se, sempre que possível, integrar na análise a estratégia comparativa que privilegiámos à partida, no sentido de lançar luz

sobre algumas vertentes menos conhecidas do movimento associativo e dos estudantes universitários no seu conjunto, quer no período dos anos 1960-1970, quer na actualidade.

Desta maneira, as culturas estudantis e as actividades associativas que aqui são abordadas cingem-se ao campo universitário de Coimbra, mas pretendeu-se, acima de tudo, partir desta realidade mais circunscrita para compreender algumas das importantes contradições e intensas mudanças que têm marcado a sociedade portuguesa desde meados do século XX até aos dias de hoje. Jogando a memória um papel central no imaginário das gerações e na construção identitária dos movimentos sociais, a possível ligação que as suas sucessivas representações preservam entre os activistas de ambos os períodos estudados fica aqui expressa, pelo menos nas suas tonalidades mais vincadas, ou em alguns dos vestígios que resistem ainda ao processo de fragmentação que vêm sofrendo. Ou seja, essa memória confunde-se por vezes com a sua mistificação, nomeadamente através de uma cosmética discursiva que é possível identificar no actual dirigismo associativo.

É destas questões que daremos conta no presente livro, sendo certo que, mais do que ter chegado a conclusões ou soluções “definitivas”, o que nos moveu foi sobretudo o esforço de abrir novas linhas de discussão nesta área de estudo. Esperamos ter conseguido este objectivo.

PRIMEIRA PARTE

Entre a tradição e a mudança: o meio estudantil em Coimbra nos anos 60*

* Coordenação de Rui Bebiano

1. Introdução

Um estudo recente situa nos finais do século XIX, construída a partir de ambientes essencialmente contrários, marcados pela emergência do nacionalismo ou pelo escapismo decadentista, a pré-história de uma consciência individualizada da identidade juvenil. Baden-Powell e Rimbaud enunciaram universos antagónicos, aproximados todavia pela centralidade que atribuíam à juventude como força autónoma questionadora da ordem e como factor de mudança (Savage, 2007).

Mas foi ao longo dos cerca de vinte e cinco anos que se sucederam à II Guerra Mundial que, a partir de alguns núcleos urbanos das principais áreas industrializadas das Américas e da Europa, o meio estudantil universitário se definiu como espaço nuclear de construção acelerada e de afirmação colectiva de uma nova condição e de uma nova identidade juvenil. O encontro de uma época de questionamento e de reconstrução com o início da recuperação demográfica do pós-guerra, associado a um ambiente cultural emergente muito permeável à busca de novos caminhos e à experiência de novas atitudes (Judt, 2006), tornou inevitável essa aproximação, acentuando-lhe as potencialidades dinâmicas. Vestígios e relatos são coincidentes no reconhecimento documental de uma agitação, localizada primeiramente (e principalmente) nas universidades e nas cidades que as envolviam, e que tinha por comum alicerce, na sua extrema diversidade, a certeza de que era necessário deixar para trás os cenários bloqueados que haviam conduzido à hecatombe da guerra. E também de que era preciso fazê-lo na recusa das hierarquias, dos valores e das práticas partilhadas pelas gerações que a haviam consentido.

Esta realidade foi percebida, no campo das ciências sociais e das humanidades, logo na época em que apenas iniciava o seu processo de afirmação. Os estudos sobre os anos 50, e especialmente sobre os anos 60, no centro das atenções de muitos investigadores ao longo dos últimos vinte anos, apresentaram-se, por isso, como uma necessidade. Observar e entender, sob este aspecto, o novo e o emergente, tornou-se pois um imperativo.

Em particular dentro do universo anglo-saxónico, o volume de trabalhos de investigação abordando esta realidade cresceu rapidamente, sendo hoje múltiplo e imenso, e esclarecendo, de um ponto de vista conceptual e prático, a compreensão de uma realidade que rapidamente assumiu um alcance global. Independentemente das interpretações que foram atribuindo ao período um sentido positivo (associado à construção de novas realidades sociopolíticas, de novas identidades e de novas leituras do mundo), ou negativo (como um tempo de destruição de equilíbrios e de valores estabelecidos, e de questionamento dos poderes) – às quais se podem juntar outras, menos extremas, que têm em consideração ambos os aspectos – é possível definir um conjunto de traços comuns ao tempo e aos espaços que se relacionaram com esse interesse.

Tem sido pacífico reconhecer que a experiência essencial dos anos 60, gradualmente afirmada em quase todo o planeta num raio temporal de cerca de duas décadas – sensivelmente entre os meados da década de 1950 e a metade da de 1970 (Jameson, 1984) –, se definiu, naquilo que teve de mais original, por um conjunto de marcas e de práticas inovadoras. Desde logo, pela própria afirmação histórica da juventude enquanto categoria social autónoma, dotada de padrões, de projectos de vida e de modelos de sensibilidade particulares, mas também através do fulgor de uma cultura de massas – ou

popular culture, no sentido atribuído por John Fiske (Fiske, 1989) – dotada de grande permissividade no campo dos costumes, da moral e da sexualidade, de uma presença afirmativa das mulheres na esfera pública e no mundo do trabalho, de novos padrões estéticos que se mesclavam no quotidiano, da afirmação transgressiva de novos e renovados movimentos sociais e dos direitos das minorias étnicas, religiosas e sexuais, da ascensão de uma configuração política pós-colonial articulada com a afirmação do então chamado “Terceiro Mundo”.

Portugal, apesar de viver na altura uma ditadura imobilista e isolacionista, de possuir uma indústria pouco mais que incipiente, de conter um mercado fortemente proteccionista, de manter uma estrutura social pouco dinâmica e marcada pela pobreza, pela emigração e pelo reduzido impacto da classe média, de conhecer uma guerra colonial longa, dolorosa e sem perspectivas de sucesso, que coagia as perspectivas de vida da generalidade dos jovens e das suas famílias, não escapou, de forma alguma, a esse processo de dimensão planetária.

Todavia, este arrancou entre nós um pouco mais tardiamente do que aconteceu no núcleo central da cultura *sixtie* – distribuída por um mapa que integrará os EUA e o Canadá, logo de seguida a Inglaterra, a Alemanha e a Itália, depois o Japão e, por fim, áreas urbanas de outros países de todos os continentes – e desenvolveu-se de uma forma algo lenta, apenas acentuada no final do regime do Estado Novo, essencialmente entre os anos de 1968 e de 1974, coincidentes com a ligeira abertura proporcionada pelo chamado marcelismo. Esta demora ficou a dever-se a um conjunto diversificado de condições, sendo determinantes o atraso da recuperação demográfica, o fraco

desenvolvimento urbano, as limitações à afirmação da classe média em Portugal, o carácter reduzido da população juvenil (incluindo a estudantil) e os fortes entraves, formais ou informais, colocados à afirmação, no contexto de uma embrionária cultura de massas, da generalidade das práticas e dos valores de ruptura internacionalmente afirmados na época (Bebiano, 2003).

A dilação da recuperação demográfica era evidente, por comparação com aquilo que aconteceu na América do Norte logo a seguir ao final da II Guerra Mundial e na Europa industrializada a partir da década de 1950. Não tendo ocorrido em Portugal um fenómeno idêntico ao *baby-boom* ocorrido nos Estados Unidos da América do pós-guerra, por comparação com as áreas mencionadas, esse período não deu lugar, no nosso país, a um aumento exponencial de nascimentos e ao alargamento do peso social e económico de uma nova geração de *teenagers* razoavelmente livres e com poder de compra. O que, muito naturalmente, retardou a definição da juventude enquanto segmento com um peso social significativo.

A emigração, ampliada sobretudo após o início das três guerras coloniais, virá a acentuar esta situação, como factor suplementar de contenção do crescimento da população e, mais especificamente, da presença de jovens. O crescente número de refractários e de desertores das forças armadas não deixou também de influenciar esta tendência. Pelos inícios da década de 1970, o movimento de fuga de jovens em relação à incorporação no exército e à mobilização para a guerra colonial adquiriu uma dimensão realmente espantosa: em 1961 a percentagem de faltosos foi de 11,6%, em 62 subira já para 12,8%, em 1963 atingia os 15,6%, em 1964 subia para 16,5%, entre 1965 e 1968 rondaria os 19%, e entre 70 e 72 andou sempre muito perto dos 21%, o

que significa praticamente um em cada cinco jovens mobilizáveis (*Resenha*, 1988: 254-270).

Em vinte anos, entre 1950 (8.510.240 residentes) e 1970 (8.663.252), a população residente estagnou, com um recuo na última das duas décadas, uma vez que em 1960, o ano que antecedeu o início da guerra de guerrilha em Angola, o número havia chegado aos 8.889.392 residentes (Barreto, 2000: 79). Por sua vez, os dados disponíveis para os anos de 1960 mostram-nos uma população com menos de 15 anos que não parava de diminuir, denunciando uma tendência que, nos principais países industrializados, apenas se tornou clara a partir da década de 1980. Estes números, associados a uma limitada taxa de concentração urbana – em 1960, 70% da população residente no Continente em centros com mais de 10.000 habitantes vivia em Lisboa e no Porto, e, da restante, 13,2% vivia em Setúbal, Braga e Coimbra (Nunes, 1968: 61) – e ao baixo volume de rendimentos da maior parte da população, com nítidas limitações ao alargamento da classe média, revelam, de facto, o carácter limitado de afirmação de uma juventude cidadina com peso e visibilidade social, coagindo o aparecimento de novas práticas culturais e o alastramento das novas ideias e atitudes que então se exprimiam na presença dinâmica e nas práticas deste sector.

Os números relativos à dimensão da população estudantil universitária – os dados para o ensino técnico e secundário são extremamente dispersos e pouco fiáveis – confirmam o carácter circunscrito dessa presença. Em 1961, Portugal era um dos países da Europa e das Américas com mais reduzida permissão do número de alunos a tempo completo neste nível de ensino (30%), muito abaixo até de todos os países da Europa de Leste, incluindo-se

nestes a Albânia (66,5‰) e a Roménia (44,1‰). A lista era então comandada pelos EUA, com 247,4‰ (Nunes, 1968: 94).

A distribuição por níveis de instrução da população activa masculina, em 1960, acentua este *handicap*: 57,9% dela não possuía qualquer instrução, 37% detinha apenas a instrução primária, enquanto apenas 3,9% tinha instrução secundária ou média e uns quase ínfimos 1,2% instrução superior (Nunes, 1968b: 299). Por outro lado, a taxa de alfabetização mantinha-se muito baixa. No mesmo ano, 61,4% da população era ainda analfabeta ou lia e escrevia sem qualquer grau. Em 1970 este número tinha sido consideravelmente reduzido, mas era ainda de 38,1% (Barreto: 103), o que pode ainda conferir maior ênfase à dimensão e à circunscrição da população estudantil no contexto demográfico da época.

Para além destes entraves formais a uma definição autónoma da juventude, deve referir-se também a existência de barreiras informais, de importância em nada menor. A influência do pedagogismo dirigista do Estado Novo, com o seu elogio da vida rural e da sobriedade, e da educação religiosa e ética católica – associada à desvalorização cultural da juventude, enquanto sector social autónomo, característica do período anterior à Segunda Grande Guerra – mantinham o tradicional modelo dos jovens enquanto “adultos em formação”, coagindo comportamentos e determinando interditos que se reflectiam pesadamente nas suas vidas. Por sua vez, as condicionantes demográficas amarravam ainda a juventude a uma situação de pertença e de influência em relação ao espaço tradicional da aldeia, da vila, do bairro, da família, de um tecido social envolvente com uma acentuada tendência para a afirmação de atitudes moralistas e de coacção que restringiam a possibilidade

de uma vida alternativa, liberta de entraves de maior e voltada para a prossecução de projectos próprios.

Neste processo, desempenharam um papel de grande importância as longas guerras coloniais nas quais Portugal se viu envolvido entre 1961 e 1974. É preciso dizer-se que, durante estes anos, a generalidade dos jovens as tinham como cenário inevitável e omnipresente a traçar, sem possibilidade de contestação, os contornos do seu futuro imediato. Quase todos os rapazes sabiam que deveriam contar com pelo menos três anos de um duro serviço militar, sempre longe das famílias e das suas comunidades de origem e de afecto, sob constante perigo de vida e acentuado sofrimento físico e psicológico, em regra materializados ao longo de um período no qual deveriam estar a entrar na vida profissional e constituir família. Ao mesmo tempo, as raparigas, sobretudo aquelas que tinham o casamento e a maternidade como expectativa central de vida – e à época, elas constituíam, sem dúvida, ainda a esmagadora maioria – sabiam que tinham de protelar os seus projectos. Para a maioria, tal significava que sensivelmente entre os 20 e os 24 anos de idade – o que, nessa altura, corresponderia, do ponto de vista vivencial, quase ao termo da sua juventude – iriam mergulhar numa espécie de “limbo” social, que impediria o prosseguimento dos seus planos de futuro e o feliz usufruto de um período ao longo do qual poderiam ainda conjugar o vigor físico e a vivência de uma sexualidade activa, com um quotidiano ainda liberto dos constrangimentos que, posteriormente, a vida familiar e profissional iriam necessariamente impor. O já referido volume de desertores e de refractários foi em grande parte condicionado por uma resistência passiva a esta situação.

A coacção que restringia o aparecimento de uma cultura juvenil independente era também imposta por estilos de vida fortemente marcados pelos limites próprios de ambientes sociais maioritariamente circunscritos e, de uma certa forma, profundamente fechados à mutabilidade do mundo e à possibilidade da quebra das normas. A débil concentração urbana, as dificuldades no campo da comunicação impostas pelas restrições à circulação da informação e ao consumo, os padrões educativos e culturais marcados por uma pressão moral muito forte e pelo carácter panóptico dos poderes que a geriam ao nível local, iam acentuando os limites colocados à afirmação de estilos de vida alternativos ou apenas independentes.

Um barómetro para aferir desta situação pode ser encontrado, de forma sistemática, em textos por essa época sistematicamente publicados na imprensa local e regional. Nessas páginas, como que o tempo permanecia suspenso, resistindo-se às grandes transformações daquela época, criticando-se comportamentos e afirmando-se valores que durante décadas se haviam mantido praticamente inalteráveis. Anotava-se uma “crise da juventude” que se opunha, acima de tudo, às novas experiências vivenciais que para a larga maioria se revelavam ainda incompreensíveis, imersas numa “crise inquietadora” não susceptível de comparação com o paradigma com o qual se articulava a sua própria experiência. Relacionavam-na com um “ar do tempo”, determinado por uma ordem (ou desordem) do mundo que a tornava inevitável: “A irreverência da mocidade não passa do resultado da fraqueza, da irresponsabilidade ou da inconsistência e fragilidade moral das gerações maduras e das próprias estruturas sociais. Num clima afrodisíaco e eufórico de loucura, de indisciplina e de confusão ética, não pode exigir-se à juventude

bom-senso, disciplina e saúde moral.” (*O Castanheirense*, 1969: 1327). Concebia-se o impossível retorno: “Os jovens actuais não são, não podem ser, diferentes no querer e no sentir, daqueles outros que nós próprios fomos já.” (Idem, 1970: 1385/6). Defendia-se a imutabilidade ideal de um passado imperfeito mas tomado como modelar: “A juventude tem sempre as mesmas qualidades inatas, as mesmas quimeras, os mesmos exageros, e quase inevitavelmente os mesmos erros.” (*Jornal de Arganil*, 1960). Olhavam-se desta maneira os sinais da mudança com horror, anotando, perante a mudança dos comportamentos, “gestos de um tal desequilíbrio mental que nos deixam espantados, estarecidos, pasmados (...) num mundo de loucos assanhados.” (*Comércio de Arganil*: 1959: 4904). Alguma imprensa nacional afectada ao regime ou conotada com algumas das suas organizações, defenderia, praticamente até Abril de 1974, idênticos pontos de vista.

Porém, nas cidades maiores ou dotadas de uma relação mais aberta e regular com o mundo em transformação, eram já notórias algumas mudanças. Durante a década de 1960, podem situar-se neste grupo apenas três: Lisboa e Porto, devido à sua dimensão e relativo cosmopolitismo, e Coimbra, onde uma cultura local eminentemente tradicional e endocêntrica vinha sendo modificada no contexto das mudanças operadas no interior do meio estudantil universitário, e entre um sector intelectual e da classe média com renovados anseios e mais vastos horizontes. Constituindo uma dimensão ainda por estudar, o universo heterogéneo, mas em rápido crescimento, de ex-estudantes universitários, deteve um papel importante neste processo de fractura cultural. Um dos aspectos mais salientes desta transformação prende-se, além disso, com a gradual transformação no lugar ocupado, tanto na vida

social como nas actividades culturais e associativas – aspecto ao qual se regressará adiante –, por um número cada vez mais significativo de raparigas.

Por este conjunto de motivos, aos quais se devem adicionar a peculiaridade do espaço escolar como território de encontro intelectual com experiências de além-fronteiras, o lugar de emergência e afirmação da nova cultura juvenil foi, entre nós, e durante largos anos de uma forma praticamente exclusiva, o universo estudantil. Em particular o território ainda reduzido, mas de grande impacto social e político, que se constituía a partir das universidades, abrangendo também, por extensão, um vasto sector de recém-licenciados que preservavam ainda as renovadas influências recolhidas durante a sua vivência enquanto estudantes universitários.

No interior das próprias universidades, a realidade era, também ela, propícia ao desenvolvimento de atitudes de ruptura geracional. O crescimento regular da população estudantil, o alargamento exponencial do número de mulheres, a gradual penetração nessa população de alunos provenientes das classes médias ou mesmo da pequena-burguesia urbana e rural, associados a uma imobilismo acentuado do ensino universitário e dos valores que eram apresentados às novas gerações como modelares, dentro de uma nova realidade cultural e comunicacional, condicionaram essa rápida transformação. (Nunes, 1968b; Grácio, 1989).

Coimbra era, neste contexto um caso peculiar. A sua identidade específica, associada à vivência das “liberdades estudantis”, é uma construção de longa data (Bebiano, 2007). O seu prestígio e capacidade de atracção, a dimensão de uma população estudantil em crescimento contínuo e a centralidade do seu lugar na vida da cidade, cruzavam-se então com uma

longa tradição estudantil de razoável autonomia, de cíclica resistência e de constante crítica dos poderes intra e extra-universitários. Esta tradição foi sendo incorporada numa memória ciclicamente perdida nos seus pormenores – para Mark Boren, a perda constante de memória constitui, aliás, uma das características mais generalizadas e persistentes dos movimentos estudantis (Boren, 2001) –, mas que, ao mesmo tempo, foi capaz de incorporar um sentido histórico marcado regularmente por assomos de contestação, de rebeldia ou de participação em actividades cívicas de uma natureza mais geral. A recorrente referência no léxico da academia coimbrã, integrada hoje quase como lugar-comum de sentido por vezes inócuo ou caricatural, a uma certa “irreverência” estudantil, relaciona-se com as práticas de estúrdia próprias da idade e da condição social protegida dos estudantes (muito ligadas também, como se verá adiante, à experiência das “praxes académicas”), mas igualmente com essa longa e importante tradição de afectação à desordem.

2. Tradição e lutas estudantis

Os estudantes de Coimbra foram sempre olhados, desde a fundação medieval da Universidade, como um corpo peculiar, beneficiando de isenções (sobre o pagamento de portagens, por exemplo) e de privilégios (como aquele que admitia a existência de um foro académico privado). No tempo de D. Dinis, essa autonomia corporativa colidia já com a vida da população não-universitária e os estudantes foram mesmo forçados a viver em bairro separado – do Arco de Almedina para cima – a fim de se evitarem conflitos. Teria sido a repetição de escaramuças desta natureza que impedira a permanência da Universidade em Lisboa, fazendo-a regressar à cidade do Mondego. Aliás, no

tempo de D. Manuel, com a instituição sediada em Lisboa, a situação era de tal ordem que se promulgou vasta legislação, moralizadora do comportamento estudantil. No reinado de D. João III, regressados a Coimbra, em 1537, os Estudos Gerais, este tipo de legislação foi retomada e alargada.

Entre os séculos XVI e XVIII não se conhecem notícias de movimentações colectivas de estudantes, mas foi constante a repetição de arruaças, praticadas, em regra, através de um relacionamento desordeiro e violento com a população. E também, muitas das vezes, contra sectores específicos de estudantes, geralmente os mais novos, como aconteceu, em 1720 e 1721, com as actividades do “Rancho da Carqueja, ou em 1737, com o Rancho dos Doze (Lamy: 1990). As “troças ou investidas aos novatos” atingiram aliás uma tal violência que D. João V se viu forçado, em carta régia de 1727, a “mandar riscar dos seus cursos o estudante que por palavras ou obras ofender outro, com o pretexto de novato, ainda que seja levemente” (*Idem*). Nesta altura, as chamadas *estúrdias académicas* levavam aos calabouços da universidade muitos estudantes, por vezes culpados de crimes de morte. O enfrentamento com a população civil (os chamados *futricas*), irá assim manter-se, no contexto de uma “sociedade de ordens”, muito hierarquizada, que combatia qualquer intenção reivindicativa das populações mas contemporizava com os desmandos impostos pela defesa corporativa dos privilégios estudantis, tolerados devido ao estatuto social privilegiado dos alunos da Universidade.

Apesar das importantes modificações orgânicas introduzidas e de alguma renovação entre o corpo de professores, a reforma imposta pelo Marquês de Pombal, não alterará no essencial o comportamento estudantil, que podemos considerar de nula capacidade reivindicativa e, em ligação com o carácter

inamovível da posição do aluno universitário na ordem social, ocupado essencialmente em prepará-lo para ocupar dentro dela o lugar, e o estatuto, que lhe competiria. A primeira edição do codificador *Palito Métrico*, de 1765, evidencia o relevo deste tipo de preocupações de índole corporativa, tendo servido por longo tempo de base à definição das praxes académicas (significativamente, em 1792 ia já na 4^a. edição, aparecendo ainda uma edição em 1942, seguida de diversas reimpressões).

A partir dos inícios do século XIX, porém, como consequência das invasões francesas, depois dos episódios da revolução liberal, e finalmente da guerra civil que opôs liberais a partidários do rei absoluto, a Universidade terá uma vida extremamente acidentada, com largas e sucessivas interrupções dos estudos, acompanhada por uma intervenção constante da generalidade dos seus estudantes na vida do país.

A mobilização estudantil mais visível passou primeiramente pela organização dos batalhões académicos. A partir de 1808, por diversas vezes se constituíram unidades de natureza paramilitar que integravam estudantes universitários, embora a sua importância operacional tivesse sido quase sempre mais simbólica do que real. O Batalhão mobilizado em 1828, incorporando estudantes anti-miguelistas, foi no entanto particularmente activo. Nesse ano, a 19 de Março, ocorrerá aliás, perto de Condeixa, o episódio do assassinato, por um grupo de estudantes liberais mais exaltados, dos lentes de Coimbra que, obedientemente, se dirigiam à capital com o objectivo de jurar submissão a D. Miguel, rei absoluto.

Entre 1851 e 1869, sob a figura tutelar do duque de Saldanha, a “Regeneração” irá criar um ambiente susceptível de pacificar o país, de

estabilizar a nova ordem social e de normalizar o funcionamento das principais instituições. Entre elas, naturalmente, também a Universidade.

Num contexto de reacção perante as tendências liberais do período anterior, esta entra então numa fase de estabilização, mas também de algum imobilismo e de um autoritarismo crescente evidenciado por parte do reduzido e poderoso corpo docente, do qual rapidamente os estudantes se darão conta. Porém, esta normalização coincidiu com a chegada à Universidade de uma nova geração, parte da qual constituiria o que mais tarde se designaria por *Geração de 70*, marcada pela insatisfação perante os rumos do país e a imobilidade da instituição escolar que frequentavam, enquanto sinal que tomavam como de uma decadência mais geral. Mas também como instrumento criador de uma profunda vontade de mudança.

Um expressivo retrato do ambiente e da insatisfação de importantes sectores da população estudantil foi-nos legado por Eça, no *In Memoriam Antero de Quental*:

"A Universidade, que em todas as nações é para os estudantes uma *Alma Mater*, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar, rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela engenhoca, pela sujeição à sebenta, o grau de Estado, seu cúmplice (...). No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude - a de permanente rebelião. Com efeito, em quatro anos, fizemos, se bem me recordo, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, manifestos ao País, pedradas e

vozearias, uma pistola ferrugenta debaixo de cada capa, e as imagens dos reitores queimadas entre danças selváticas. A Universidade era, com efeito, uma grande escola da revolução: pela experiência da sua tirania aprenderíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos." (*Antero, 1993*)

A própria instituição era retratada de uma forma significativamente demolidora, “com as suas formas diferentes de comprimir, escurecer as almas; o seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer, a disfarçar, a vergar a espinha; o seu literatismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*, para quem toda a criação intelectual é daninha”. (*Idem*)

Foi dentro deste contexto que passaram a desenvolver-se com alguma regularidade, no interior do ambiente coimbrão, manifestações de revolta afirmadas contra as autoridades universitárias, mas também contra uma concepção clientelar, imobilista e politicamente opaca do país que o sistema político do chamado *rotativismo* mantinha.

A *Sociedade do Raio*, actuando entre 1861 e 1863, constitui uma das referências desta tradição de protesto que têm sobrevivido no imaginário académico coimbrão. Amigos e inimigos, contemporâneos e historiadores, alimentaram durante décadas uma visão enigmática e simbólica desta *Sociedade*. Não admira, por isso, que em períodos de luta estudantil mais intensa – como aconteceu ainda há pouco tempo, em 2005, quando da oposição de um sector da academia às posições do reitor no contexto da “luta anti-propinas” – esta experiência associativa tenha sido algumas vezes invocada no contexto das dinâmicas colectivas de acção académica e de procura da sua

legitimidade histórica. O movimento comportou, por um lado, uma dimensão interna à Academia, nomeadamente na oposição às autoridades universitárias (sobretudo ao detestado reitor Basílio Sousa Pinto) e na luta pela reforma das leis académicas. Mas assumiu-se igualmente como um primeiro espaço-tempo de preparação dos estudantes para uma intervenção autoproclamada “fora daqui”. É por isso que a realidade do país se encontra já tão presente numa acção académica que se projectava para além dos limites universitários, mobilizando também um conjunto de referências a iniciativas revolucionárias internacionais.

Decorria nessa época a reconfiguração e o desenvolvimento dos grandes sistemas educativos – sob a influência das tendências pragmáticas e laicistas que iam emergindo em grande parte da Europa – e toda a acção da Sociedade do Raio se subordinou à preocupação com as profundas mudanças sociais que se anunciavam e com as transformações no ensino e, naturalmente, na própria escola de Coimbra. Composta em 1862 por 200 estudantes – a Universidade tinha então apenas 750 alunos (Gomes, 1987), entre eles Antero de Quental, Eça de Queirós, José Falcão, José da Cunha Sampaio – tomou a forma, muito comum à época, de organização clandestina, uma “sociedade secreta”, que tinha como proclamado objectivo central: “Livrar um século novo do fantasma doutro século morto e enterrado”. O abandono colectivo, por parte da academia, da Sala dos Capelos – a 8 de Dezembro de 1862, dia da solene abertura das aulas – no preciso momento em que o reitor iniciava o seu discurso, teve enormes reflexos na cidade e em todo o país, levando à demissão do reitor Basílio.

A *Rolinada* – assim designada em virtude de um dos apelidos do Duque de Loulé, “Rolim”, chefe do governo vigente na altura, e que teve como fonte a

recusa do perdão de acto pedido pelos estudantes ao governo pelo nascimento do príncipe herdeiro, futuro D. Carlos I – constituiu, em Abril e Maio de 1864, outro momento importante, amplamente referido em *Glória*, a biografia histórica de José Vieira de Castro, um dos seus mentores, publicada por Vasco Pulido Valente (Valente, 2000). Numa observação mais apressada, os objectivos deste movimento parecem ter sido mais estritamente académicos. No entanto, se se verificarem os numerosos documentos que existem sobre o episódio, constata-se que em todos eles se insistia uma vez mais – em grande parte por influência de muitos estudantes “raístas”, então ainda presentes em Coimbra – na animosidade contra o imobilismo universitário e a proclamada “tirania” dos seus responsáveis, assim como alguma crítica a um sistema político que os tolerava. Episódio particularmente pitoresco, e único na história da academia coimbrã, é o auto-exílio da academia no Porto, onde se manteve algumas semanas. É muito curiosa a descrição, recuperada por Pulido Valente, acerca da forma como os acontecimentos se deram, revelando tácticas de agitação e mobilização, da parte dos estudantes activistas, que em épocas posteriores serão recuperadas.

Em ligação com estes assomos circunstanciais iam sendo desenvolvidas, entre os estudantes, algumas formas de um activo associativismo, particularmente no domínio literário, musical e teatral. Neste contexto, será fundada em Novembro de 1887 a Associação Académica de Coimbra. Porém, o quotidiano estudantil era ainda, na época, marcado por uma vivência que combinava a frequência irregular dos estudos com algumas práticas boémias que Trindade Coelho no *In Illo Tempore* (publicado em 1902 mas reportando-se à primeira metade da década de 1880) e Alberto Costa, o Pad’Zé deixou n’O

Livro do Doutor Assis (de 1905), as quais continham assomos de delinquência traduzidos em rixas constantes, algumas sangrentas, com uma população civil de *futricas* que abominava o comportamento arrogante e até violento de muitos estudantes (Bebiano, 2007).

Excluindo uma greve em 1892 (liderada, entre outros, pelos estudantes António José de Almeida e Afonso Costa), para protestar contra o Ultimato Inglês e as cedências do governo, foi, porém, preciso esperar pelo novo século e a influência da propaganda e da organização republicanas para se definir uma acção estudantil mais directamente vocacionada para objectivos transformadores definidos com alguma clareza. A greve académica de 1907 representou o culminar de alguma contestação, por parte dos estudantes mas agora também, e pela primeira vez, de alguns membros do corpo docente, em relação às estratégias conservadoras de um “espírito universitário” que, no seu todo, nunca se adaptara às práticas e exigências do liberalismo político oitocentista (Xavier, 1962; Homem, 2007). Aliás, na abertura do ano lectivo de 1904-1905, Bernardino Machado, lente republicano, havia feito já uma arrasadora Oração de Sapiência, quando da abertura solene das aulas, na qual se erguera contra a “teocracia” e a “discricionarietà” que considerava então imperantes na Universidade.

Esta greve foi desencadeada pela reprovação nas provas para a obtenção do grau de Doutor em Direito, de José Eugénio Dias Ferreira, filho de José Dias Ferreira, antigo chefe do governo que se opunha então ao ministro João Franco, e aluno conhecido por um inconformismo que levava ao ponto de dedicar o seu trabalho a Teófilo Braga, proscrito de Coimbra. Mas abrangeu rapidamente a generalidade da academia, sobretudo após a expulsão dos

alunos que haviam tido um papel mais activo na organização dos protestos, acabando por transformar-se num evento político de primeiro plano que ocupou até ao ano seguinte as primeiras páginas dos jornais.

Apesar de semi-derrotada no final, esta luta decorreu em função de um conjunto de factos e circunstâncias que a podem colocar como o primeiro combate estudantil com uma dimensão nacional e que foi articulada com um debate público, centrado nos jornais, a respeito da política educativa e da própria sociedade. Tratou-se de uma acção que envolveu a quase totalidade dos estudantes, organizando-se piquetes para tentar impedir os poucos que entendiam furar a greve; os alunos de outras escolas do ensino universitário e liceal de todo o país solidarizaram-se também com os estudantes de Coimbra; pela primeira vez a luta estudantil incluiu uma deslocação da academia “em peso” até Lisboa, a 4 e 5 de Março de 1905, para se encontrar com deputados e membros do governo; e, pela primeira vez também, um grande número de figuras, principalmente políticos e jornalistas, pronunciou-se, tomando partido, sobre a luta dos estudantes (Sardica, 1999).

Em 1910, com a implantação da República, a Universidade entrará numa fase particularmente conturbada. Logo a seguir ao 5 de Outubro, os estudantes invadiram a Sala dos Capelos, partindo cadeirais e rasgando as vestes dos lentes. E a 23 de Outubro, no mesmo dia em que era suprimida a Faculdade de Teologia, era abolido o foro académico e declarado facultativo o uso da capa e batina, terminando-se também com todos os cerimoniais académicos. O recém-empossado reitor republicano, Manuel de Arriaga, e o ministro do Interior, António José de Almeida, anunciarão na Sala dos Capelos, sem as

vestes universitárias e perante uma assembleia de estudantes e lentes reunidos, todos ao mesmo nível, a confirmação destas e de outras medidas.

Durante a Primeira República, tendo o epicentro da actividade reivindicativa estudantil sido em parte deslocado para Lisboa, assistir-se-á em Coimbra à instalação das novas regras, mas também à resistência conservadora de parte do corpo docente, que vai reocupando posições abaladas pela revolução. O que suscitou rapidamente mais alguns protestos estudantis. Assim, em 1921, os estudantes da Universidade encontravam-se já em luta por melhores instalações para as actividades associativas. O espaço destinado à sua organização era então muito reduzido, sobretudo quando comparado com as largas acomodações dos professores. Estes tinham no *Clube dos Lentes*, à Rua Larga, um símbolo do seu poder e da tradição universitária, pelo que os estudantes lhe chamavam "a Bastilha". Com um grande espírito de união e de solidariedade, os estudantes ocuparam o Clube dos Lentes na noite de 24 para 25 de Novembro desse ano, passando o dia 24 a ser conhecido como da "Tomada da Bastilha" e a data do seu aniversário a ser comemorada como Dia do Estudante.

A tradição da luta estudantil em Coimbra manter-se-ia ainda numa fase activa entre os anos de 1927 e de 1931. Nessa altura ocorreram acções estudantis contra a recém-instaurada Ditadura Militar, a par de outras que na mesma altura aconteceram em Lisboa e no Porto. O Centro Republicano Académico de Coimbra – com estudantes como Carlos Cal Brandão, Joaquim Cordeiro, Paulo Quintela, Vitorino Nemésio, Sílvio Lima – teve neste período um papel importante, conduzindo à vitória desta facção oposicionista nas eleições de 1932 para a AAC. Estas movimentações acabariam, todavia, por

marcar uma geração académica que virá a deter um lugar importante na história da oposição ao salazarismo do pós-II Guerra Mundial (Faria, 2000).

Porém, em 1938, já no contexto da consolidação do Estado Novo, serão suprimidas em todo o país, por determinação governamental, as eleições das direcções associativas. Em 1945, na sequência do relativo abrandamento repressivo ocorrido no imediato pós-guerra, verificar-se-á a vitória, em eleições para a AAC, da lista presidida por Francisco Salgado Zenha, a qual congregava a esquerda académica e certos sectores católicos democráticos. E será sob a sua influência que a Assembleia Magna da academia recusará a participação da AAC na manifestação de homenagem a Salazar realizada nesse ano em Lisboa. Mas as autoridades universitárias, apesar de em larga medida pactuarem com o regime, não seriam nesta altura postas em causa pelos estudantes.

O essencial das movimentações estudantis até à década de 1960 prendeu-se, pois, sobretudo com a defesa do associativismo, não com um questionamento do sistema universitário em si e menos ainda com o enfrentamento directo do regime, mas manteve uma presença que a época seguinte incorporará através do prolongamento de uma tradição de inconformismo e de resistência projectada agora para um novo nível.

3. As lutas dos anos 1960-1970

No ano lectivo de 1956-57 iniciou-se a contestação do Decreto-Lei 40.900, destinado a regulamentar o associativismo estudantil. A razoável autonomia que este então detinha era posta em causa, procurando impedir-se os

contactos internacionais que não fossem superiormente autorizados e colocando-se a aprovação de todos os actos de gestão dos organismos formalmente controlados pelos estudantes na dependência directa do Ministério da Educação Nacional. Chegava-se ali ao ponto de pretender aplicar as novas normas aos “órgãos, turmas e grupos dramáticos ou corais que abranjam estudantes”, fazendo antever uma situação de asfixia que não deixou, naturalmente, de indignar uma grande parte dos universitários e de suscitar iniciativas de protesto.

O movimento de contestação criado com a tentativa de imposição do decreto, não só representou um importante virar de página da história e da memória do movimento estudantil, como se definiu, na sequência do debate então instalado no interior da comunidade universitária, inclusive entre os sectores politicamente mais próximos do regime, como uma primeira amostra, anterior ainda ao impacto da campanha da candidatura presidencial de Humberto Delgado, da crescente perda de apoio por parte do Estado Novo junto da juventude. De facto, a polémica levantada e a sucessão de tomadas de posição foram de tal ordem que acabaram por fazer com que o governo se tivesse visto forçado a baixar o diploma à Câmara Corporativa, de onde não mais sairia (Fontes, 1999). Sectores diversos dentro do próprio regime contestaram a sua formulação, enquanto muitos estudantes, exceptuando alguns sectores minoritários próximos do governo, passaram então a integrar, à escala nacional, um amplo movimento de repúdio de algo que ofendia a sua própria identidade orgânica, lançando desta maneira as bases de um “sindicalismo estudantil” que de seguida se iria desenvolver. Rui Grácio

considerou, com razão, ter sido este o momento alfa do “despertar de um associativismo estudantil de massas” (Grácio, 1990: 230).

A seguinte etapa das movimentações estudantis, correspondendo às movimentações de 1961-1962, é actualmente bastante mais conhecida, uma vez que se encontra muito mais próxima na memória testemunhal dos seus agentes e foi já objecto de alguns estudos. Tendo adquirido uma dimensão nacional, ela não deixou de ocupar também um lugar muito importante dentro do universo estudantil universitário de Coimbra, como ficou provado no detalhado estudo publicado por Álvaro Garrido (Garrido, 1996).

Iniciadas formalmente com a proibição do Dia do Estudante (no dia 24 de Março, em Lisboa), e inseridas no referido processo de defesa do associativismo estudantil perante o Decreto-Lei 40.900 que vinha já causando problemas ao governo, constituíram a primeira verdadeira *crise académica*, pois revestiram-se de formas e de conteúdos de luta – em Lisboa ocorreram manifestações, greves às aulas, choques com a polícia, uma greve de fome com a ocupação da cantina da Cidade Universitária, a multiplicação das reuniões plenárias de estudantes, entre outros actos de protesto – expressos com uma grande convicção e integrados num clima geral de crescente desafecção em relação ao governo e à generalidade das autoridades universitárias que se mostrava capaz de envolver uma larga parte dos estudantes. Coimbra, tal como o Porto, expressaria a sua solidariedade para com os colegas de Lisboa, através do luto académico e de uma profunda agitação associativa, marcada por momentos de grande contestação e por diversas prisões de dirigentes e activistas estudantis, a qual seguia aliás à vitória, nas eleições de 1960 para a Associação Académica, de uma lista

oposicionista dirigida por Carlos Candal. Um efervescente ambiente de teor reivindicativo, questionador de um conjunto amplo de valores políticos e culturais mais conservadores, começou então a afirmar-se e a transformar-se num importante factor de mudança. O movimento exprimia já uma forte componente de “procura cultural democrática” (Caiado, 1990: 75), da qual foi testemunho a visível vitalidade de alguns organismos associativos e a variedade e o rasgo da maior parte dos artigos publicados, muitos deles com um grande impacto público, no importante jornal académico *Via Latina*.

Entre 1963 e 1968, apesar da repressão e de uma aparente invisibilidade da contestação, por comparação com aquele anterior momento crítico, viveu-se um tempo de politização intensa e crescente do movimento associativo (Oliveira, 1993), embora, no plano prático, as pequenas lutas travadas se situassem, em regra, no domínio mais circunscrito da reivindicação pedagógica. A “crise de 65” – correspondendo a um novo período de exacerbação dos conflitos que tem sido, por vezes, algo esquecido – foi nessa altura determinada pelo encerramento de organismos importantes da AAC, governada por uma direcção afectada à oposição ao regime e liderada por Octávio Ribeiro da Cunha, como o eram a Secção Social, a de Saúde, a de Intercâmbio e a de Textos, e mais tarde o fecho da própria Associação. Na sequência deste processo, será instalada uma comissão administrativa, da confiança do governo, a qual, naturalmente, jamais teve o apoio e a simpatia da maioria da academia.

A “crise de 69”, como o mais conhecido e emblemático momento de oposição estudantil coimbrã à política educativa do Estado Novo, ocupa um lugar ímpar neste processo de afirmação da intervenção estudantil,

correspondendo a uma das poucas situações que permanecem activas na memória da cidade e no património reivindicativo invocado pela generalidade das gerações posteriores de activistas estudantis. Celso Cruzeiro referiu-a como tendo constituído “na história do país, o maior movimento estudantil de massas erguido contra o fascismo” (Cruzeiro, 1989: 9), enquanto Rui Namorado a considerou “um verdadeiro laboratório político e cultural”, que “tornou patente a dificuldade de o regime se democratizar”, tornando-se, ao mesmo tempo, “um alfobre de problemas e um manancial de ideias” (Namorado, 1989: 63).

Recuperando o crescente descontentamento que vinha do período anterior, recolhendo as primeiras influências das movimentações estudantis que a partir dos meados da década cruzavam uma grande parte do mundo, com especial incidência no ano de 1968, e aproveitando também a fase de relativa liberalização do regime que tinha sido aberta com a chegada de Marcelo Caetano à chefia do governo – a chamada “primavera marcelista” –, a iniciativa dos estudantes ganhou então uma nova dinâmica, conduzindo em 12 de Fevereiro de 1969 à vitória de uma lista anti-regime, dirigida por Alberto Martins, nas eleições livres para a AAC, nas quais obteve cerca de 76% dos votos expressos. Os acontecimentos ocorridos em 17 de Abril desse ano, durante a inauguração de novas instalações universitárias, quando Martins, na presença do presidente da República e de altas autoridades políticas, militares e académicas, pediu e usou da palavra para referir algumas reivindicações estudantis, e esta lhe foi negada, conduziram ao desencadear de um processo de protesto público e de greve aos exames, exacerbando o carácter crítico da situação. A resposta violenta do regime não se faria esperar. Tendo sido

seguida pela maioria esmagadora dos estudantes, por entre actos de repressão e algumas prisões, seria rematada com o estabelecimento do *luto académico* – que, por largos anos, acabaria com os vestígios formais e simbólicos da “praxe” – projectando as condições para a afirmação de uma fase imediatamente ulterior de grande politização e de consolidação de uma posição estudantil maioritariamente avessa a qualquer pacto com o regime (Cruzeiro, 1989; Namorado, 1989).

Entre os anos de 1970 e de 1974, com o acentuar da repressão e o encerramento da Associação Académica, continuará a desenvolver-se este ciclo de intensa politização do movimento. A ausência de vida associativa legal – mantendo-se apenas uma para-legal Comissão Pró-Reabertura da AAC – terá então favorecido a emergência de uma activa extrema-esquerda estudantil e o desenvolvimento de uma luta universitária inteiramente à margem da legalidade imposta pelo regime.

Uma parte significativa da academia tomará nesta altura como suas palavras de ordem de um âmbito que extravasava claramente os interesses estritamente universitários, integrando a presença militante de um movimento favorável ao termo das guerras coloniais, ao derrube do regime, e mesmo, no limite, à perspectiva de uma revolução social capaz de derrubar o sistema político e económico vigente. A influência de algumas das tendências radicais presentes em França durante os acontecimentos de Maio de 1968 – dentro de um ambiente cultural, além do mais, na época ainda de influência maioritariamente francófona – far-se-á sentir de uma forma crescentemente intensa, através de um activismo e de um discurso panfletário que compensavam, pela sua vitalidade, o facto de os seus partidários constituírem

uma minoria organizada dentro do ambiente estudantil. Um meio ao mesmo tempo marcado pelo alastramento da forte consciência de uma necessidade do “comprometimento social” (Cardina, 2005: 144; e 2007) por parte do estudante universitário, agora equiparado, entre largos sectores da academia e da sociedade portuguesa, ao oposicionista anti-regime, se não mesmo ao revolucionário social.

O reduzido papel do activismo estudantil, enquanto tal, nos acontecimentos que rodearam o contexto revolucionário do período pós-Abril de 1974 acabarão por provar que, nessa altura – e em Coimbra tal era particularmente perceptível – o movimento intervinha muito mais no plano cultural e da formação cívica do que como interferência efectiva na acção política, ao nível das instituições e das relações formais de poder. A rápida pulverização e a desorganização do movimento, reconhecíveis no período conturbado que se seguiu, confirmarão esta percepção.

Por sua vez, a história da intervenção estudantil em Coimbra durante os anos de 1974 e 1975 encontra-se ainda por fazer. Apanhados desprevenidos pela brusca queda do regime, numerosos estudantes activistas acabaram, aliás, por se desligarem do movimento, orientando os interesses e a capacidade de intervenção para outras áreas sociais em fase de acentuada transformação. Muitos deles participaram nessa altura em campanhas de alfabetização e de dinamização cultural no interior do país, outros integraram equipas de apoio à construção da reforma agrária no Alentejo, outros ainda – ou, em alguns casos, os mesmos – dedicaram-se à militância partidária num grande número de organizações políticas, conotadas principalmente com as diversas esquerdas (Oliveira, 2004). Em algumas situações, a própria condição

de estudante era omitida junto das comunidades nas quais estes grupos de jovens universitários se inseriam no plano da participação, sinalizando um certo populismo, desenvolvido no interior do próprio movimento, que marcou, muito significativamente aquele período.

Ao mesmo tempo, muitos daqueles que permaneciam na Universidade entregavam-se ali a actos de grande radicalidade, em sintonia com a “legitimidade revolucionária” que na época pautava a dinâmica política do país, como o saneamento de professores mais ou menos conotados com o anterior regime, a exigência de mudanças radicais em muitos programas e metodologias de ensino, o desenvolvimento de processos de democracia interna nas escolas ou combates políticos intestinos extremamente intensos, tendentes a isolarem os sectores estudantis mais moderados. Foi dentro deste ambiente que ocorreu, em 1975, a escolha em participada Assembleia Magna, através de votação de braço no ar, de uma Direcção-Geral da AAC conotada com os Núcleos Sindicais, uma organização anti-reformista, próxima dos maoistas, que se implantara na academia de Coimbra alguns anos antes do 25 de Abril.

Nos anos que se seguiram à queda do regime, a subida em flecha do número dos alunos universitários produziria entretanto uma nova realidade sociológica ainda não claramente conhecida na sua amplitude, a qual alterou em muito a relação de forças no interior da academia, bem como a forma e os objectivos da acção reivindicativa estudantil.

Em 1976 e 1977 viviam-se ainda os resquícios do 25 de Novembro de 1975 e o chamado período de “normalização democrática” que no Ministério da Educação tinha o rosto do ministro Mário Sottomayor Cardia. Este empenhou-

se então na tentativa de formalizar juridicamente o papel tutelar do Estado no âmbito da gestão do sistema educativo e de regular e de pacificar o funcionamento das instituições universitárias. Nessa altura, a correlação de forças permanecia ainda pouco clara, mas os acontecimentos precipitaram-se no sentido de um rápido desmantelamento das formas de participação estudantil na gestão das escolas e nos processos de avaliação de conhecimentos saído do período revolucionário. A chamada “lei Cardia” determinaria, aliás, dadas as transformações que propunha – e que, no essencial, conseguiu aplicar – a última grande vaga do movimento estudantil nos anos 70, a qual integraria um amplo levantamento contra o “decreto de gestão democrática” proposto pelo governo do Partido Socialista e também uma greve provocada pela reintegração de um conjunto de professores saneados da Faculdade de Ciências, tendo-se então chegado a encerrar Universidade de Coimbra, com a solidariedade de outras universidades.

De seguida, a década de 1980 será pontuada por um acentuado refluxo das lutas estudantis, marcado pela falência do movimento político-associativo meramente reivindicativo, característico da fase anterior, e pelo peso burocrático das juventudes partidárias. Em Coimbra, a intensa actividade cultural, em larga medida vivida então à margem da Associação Académica, não seria suficiente para dinamizar o activismo estudantil num sentido menos conformista. Todavia, a década de 1990 já conhecerá a entrada em força, no interior do movimento estudantil, dos sectores activistas autoproclamados “independentes”, afirmada em função de um ambiente geral de “despolitização formal” e do esgotamento do modelo anterior, de carácter meramente gestionário e dependente das estratégias das direcções nacionais partidárias,

dinamizando o “movimento anti-propinas” que, durante mais de uma década, se tornou o eixo em torno do qual girou, à escala nacional, a actividade reivindicativa dos estudantes universitários (Drago, 2004).

Naturalmente, os parâmetros da participação estudantil eram, nesta fase, muito diferentes dos vividos nas décadas anteriores, encontrando-se quase exclusivamente vinculados ao interior do espaço universitário ou à caixa de ressonância que a dada altura passou a ser oferecida pela comunicação social. Mas não deixavam de criar condições subjectivas para, em Coimbra mais do que em qualquer outra zona do país, manter activa, como se verá adiante, uma memória e uma tradição legitimadora da experiência da participação cívica e da iniciativa reivindicativa.

4. A ligação à cidade

Na “cidade do Mondego”, a real influência da academia pode entretanto ser detectada no contexto das transformações ocorridas nas mais diversas áreas. E desde logo no desenvolvimento demográfico e urbanístico operado na própria urbe.

Esta vivia, nos inícios da década de 1960, uma situação paradoxal, similar aliás aquela que caracterizava outros centros universitários europeus. Apesar da grande importância institucional das suas escolas superiores, eles permaneciam circunscritos a um universo limitado em termos espaciais e demográficos, e, para além disso, arrastavam consigo a sobrecarga do enorme peso simbólico das tradições locais, por vezes seculares, que modelavam a identidade urbana e a própria vida académica. Ali coexistiam um microcosmos

e um macrocosmos, no interior dos quais se desenvolviam esforços de ligação formal e informal a um mundo mais vasto, o qual chegava através da recolha dos ecos, cada vez mais amplificados, que iam chegando das grandes transformações a serem vividas, a uma escala transnacional, naquela época ao mesmo tempo criadora e conturbada.

Neste âmbito, Coimbra era uma cidade pequena, num país que, à excepção de Lisboa e do Porto, não possuía centros urbanos de dimensões comparáveis as das cidades de tamanho médio da generalidade dos países da Europa ocidental. De facto, a população do núcleo urbano da cidade cresceu vagarosamente durante uma grande parte do século XX: o censo de 1900 apontava para um total de 25.188 habitantes, e trinta anos depois o seu número, apesar de ter sido ampliado, era ainda de apenas 39.647. Em 1940 a população era praticamente a mesma, perfazendo 41.766 moradores numa altura em que a cidade era considerada a 5ª maior do país. Dez anos mais tarde os seus habitantes serão 48.858, e podendo contar-se 52.509 em 1960 (Silva, 1968). Em 1974, porém, será possível contabilizar já cerca de 75.000 habitantes, o que evidencia um claro crescimento na fase final do Estado Novo, particularmente acentuado no pós-25 de Abril. As actuais estimativas apontam para uma população citadina que terá ultrapassado já os 145.000 indivíduos.

Ao mesmo tempo, o número de estudantes manteve-se durante longos anos quase residual – apenas terá excedido sistematicamente o milhar a partir da década de 1890 (Lopes, 1982) – ainda que, gradualmente, a sua percentagem vá aumentando na comparação que possa ser feita com o total dos moradores da área urbana de Coimbra. Os números são, neste contexto, bastante esclarecedores: no ano lectivo de 1946-1947, o total do número de

alunos universitários ainda seria de apenas 2.717, em 1950-1951 de 3.320, em 1956-1957 de 4.496, em 1960-1961 de 5.356, mas em 1966-1967, no contexto de uma primeira fase de crescimento rápido verificada ao longo da década de 1960, eram já 7.646, dos quais uma percentagem significativa era, pela primeira vez, composta por mulheres (Nunes, 1968: 295-385; Gomes, 1987). Durante o curto período marcelista, vivido no interior da academia em ambiente de constante instabilidade, o número rondou sempre os 9 milhares de estudantes, tendo sido apenas após o 25 de Abril de 1974 que se assistiu a uma nova fase de crescimento rápido, ultrapassando já os 24.000 na viragem para este século. Em qualquer dos momentos, a percentagem de universitários na relação com o conjunto da população urbana jamais superou os 15%, o que permite relativizar algumas das marcas, de origem empírica, que a este respeito têm integrado o imaginário colectivo.

Por outro lado, a dimensão espacial da sua malha urbana mantinha-se contida dentro de uma área reduzida e delimitável praticamente a olho nu. Até aos inícios da década de 1960, Coimbra permanecia uma pequena cidade de província, na qual a relação com espaço rural em volta se fazia pela forte intrusão da paisagem rural – os quintais, as matas, os laranjais, as hortas, até mesmo terrenos baldios – dentro do perímetro urbano, e, ao mesmo tempo, por um relacionamento constante, no plano da vida activa, com a população, geralmente muito pobre, das pequenas mas numerosas vilas e aldeias que a rodeavam ou que a ela se ligavam pelos mais diversos laços (Santana, 1996; Bandeirinha, 2003).

De facto, o reconhecimento dos relatos textuais e das memórias fotográficas provenientes do século XIX revela o modo como o rosto da urbe

não tinha sido profundamente alterado ainda durante as primeiras décadas do século XX, sendo fácil identificar, na cidade desses anos, o núcleo restrito de lugares de referência mencionados nas notícias dos jornais e nos numerosos textos de carácter memorialista. A grande mudança ocorreu já em pleno Estado Novo, durante as décadas de 1940-1950, com a destruição de parte substancial da velha Alta e a construção das novas instalações universitárias, apoiada numa monumentalidade, comum à arte pública dos governos totalitários da época, que o salazarismo internamente replicar (Rosmaninho, 2006; Nogueira, 2006). A edificação das “Escadas Monumentais” que passaram então a permitir o acesso directo à Praça da República daquele que é hoje o Pólo 1 da Universidade – transformando-a em novo espaço de encontro habitual dos estudantes –, pontuava a importância magna conservada pela Universidade no contexto de vida da cidade e o forte impacto público que envolvia o seu *locus* físico e simbólico.

Os lugares da vivência universitária permaneciam, porém, essencialmente os mesmos, se bem que a sua ligação ao quotidiano estudantil começasse a ver-se limitada e confrontada com outras possibilidades. A Via Latina, no interior do Pátio da Universidade, os Arcos do Jardim, o Jardim Botânico, o Penedo da Saudade, as ruelas da Alta dentro das quais permanecia ainda, em repúblicas, lares ou “quartos alugados”, a maior parte da residência estudantil, eram agora associados a áreas pouco antes ainda periféricas, como Celas, a Baixa e o Largo da Portagem, o campo de futebol de Santa Cruz, os laranjais do Choupalinho, ou as matas do Choupal e do Vale de Canas. Apenas ao longo da década de 1960 outros núcleos passaram gradualmente a ser tomados como local regular de habitação ou de convivência estudantil, como

aconteceu com o bairro da Solum, a avenida Afonso Henriques ou a já reeferida Praça da República, que ganhou uma nova vida após a inauguração, em 1961, do Teatro Académico de Gil Vicente, e a instalação, no mesmo bloco de edifícios, da Associação Académica de Coimbra, com toda a efervescência contida na actividade das suas diferentes secções autónomas e departamentos.

Porém, algumas das memórias da cidade e da vivência estudantil produzidas já na segunda metade do século XX, propositadamente pitorescas e marcadas pela recordação da passagem dos seus autores pela cidade, insistem ainda, sistematicamente, na referência aos espaços e aos circuitos tradicionais, próprios de um território de dimensão exígua e ainda pouco permeável a uma mudança rápida, esforçando-se por recuperar um passado imaginado como essencialmente familiar e desejavelmente imóvel. Em 1984, um antigo estudante lamentava as mudanças mais próximas da data na qual escrevia, enunciando uma relação saudosa com um tempo e um retrato, em larga medida já apenas imaginados, que tinha a desgostosa noção de se estarem a diluir: *“Coimbra depois de perder, com o pretexto das urbanizações, o seu romantismo tão característico, parece que está a perder, com o pretexto do progressismo, os seus preconceitos académicos, tão característicos também”* (Martins, 1984: 184). Em 2000, outro ex-estudante e ex-jogador de futebol da Académica, deplorava ainda o facto de Coimbra ir *“perdendo as genuínas características que a proclamaram como cidade sui generis”*, e de ter deixado *“de ser a nostálgica cidade dos amores e do pacato e romântico Mondego do Choupal até à Lapa”* (Curado, 2000: 28). Numerosas crónicas e apontamentos publicados nos últimos vinte anos pelos jornais diários da cidade

(o *Diário de Coimbra* e o *Diário As Beiras*) podem confirmar a prevalência desta incompreensão perante os sinais da mudança e a diluição de determinados estilos de vida e padrões comportamentais.

A residência estudantil da época tendia também a acentuar a dimensão concentrada, e de alguma forma regulada, da distribuição espacial dos estudantes. Durante os anos 60, as repúblicas, apesar de terem uma centralidade não tão ampla quanto a permanência de uma certa mitografia urbana ainda hoje sugere, quer ao nível do número de estudantes ali moradores, quer no que respeita à influência efectiva do “estilo repúblico” nos hábitos de convivalidade, conservavam algum peso na comunidade estudantil, muitas vezes associadas a vivências determinadas por proximidades de outro tipo, como a localidade ou região de origem daqueles que as habitavam, a convergência de interesses ao nível dos hábitos do quotidiano, e também, de uma forma então crescente e por vezes decisiva, as afinidades políticas (Carreiro, 2004). Ainda permanecem então, para muitos, como os locais “*de onde partem quase sempre as iniciativas académicas*”, sendo elas “*que mais fazem para obrigar a cumprir a praxe, que mais animam a cidade com as suas ruidosas festas de aniversário*” (O Ponney, 1966, 593), mas também, para muitos outros, e de uma forma cada vez mais acentuada, como locais de organização associativa, de debate cultural e de consciencialização política.

Os lares, por sua vez, constituíam-se como um espaço essencial da residência feminina, configurando estilos de vida, horários e regras extremamente vigiados e disciplinados, geridos habitualmente por congregações religiosas, que funcionavam – embora com a crescente resistência passiva ou activa de muitas raparigas – como espaço de formação,

“protector” das mesmas na sua relação com uma vida distante do controlo das famílias e dos ambientes de origem, com os quais os seus “encarregados de educação” desejavam manter laços o mais possível inalterados.

Todavia, nesta altura, era já possível detectar sinais de uma rápida alteração, ou mesmo de transfiguração, dos hábitos estudantis. A referência, no contexto da “sociedade académica tradicional”, a um determinado padrão de vida boémia, excludente da população não-estudantil e das raparigas, associado principalmente ao consumo imoderado de bebidas alcoólicas e à vida de taberna, ao jogo de cartas e de dados, aos antigos hábitos de estúrdia, à participação em bailes e arraiais populares, e, ocasionalmente, a actividades amorosas consideradas “ilícitas”, que integraram de facto uma certa experiência da vida académica coimbrã, vinha passando, cada vez mais para um plano secundário, acentuando-se esta transformação, de uma forma crescente, à medida que a década de 1960 avançava. Não sem resistências, naturalmente: em 1966, uma crónica de um número do jornal *O Ponney*, publicado durante a Queima das Fitas, ainda falava dessa vida, de acordo com um determinado modelo identitário do estudante coimbrão, como dotada de *“uma auréola poética-viril, a raspar pelo inexprimível, (...) como uma árvore com as raízes fundas onde desabrocham, todos os dias, os mais capitosos frutos do Espírito, os maiores esplendores da Alma”* (*O Ponney*, 1966, 593). Mas o quotidiano estudantil encontrava-se, efectivamente, numa fase de mudança. E, desde logo, ao nível das expressões quotidianas da convivialidade, da moral e da inserção na vida da universidade, da cidade e do próprio país.

Neste processo, as transformações no campo das práticas académicas tradicionais, ao nível da denominada “praxe”, são – dado o seu lugar no quotidiano estudantil – particularmente significativas (Prata, 2002: 255-7). Pelos meados da década de 1950, ao mesmo tempo em que, com a aprovação do projecto do *Código da Praxe Académica de Coimbra*, se assistia à cristalização normativa dos seus ritos e formas simbólicas, uma série de artigos e cartas em jornais nacionais abriam um debate em torno da “praxe académica”, o qual se estenderia gradualmente à discussão sobre os limites legítimos da intervenção política estudantil (Frias, 2003; Cardina, 2006).

O problema era antigo. Para Maria Eduarda Cruzeiro a praxe confina-se a um conjunto de *“práticas institucionais especiais, cujas funções básicas de conservação de uma originalidade fundada na tradição tendem”*, ao longo do tempo, *“a cristalizá-las em formas quase rituais”* (Cruzeiro, 1979: 802). Até ao século XVIII, designadas como “investidas”, estas práticas eram essencialmente rituais destinados a confirmar a integração dos novos estudantes na corporação universitária. Em Coimbra, como em outras universidades europeias e como era hábito nos processos de entrada nas antigas corporações, elas foram muitas vezes marcadas por elevadas doses de violência, sendo por várias vezes postas em causa e até proibidas. Em 1727, D. João V interditou mesmo toda e qualquer “investida”, alegando que essas actividades, apesar de serem muito antigas na universidade, se haviam tornado cada vez mais bárbaras. E, pelos finais do século XIX, Teófilo Braga dará conta de como muitos estudantes chegavam ao ponto de evitarem ir à Universidade, a não ser na altura dos exames, para escaparem à fúria praxística dos colegas mais velhos.

A praxe académica representa uma reminiscência dos tempos em que existia, em Coimbra, uma jurisdição especial, chamada "foro académico" (Prata, 1993). Ou seja, os estudantes e professores da universidade, vinculados a antigos privilégios, muitos deles associados à condição eclesiástica de uma grande parte dos seus actores, não respondiam perante as autoridades ordinárias. Assim foi até à vitória dos liberais em 1834 e à assinatura da Convenção de Évora-Monte que determinou o exílio de D. Miguel, sendo as regras apertadas nesses tempos. Nenhum estudante podia sair à rua depois das seis ou sete da tarde, conforme fosse Inverno ou Verão, sob pena de ser apanhado pela Polícia Académica e levado para os calabouços da universidade. Com o fim do foro, os estudantes decidiram então promover, apenas para os caloiros, uma adaptação especial desta tradição. Organizavam-se em "trupes" e então, após o toque do sino da torre da universidade (a *Cabra*) corriam pela cidade à procura dos infractores, que faziam por atemorizar e punir.

Ainda durante o século XIX deixou de falar-se em "investida", e as práticas relativas aos caloiros começaram a designar-se, mais frequentemente, como "caçoadas" ou "troças". Na segunda metade do mesmo século, porém, novos episódios particularmente violentos são ainda relatados. Os novatos eram "tosquiados", obrigados a cantar e a dançar, envolvendo-se por isso, muitas vezes, em situações de confronto físico com os mais velhos. Em 1873, um estudante, depois de ver o seu cabelo cortado à força, fere mesmo mortalmente um dos seus agressores. Ao mesmo tempo, vão-se erguendo vozes contra este tipo de práticas, como a de Gustavo Martins de Carvalho que, num opúsculo impresso em 1902, considerava a praxe académica como

“uma sobrevivência de costumes de gerações que a História já de há muito arrecadou, numa vala comum, fria e insugestiva, (...) uma tradição em guerra com o progresso, uma espécie de hereditariedade doentia” (Carvalho, 1902: 5).

Com a proclamação da República, a praxe quase desapareceu. Os trajes académicos tornaram-se facultativos – uma antiga reivindicação dos estudantes – e quase caíram em desuso, mesmo entre o corpo docente. No imediato pós-5 de Outubro, a destruição das insígnias doutorais na Sala dos Capelos e a democratização do vestuário quotidiano constituíram mesmo um dos primeiros actos simbólicos. Até a *Cabra*, o velho sino que pontuava o horário das aulas e de toda a vida universitária, deixou de ser ouvida na cidade. No entanto, poucos anos depois, muitos afirmavam já sentir-lhe a falta, em larga medida porque ela servia também de medida na distinção classista, que ainda não havia sido colocada em causa, entre o estudante e o plebeu *futrica*. Em 1916, um documento assinado por 825 estudantes pediria mesmo a restauração formal das praxes académicas, estalando então um intenso debate a propósito do tema. "Abaixo as praxes ridículas e inoportunas! (...) Fora com o micróbio da reacção que ameaça insinuar-se na sociedade republicana, corroendo-lhe o feitio e enegrecendo-lhe o futuro!", podia ler-se na altura em artigo saído a 14 de Dezembro de 1916 no bissemanário *A Resistência*. As práticas renascerão então em 1919, para voltarem a ser abolidas apenas em 1969, após a instauração, em plena “crise”, do luto académico. Mas a eliminação da "sanção de unhas", do recolher obrigatório e do "rapanço", vinha já sendo praticada. Ao mesmo tempo, tal como ainda muitos deles recordam (Cruzeiro, 1989; Cruzeiro e Bebiano, 2006), para a generalidade dos estudantes oposicionistas que se vinham tornando maioritários na academia, a

praxe passou a ser vista como "uma prática de pura alienação", vestígio do passado e de um ideal de sociedade marcado por uma rígida hierarquia que, no domínio de um combate cívico considerado imprescindível, se procurava combater e se esperava poder abolir. Manuel Louzã Henriques, estudante nos inícios da década de 1960, falará, muitos anos depois, de uma "boa boémia", associada ao que considerou ser "*o ócio útil, bebido e conversado, onde passou a cultura, a literatura, a arte, a violência política*", por oposição aquela outra boémia "despolitizada" e transformada "*numa ideologia oca, num grupo de rapadores de cabeças, boémios de má qualidade com piadas eventualmente de mau gosto*" (Henriques, 1991:354).

Apenas quatro anos depois do 25 de Abril, alguns estudantes voltaram a movimentar-se para que a tradição praxística fosse recuperada. E 1980 será o ano do regresso formal da Queima das Fitas e das praxes, então associadas aos valores e expectativas dos sectores considerados "apolíticos" ou mais ou menos próximos das forças conservadoras e de direita. Mas então, tal como na actualidade, as opiniões permaneceram divergentes e, por vezes, mesmo extremadas. A questão deixou, aliás, de colocar-se apenas em Coimbra, cidade berço desta tradição. E com a disseminação das escolas superiores e das praxes, a partir da década de 80, um pouco por todo o país, também o debate se revestiu cada vez mais de carácter nacional, ao mesmo tempo que as práticas coimbrãs deixaram de ser o instrumento identitário que, de toda a forma, durante longos anos nunca haviam realmente deixado de ser.

5. A mulher e a universidade

Em estreita conexão com o papel das praxes académicas, essencialmente masculinas, na definição e na redefinição das formas de sociabilidade estudantil, encontra-se o processo de afirmação da mulher dentro da comunidade e do seu papel no associativismo estudantil e nas experiências de intervenção política.

Em Abril e Maio de 1961, a controvérsia instalada em Coimbra sobre o lugar da rapariga universitária no quotidiano estudantil importa já um questionamento das formas de validação do feminino e da posição que este deveria ocupar na sociedade portuguesa. A querela implicou um confronto entre concepções antagónicas e excludentes, definidas a propósito do lugar político e social da mulher. Vivida dentro de um ambiente assente na predominância do masculino e quase inteiramente alheado das diferentes formas do debate democrático, foi, por isso, marcada por uma grande intransigência de atitudes e de pontos de vista.

Pela via de comportamentos atávicos historicamente identificáveis, mas também em função da atitude que a partir dos anos trinta foi definida por Salazar e pelo salazarismo a respeito da mulher, e ainda devido ao apertado cerco cultural imposto pela censura e pela propaganda, os factores de mudança emergiram, neste domínio, em Portugal, de feição bastante tímida e, de início, quase imperceptível (Gorjão, 2002). Conhece-se a forma como o edifício político e social do Estado Novo atribuíu aos homens e às mulheres, dentro do quadro jurídico relativo ao exercício das actividades comuns, uma situação de inequívoca desigualdade, da qual resultava uma também diferente distribuição de papéis e a rigorosa disjunção das marcas definidoras da noção de masculino e de feminino sugeridas como perfeitas e exemplares. Na

Constituição de 1933 inscrevera-se a igualdade formal dos cidadãos perante a lei, mas considerara-se também, no seu artigo 5º, que nela deveriam necessariamente ressaltar-se aquelas que eram referidas como as “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”.

Sem que ao longo dos anos este princípio fosse revisto, o Código Civil de 1967 ainda definiria a inequívoca chefia masculina do agregado doméstico, condicionando à aceitação do cônjuge a participação ou a exclusão da mulher no mundo do trabalho. Esta permanecia idealmente associada ao governo da casa – aspecto no qual insistiam, pedagogicamente, tanto os programas escolares como a propaganda dos padrões éticos e dos valores tradicionais da família – e, como se tal atribuição não fosse suficientemente restritiva, a mulher era impedida ainda de abandonar de livre vontade a residência conjugal, de exercer uma profissão independente, ou mesmo de atravessar as fronteiras, se para tal não possuísse assentimento escrito do pai ou do marido. No plano da codificação social da sexualidade, o Artº. 1636º declarava ainda que “a falta de virgindade da mulher ao tempo do casamento” constituía factor relevante para a anulabilidade legal deste, enquanto o Artº. 461 do Código Penal referia como lícita a violação da correspondência da esposa pelo seu marido, aceitando-se mesmo que o seu assassinato, quando ocorrido em situação de flagrante adultério, pudesse ser punido com pena branda.

Este conjunto de disposições, sancionado pela Igreja e pela moral católica, funcionou, inevitavelmente, como poderoso factor dissuasor da actividade feminina fora do universo familiar, ou para além das ruas da exígua comunidade local ou do bairro. O vislumbre de certos factores de emancipação em relação a este constrangimento espacial, ao qual foi possível assistir em

algumas áreas durante os últimos tempos da monarquia e nos primeiros anos da República – presença de um número apreciável de mulheres em actividades públicas, reconhecimento do divórcio e da igualdade dos sexos, termo do dever de obediência aos maridos, alterações produzidas na legislação acerca do regime de filiação e de propriedade, abertura do mercado de trabalho a certas actividades levadas a cabo fora de casa – foi, desde os primeiros anos do regime salazarista, objecto de uma regressão tão rápida quanto profunda.

Porém, na década de 1950, a “problemática feminina” tinha entrado já nas preocupações de alguns meios, mobilizando internamente um certo número de vontades e de opiniões, em consonância com as movimentações sociais de cariz emancipatório que o tempo via emergir (Gitlin, 1987; Cott, 1989; Marwick, 1999). Buscava-se um esclarecimento das condições para a igualdade política, económica e social dos sexos, ao mesmo tempo que se levavam a cabo combates específicos, no sentido da eliminação das restrições discriminatórias e dos obstáculos que afastavam as mulheres de uma vida efectivamente activa e partilhada (Ergas, 1995: 587-594).

Integrou-se, nesse momento de contradições e de mudança, a ruidosa polémica vivida no ano de 1961 entre os estudantes universitários de Coimbra e no próprio país, a propósito da publicação, no jornal académico *Via Latina*, do artigo “Carta a uma Jovem Portuguesa”. A discussão então lançada plasmou contradições que se vinham revelando na sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, integrou reflexos que ultrapassavam largamente tanto a cidade quanto o próprio ambiente estudantil.

O debate sobre o lugar e as atitudes da rapariga universitária, traduziu-se num confronto de posições a propósito da condição feminina em Portugal que

sobreveio dentro da comunidade estudantil, justamente o sector que se encontrava menos sujeito a constrangimentos familiares e em condições de levar a cabo a contestação do estabelecido, dentro de um espaço no qual podia fruir de um mínimo de liberdade. Porque, como salientou Rui Grácio, no preciso momento em que ocorreu, o núcleo crítico dessa polémica, “indiciador de culturas e estruturas mentais contrastadas”, se situava, objectivamente, não tanto no domínio mais directo da política formal, sujeito a uma mais rigorosa actividade repressiva, mas “no terreno dos costumes e da moral sexual” (Grácio, 1989: 76), onde se tornava mais difícil um completo controlo. Ele continha expectativas e pontos de vista de sinal divergente, em larga medida centrados na caracterização daquilo que era “ser-se mulher”.

A controvérsia sobreveio num contexto marcado pelo acentuado crescimento da população feminina universitária coimbrã. Entre os anos lectivos de 1951-52 e 1961-62, o seu número passara de 1.015 (29% do total de estudantes) para 2.253 (40%), não cessando de crescer a cada ano que passava. Em 1968-1969 seriam já 4.112, 45,5%, e no ano lectivo da queda do regime, em 1973-1974, eram 5.169, 50% (Nunes, 1968b; Gomes, 1987; Cruzeiro, 1989). Este crescimento articulou-se com a irrupção e o alargamento de uma participação mais activa por parte de um núcleo significativo de raparigas no associativismo estudantil e em outras actividades de carácter cívico, traduzida em iniciativas como a realização de uma primeira Assembleia-Geral de Universitárias, a actuação do Conselho Feminino da AAC, a presença em alguns organismos, intervenções públicas em diversos encontros ou a autoria de variados artigos de opinião. Sublinhou então Carlos Candal, presidente da Associação Académica de Coimbra, que as estudantes se

encontravam cada vez mais em condições de poderem oferecer um “real contributo” à acção estudantil, “ajudando à criação de hábitos enraizados de igual autoridade e responsabilidade” perante questões que diziam verdadeiramente respeito “a toda a juventude e não apenas a uma parcela” (*Via Latina*, 1961, 126). Isto é, deixando de ser a silhueta semi-anónima por detrás da cortina, cantada por uma cultura estudantil predominantemente masculina e marcada, como se viu já, pelo velho conceito do estudante boémio. Este vinha sendo reformulado, com a emergência de um outro tipo de universitário, “mais sério e preocupado com os seus problemas e com os da sociedade em que vive”, como referia Candal no artigo intitulado “O despertar de uma consciência” (*Idem*, 1961, 122).

Porém, a generalidade das atitudes sobre a inevitabilidade de um reposicionamento da condição da estudante-mulher não eram, todas elas, tão optimistas e empenhadas quanto esta na introdução de factores de mudança. Joaquim Cantante Garcia, em “Um problema momentoso: as relações entre rapazes e raparigas” (*Idem*, 1960, 111), abordou o tema do convívio quotidiano entre os estudantes dos dois sexos, aceitando-o de uma forma cuidadosa, de acordo com um posicionamento ainda conservador na relação com a moral dominante, e insistindo nos “perigos” de uma “excessiva proximidade”. Tal como acontecia em outros ambientes universitários, mas escorada no caso coimbrão num conjunto de vivências profundamente enraizadas na vida da urbe e da sua escola maior, uma parte significativa dos estudantes-rapazes continuava a exhibir uma certa forma de “virilidade ostentatória e tradicional” (Sohn, 2001: 241). Esta era comum, aliás, aos estabelecimentos universitários mais antigos, dentro da qual a bebida, o tabaco ou o jogo, e a subcultura muito

conservadora que os integrava como parte do quotidiano, desempenhavam um papel de maior importância no estabelecimento de relações de convivialidade e de cumplicidades do que acontecia com o contacto regular e à luz do dia com as suas colegas. A boémia e as práticas “machistas”, aplicadas a uma vivência académica do quotidiano da qual a praxe se tornou uma componente essencial, tendo começado a recuar na vida coimbrã a partir da década de 1950, somente a partir dos finais da seguinte começariam, como se viu já, a ser considerados como atitudes atípicas, já frequentemente condenadas.

Do lado das raparigas universitárias, e apesar da afirmação gradual de um número crescente de vozes autónomas e discordantes, a atitude conformista mantinha-se dominante. Quando, num “Inquérito à jovem universitária”, o jornal *Via Latina* questionou a opinião de estudantes que militavam em organismos culturais e desportivos sobre o papel a desempenhar pela mulher no século XX, nas respostas afirmava-se ainda que “o papel da mulher é sempre o mesmo, independentemente da época em que vive: preparar-se para a sua missão de Esposa e Mãe”, ou então que ela “deve acima de tudo ser aquela que, ombro a ombro com o homem, o ajuda a vencer na vida”. Mas existe também quem declare que a sua presença “desempenha na sociedade de hoje uma importância que já ninguém pode olvidar”, ou que ela “de maneira alguma se deve afastar dos problemas do seu tempo”. No mais ousado dos testemunhos transcritos, a estudante Margarida Losa, do Círculo de Estudos Literários, anotava mesmo que a mulher do seu século era “aquela que trabalha e que é independente economicamente, e portanto se pode equiparar ao homem, não necessitando de lhe estar submetida” (*Via Latina*, 1961, 131).

Mas o ambiente continuava marcado por um conjunto de posições, nas quais a gradual divergência era temperada por uma semântica integradora das contradições, enunciando as discordâncias de maneira sempre elaborada, cautelosa, frequentes vezes eufemística, embora nem por isso capaz de afastar a percepção de que se vivia um tempo de mudança. Assim em 1959, no artigo “A vocação da mulher e da universitária e a A.A.”, publicado por Manuela Formigal, depois de se insistir no “papel especialíssimo” a desempenhar socialmente pela mulher, “mãe em sentido físico, na família”, considerava-se a integração neste atributo de um outro que seria o de “mãe no sentido espiritual”, o qual deveria ser consubstanciado através de um “abraço do mundo inteiro”. Isto porque já se tornava claro que na altura vinha sendo pedido à mulher “um muito maior contributo actuante, uma presença muito mais actuante em todos os campos”. Por isso mesmo se declarava que “nós, raparigas, temos imensas possibilidades”, proclamando-se em seguida que devem ser postas “todas a render” (*Via Latina*, 1959, 85). Mas no ano seguinte, no contexto da organização de uma primeira “Assembleia-Geral de Alunas da Universidade”, ainda se lamentava o “desinteresse” e o “desapego” da generalidade das universitárias pela mais elementar militância associativa.

As contradições que integravam esta problemática irão revelar-se com maior agudeza, quando da referida publicação na *Via Latina*, em 19 de Abril de 1961, da “Carta a uma Jovem Portuguesa”, escrita pelo estudante Artur Marinha de Campos. Redigida, tal como o seu autor viria mais tarde a reconhecer, enquanto devaneio influenciado pela leitura fresca da obra de Simone de Beauvoir (Lourenço, 2001: 38), e que não pretendia fazer “a apologia de qualquer ideal”, a fantasiada destinatária da “Carta” surge descrita

como uma entre muitos milhares de raparigas sofredoras, “vítima de todos nós e de ti mesma” devido ao errado sistema social que dentro da vivência universitária as reduzia sistematicamente à passividade de quem “não sabe ver nem dizer” e a um lugar de subalternidade. Campos recusa o papel que lhe era tradicionalmente atribuído, como homem, de “senhor a quem obrigatoriamente tens de te ligar para viveres na consideração e na segurança sociais”. Declarava também que a sua liberdade não era igual à da rapariga – “separar-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos” – convidando os estudantes de ambos os sexos a que, em conjunto, pugnassem “pela libertação através de uma mútua liberdade”. Falava ainda, como aspecto que em breve virá a transformar-se no núcleo central do problema, da recusa de uma vivência física situada em campos apartados, da injustiça que era o desconhecimento habitual do “corpo” e um relacionamento construído “de espera e de rotina”, mencionando ainda, de passagem, mas sem que na altura a referência pudesse passar despercebida, a importância do “amor que desperta entre os jovens” e a desejável naturalidade da sua “concretização sexual” (*Via Latina*, 1961, 130).

A perturbação suscitada pelo artigo foi grande e imediata, despoletando uma vaga de textos publicados dentro e fora da academia: artigos, comunicados, panfletos, muitos deles impressos em tiragens que em alguns casos atingiram os milhares de exemplares (Garrido, 1996: 108-114). As organizações juvenis institucionais, politicamente dependentes do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, ou de natureza confessional, como a Juventude Universitária Católica e a Juventude Universitária Católica Feminina, irão questionar o conteúdo da carta, ainda que

de forma relativamente moderada. Muitos jornais católicos regionais não se inibirão de falar, com grande aparato e uma linguagem muito violenta, de “indignação” e de “nojo” em face de um texto que, de acordo com a sua leitura, preconizaria um “amor rastejante”, um “materialismo desenfreado”, uma “imoralidade arvorada em norma de conduta” (*Via Latina*, 1961, 131). Ao mesmo tempo, agrupamentos juvenis de extrema-direita apontavam, como estando por detrás da “Carta”, “profissionais da subversão”, trabalhando em prol de “planos importados de Praga e Moscovo”, e dando corpo a uma “perseverante reacção marxista” combinada com o que lhes parecia integrar também uma “conspiração maçónica” (*apud* Grácio, 1989). O diário conservador *A Voz* afirmou mesmo que “a insídia do programa do comunismo internacional para a juventude está ali, com todas as letras, com todo o despudor”, considerando que a publicação que a dera a conhecer se havia transformado em “espécie de jornal obsceno, um caso da alçada da polícia de costumes” (*A Voz*, 1961, 12197), e apelando desta forma a uma intervenção repressiva.

Reconhecendo este impacto, a própria *Via Latina* dedicou ao tema um número especial do jornal, publicado apenas duas semanas depois, no qual, em editorial convenientemente destacado, fez notar que a posição do jornal apenas era definida “através de notas de redacção e editoriais designados como tal”, demarcando-se pois, se bem que de um modo bastante suave, do texto de Marinha de Campos. Mas a maioria dos artigos aí publicados atribuiu uma importância muito grande, absolutamente desproporcionada, àquilo que o texto declarava ou que parecia revelar, não se inibindo de criticar abertamente

o seu autor pelo que efectivamente dissera e também pelo que, na opinião dessas leituras, aparentara ter dito.

Nesta linha, em “A Academia e a Moral”, Augusto Ilídio Cunha sugere a “imoralidade” da autoria da “Carta”, chamando a atenção “de todos os colegas cuja dignidade foi vulnerada na pessoa das próprias esposas, noivas ou namoradas” em nome da apologia de uma “escravatura do sexo”. Mais moderada e argumentativa, Dulcília Costa tenta responder, a par e passo, a cada uma das afirmações do texto polémico, insistindo particularmente na grande importância, que diferencia em relação à possibilidade invocada por Campos, de um “amor dentro do casamento”, pedindo que se omitam posições em textos públicos capazes de abalarem a sociedade, “uma realidade que devemos respeitar e na qual nos devemos integrar”. Também sob a forma de missiva, A. de Jesus elogia a indignação demonstrada perante a ofensa por parte da simples estudante, a “jovem casta”, que designa como “pomba de soledade” e se entretém, longe das ideias dissolventes, “entre nebulosas de luar”, vincando que a mulher “deve ter sempre presente a sua essência: a maternidade espiritual”. Por sua vez, Anselmo de Carvalho pediria por sua vez à rapariga universitária que fizesse “vista grossa” às propostas igualitárias que sobrevoavam a academia e se mantivesse “firme no seu valor”, aceitando sem vacilar que “mulher é mulher, e homem é homem” (*Via Latina*, 1961, 131).

A vivência de uma sexualidade mais livre não era, todavia, o problema central que no domínio da moral e dos costumes vinha preocupando a academia. Ele relacionava-se apenas com um outro, mais prático e imediato. No contexto de uma sociedade tradicional como era ainda a portuguesa, e dentro de um ambiente confinado, vigiado e provinciano como o era ainda o

coimbrão, colidia igualmente com a moral dominante a questão “melindrosa”, na altura já em debate, lançada a propósito do convívio diário entre estudantes de ambos os sexos, dentro de espaços que para o efeito se esperava que fossem criados nas faculdades. Essa era, em larga medida, a questão de fundo abordada na “Carta” e que os seus críticos acabaram por desviar numa direcção muito particular.

Procurando explicar esta incompreensão, Rui Grácio mencionou a afirmação do conflito entre uma moral “cristã tradicional”, da qual o salazarismo e a igreja católica se haviam tornado simultaneamente garantes e paladinos, influenciando mesmo sectores da sociedade exteriores à sua identidade política e doutrinária, e uma outra moral, de natureza “laica e moderna”, a qual, entre as gerações mais novas, e particularmente entre os estudantes universitários, começava a recolher a influência dos ventos de emancipação, associados a novas teorias, práticas e valores, que chegavam do exterior e começavam a produzir a intenção de dar forma à alternativa (Grácio, 1989; Bebiano, 2003). Nesta direcção, o estudante católico Pedro Roseta viria a falar, nas páginas do jornal estudantil lisboeta *Encontro*, do afastamento que vinha ocorrendo entre cultura profana e cultura religiosa, reconhecendo que, no interior do meio estudantil, a primeira vinha ganhando claramente terreno em relação à segunda (*Encontro*, 1967, 67).

No âmbito deste confronto, no artigo “Em torno a múltiplos conceitos de moral. Reflexões e esclarecimento”, de Nicolau Vasconcelos Raposo, foram despendidas algumas reflexões sobre três concepções de ética não-cristã – “a marxista, a freudiana e a existencialista de cariz sartreano” – cujo núcleo central integrava alguns dos princípios invocados pelos defensores de uma

moral mais tradicional. Assim, à ética marxista imputava-se o erro de “não conceder valor intrínseco aos conceitos morais, os quais não seriam intemporais mas sujeitos a transformações com as mudanças económicas da sociedade”, definindo a presença no mundo de uma geração “não de Deus, mas do Homem”. A propósito da obra de Sigmund Freud e da sua valorização da necessidade de emancipação em relação aos recalcamientos no campo da sexualidade, escrevia-se que “esta concepção se encontra falseada porque não atenta nas características que distinguem os animais dos homens”. E por fim, sobre o existencialismo francês, declarava-se que, “pondo de parte qualquer valor moral universal”, e valorizando apenas “o indivíduo nas suas circunstâncias”, dela resultaria que “deixa de haver regras, tudo é consentido”, acabando, uma situação que o autor recusa abertamente, por “conferir universalidade ao conceito valorativo de liberdade”. Daqui se concluía, ao articularem-se estas influências com o ambiente que havia produzido a “Carta” e com o seu conteúdo, que o essencial do seu negativismo se situava numa moral sem o norte de um objectivo último e universal, a qual acabaria inevitavelmente por conduzir, no plano do relacionamento social e da experiência da sexualidade entre homens e mulheres, “à saturação e aos aberracionismos” (Via Latina, 1961, 131).

Perante esta forte vaga de condenação, o próprio Conselho Feminino – organismo recém-criado e integrado na actividade de uma Associação Académica que era já maioritariamente controlada por sectores estudantis em oposição às políticas do governo – viu-se forçado a emitir um comunicado, no qual, demarcando-se do texto de Marinha de Campos, adiantava, de maneira conciliadora, que “dada a individualidade própria da mulher”, que lhe permitia

“assumir o papel específico que perante a sociedade lhe compete”, se exigia que não fosse “erigida como válida qualquer escala de valores que negue esta realidade” (*Ibidem*). O que significava, mesmo assim, aceitar a existência de modelos diferentes acerca dos papéis desempenhados pelas mulheres na universidade e no mundo. Discutia-se, pois, aquilo em que se podia traduzir essa diferença, sendo neste contexto particularmente interessante, e corajoso para a época, o artigo “Encontro do Homem e da Mulher na Universidade, no Trabalho e na Vida”, publicado por José Moitalina ainda no número especial da *Via Latina* sobre a “Carta”.

Moitalina sugeriu ali uma aproximação ao lugar da jovem estudante na Universidade e na vida associativa, mas também num plano mais geral, lembrando, logo de início, que o debate se inseria numa mais vasta polémica “sobre a condição actual (necessidades materiais, culturais, profissionais, etc.) da mulher dos nossos dias perante o condicionalismo e as exigências da sociedade presente”, resultante também de um movimento geral que se processava de forma inexorável, “não obstante os protestos dos que sentem a angústia de ver desmoronar-se o seu quadro de vida anterior e de se adaptarem a novas exigências que lhe são impostas de fora, (...) que lhe são impostas pela vida”. Começou, desde logo, por evitar referir-se à questão, do foro da sexualidade, que indignava muito particularmente os sectores católicos e sobre a qual a maioria dos estudantes alimentava ainda numerosas dúvidas, preconceitos e tabus. Fez, em seguida, a defesa da emancipação financeira da mulher e a sua autonomização em relação às actividades do lar, ocupando um lugar cada vez mais notável no mundo do trabalho extra-doméstico. Perguntou, aliás, sobre “quem? qual mulher? que casais?” era aquela e eram aqueles dos

quais se falava. Distinguindo as lavadeiras do Mondego e as mulheres-a-dias que lavavam e cosiam nas repúblicas, nos lares e colégios, da mulher “que só nos nossos dias (...) começa a sentir o problema complexo e angustiante de sair de casa, de enfrentar a vida, de se preparar para a guerra do trabalho quotidiano, da contingência do ordenado mensal”, lembrou a existência de um novo tipo de rapariga, a qual até ali “ficava em casa recebendo uma educação própria para uma vida doméstica”, mas que agora vinha para a Universidade “receber uma preparação técnica e cultural própria para a vida profissional” (*Ibidem*).

Esta nova realidade configurava a quebra dos preceitos fundamentais do salazarismo a propósito dos espaços e das funções que de uma maneira ideal deveriam ser ocupados e preenchidos pelas mulheres. A actividade remunerada fora da esfera doméstica, anteriormente confinada quase exclusivamente ao trabalho rural e à ocupação de “criada de servir”, bem como a “actividades femininas” muito específicas no domínio da educação e da saúde, vinha deixando de se mostrar como uma situação excepcional, o que forçava a uma requalificação da formação profissional, bem como dos próprios padrões do relacionamento familiar e da sociabilidade em geral. O artigo de Moitalina lembrava, pois, que “o problema central” vivido na época pela mulher era “a harmonização das suas tarefas tradicionais – o lar e a educação dos filhos – com o seu trabalho profissional”.

De facto, o trabalho vinha-se tornando, nesta época, um espaço absolutamente determinante para a afirmação de um estatuto de independência da mulher, uma vez que, nos domínios da vida dentro do núcleo familiar que dependiam directamente da maternidade, ela “não podia procurar

ser igual ao homem” (Sohn, 2001: 225). Sendo verdadeiro o facto de a acentuada penúria de mão-de-obra que se estabeleceu na Europa desde o pós-guerra até à recessão de 1974 ter determinado uma procura que facilitou bastante essa transformação (Battagliola, 2000), a alteração dos valores, das regras sociais e dos códigos jurídicos que a acompanharam foi incomparavelmente mais lenta (Witz, 1993). O que, no caso português, devido às conhecidas condicionantes estruturais determinadas pela moral salazarista e pelas normas que esta tinha sabido impor, ainda se tornou mais manifesto.

As dúvidas sobre o lugar da sexualidade neste ambiente de mudança foram referidas sobretudo pelos críticos da “Carta”, e praticamente ignoradas por aqueles que a defendiam, uma vez que, para os sectores mais avançados do meio universitário, este parecia ser ainda um problema secundário. Na verdade, era a participação mais objectivamente política das estudantes, incluindo-se nesta a actividade associativa, que se requeria como instrumento de afirmação do seu lugar, cabendo-lhes, como escrevia a aluna Eliana Augusta Gersão, “conhecer a sociedade em que se vive e lutar dentro dela pelo seu aperfeiçoamento” (*Via Latina*, 1961, 132-133). E Eveline Nicolau referia também que “em relação a todos os conceitos que se opõem às nossas legítimas aspirações, às nossas legítimas necessidades de mulheres conscientes e responsáveis”, a atitude das jovens universitárias não deveria ser de submissão, mas, pelo contrário, de recusa”, por tal forma, anotava, “que sejamos nós a influenciar o ambiente, e não este a dominar-nos”. Sublinhando depois, nessa mesma direcção, que deveriam ser afastados todos os “vestígios de um passado em que homem e mulher eram dois estranhos, de vidas inteiramente compartimentadas, em que para ele havia a rua, a boémia (...), o

galanteio, a piadinha apimentada (...), e para ela o recolhimento do lar, a tímida admiração pela irreverência e liberdade dele, o rubor perante as pilhérias de certo tom muito “masculino”. O que interessava era, pois, varrer de vez “os últimos vestígios duma época ultrapassada” (Via Latina, 1961, 128).

Nos anos que se seguiram a este confronto, esta ambição será afirmada de uma forma progressiva e irreversível, e, para o final da década de 1960, por influência do aumento do número de raparigas e da afirmação “sessentista” de uma nova atitude perante a mulher materializada em algumas das práticas da esquerda estudantil, a larga maioria das estudantes universitárias de Coimbra integrava já, com uma presença alargada e crescentemente activa, o movimento associativo, participando dos momentos de reivindicação, circulando com uma maior liberdade e assiduidade pelos espaços comuns, partilhados agora, de forma menos constrangida, com colegas, amigos e namorados. Durante a “crise académica” de 1969, esta realidade emergiu já com maior clareza, a contragosto dos sectores mais conservadores da academia, claramente minoritários mas então confinados a uma posição essencialmente defensiva.

A participação feminina no processo que conduziu aos acontecimentos críticos de 1969 encontra-se amplamente evidenciada nos testemunhos que nos chegam da época, na grande quantidade de raparigas-estudantes envolvidas na actividade associativa, nas listas eleitorais, nas representações dos cursos, nos organismos culturais e desportivos, e na própria presença em reuniões e actividades políticas e associativas desenvolvidas em horários que, alguns anos antes, seriam dificilmente compatíveis com a preservação da sua “honra” social. Inúmeras fotografias documentam também essa activa

participação, de acordo com uma tendência que não deixará de se acentuar nos anos seguintes. Em 1970, foi, aliás, publicada numa editora da cidade uma antologia de textos cujo título, *Igualdade Radical Para a Mulher*, é já de si um indício e, de alguma forma, também um programa. Na portada, uma frase sintomaticamente excessiva: “Quanto mais faço o amor, mais tenho ganas de fazer a revolução; quanto mais faço a revolução, mais tenho ganas de fazer amor” (*Igualdade*, 1970: 13). A interferência crescente da esquerda radical e o activismo de sectores ligados a alguns organismos culturais durante este período não deixaram, aliás, de acentuar ainda mais esta tendência, se bem que o lugar proeminente nos espaços orgânicos de decisão e de intervenção não tivesse deixado de ser predominantemente masculino. Veremos, na segunda parte deste livro, que esta situação persiste ainda nos dias de hoje.

Ao longo de todo este trajecto, pode, pois, reconhecer-se, ainda que de forma algo embrionária, o arranque, em Portugal, de uma fase de reescrita dos papéis e de afirmação de uma renovada consciência do feminino, os quais, pouco tempo antes, tendiam a separar em campos antagónicos as atitudes sociais, os modelos culturais e os comportamentos políticos protagonizados pelos homens e pelas mulheres.

Esse foi, porém, um movimento caracterizado por alguma lentidão. Num estudo publicado em 1964 pela revista *Análise Social*, Adérito Sedas Nunes referia-se ao nosso país como integrando ainda o que considerou ser uma “sociedade dualista em evolução” (Nunes, 2000: 25-84), vincadamente espartilhada entre uma área “tradicional”, que integrava a base de apoio do regime e se mantinha claramente maioritária no interior do universo rural, mas já em nítida fase de involução demográfica e económica, e uma outra área,

tomada como “moderna”, mergulhada já num incontornável processo de crescimento, apesar de ainda só poder ser detectada em determinados espaços urbanos e em sectores sociais restritos, nomeadamente aqueles que tinham, ou conservavam, alguma relação com a vida universitária e a sua cultura própria. Aqui, a influência de uma abertura ao exterior – articulada, por essa época, com fenómenos novos, como a vaga de emigração para alguns países do ocidente europeu, a intensificação do comércio externo ou o impacto do turismo de massas e da penetração da televisão – foi produzindo as condições para o aparecimento de novas afinidades familiares, laborais e sociais, bem como a aceitação de um “influxo renovador” produzido por valores, atitudes e códigos de conduta que em boa parte chegavam do exterior.

6. Consumos culturais e recusa da indiferença

Fronteiras eram vencidas e novos lugares vinham assim sendo ocupados na geografia dos papéis sociais e da participação cívica. Tais processos começavam a ser reconhecidos pelas metades feminina e masculina das populações em sociedades que se encontravam em profunda e rápida mutação. E a sociedade portuguesa, sublinhe-se, não constituía excepção, mesmo tomando em linha de conta o seu isolamento, o apertado controlo político e os factores de imobilidade que ainda a marcavam profundamente.

Paralelamente às formas de oposição semi-legal ou apoiada na actividade clandestina predominantemente influenciada pelos comunistas, do ponto de vista de alguns dos novos movimentos emergentes nessa época, a prossecução da mudança num sentido efectivo e duradouro passava, naquele contexto, pela

contestação do papel que vinham ocupando algumas correntes de inspiração marxista, as quais vinham revelando alguma dificuldade de adaptação às novas propostas que emergiram numa fase tardia, como foi o caso do combate das mulheres e das reivindicações de cariz essencialmente juvenil. O padrão dominante do pensamento marxista desse período, que, pelo menos como instrumento de análise e como filosofia política, havia penetrado em importantes sectores intelectuais, procurava resistir e permanecer imune à radicalidade e à renovada especificidade de uma parte significativa dessas movimentações. A dimensão heterodoxa e antidisciplinar dos movimentos sociais nascidos ou reconstruídos no decurso dos anos 60 virá justamente a integrar, como componente fundamental, a recusa dessa atitude objectivamente excludente e uma valoração dos combates que, pela sua transversalidade social e heterodoxia de princípios, preenchem novos objectivos e procuravam também responder a novos problemas (Stephens, 1998; Melucci, 2001). O ambiente estudantil de Coimbra não se conservou impermeável à influência destes factores de mudança.

Referiu-se atrás a mudança no lugar da rapariga universitária, em particular no espaço de Coimbra, como tendo representado um factor crucial na transformação do ambiente estudantil e na redefinição do seu relacionamento com a restante sociedade portuguesa e com as realidades vividas além-fronteiras, nas áreas centrais de afirmação da nova cultura *sixtié*. Mas apontou-se também um outro factor determinante, que se deve reportar à inclusão de novos contextos e de renovadas experiências no domínio da ligação localmente definida com o mundo situado para além dos limites da cidade e até do país.

É verdade que esta vocação não era nova. Poder-se-ia recuar ainda mais no tempo, mas basta recordar alguns testemunhos de finais do século XIX, nomeadamente da Geração de 70, e lembrar a forma como, na década de 1860 – que marcou a presença de alguns dos seus mais destacados elementos nos Estudos de Coimbra, após a inauguração da linha regular do comboio *Sud-Express* e a fixação de viagens regulares com a França –, muitos estudantes seguiam directamente na estação ferroviária, como relatam diferentes testemunhos, a chegada de volumes contendo as últimas novidades literárias importadas de Paris. Os jornais locais, entre os quais se destacava o *Conimbricense* (1854-1907), muito lido e dinamicamente dirigido, ao longo de dezenas de anos, por Joaquim Martins de Carvalho, traziam também, regularmente, na linha do interesse das grandes correntes liberais por uma abertura ao resto do mundo, notícias e curiosidades que ligavam a realidade local a um espaço maior e em movimento, do qual, de alguma forma, alguns sectores se não sentiam completamente excluídos.

O crescimento do interesse e da curiosidade intelectual por novas ideias que chagavam de fora são reveladores de uma abertura a essas influências internacionais, a qual não se alteraria de forma substancial durante décadas. A própria natureza principalmente prospectiva e universalista dos saberes transmitidos através do ensino universitário, determinava a existência dessa ligação, afirmada ao longo do tempo nos horizontes culturais e nas expectativas erguidas no domínio do combate cívico de uma boa parte da comunidade estudantil. Todavia – embora o reconhecimento dessa situação possa requerer um estudo sistemático ainda por fazer – parece inegável que, durante as primeiras décadas do Estado Novo, as condições de recepção e de

alastramento desse tipo de novidades foram sendo tanto quanto possível reduzidas.

A acentuada redução da actividade cívica, a presença da censura, o afastamento compulsivo de numerosos professores, a exclusão de determinadas temáticas na investigação e no ensino, o crescente controlo das actividades culturais estudantis, associados a uma estagnação demográfica da própria cidade, que permanecia como um universo limitado, com importantes factores de controlo informal da vida estudantil e das suas manifestações mais informais e menos reverentes, determinaram essa realidade.

Ao longo da primeira fase do salazarismo, o divertimento estudantil manteve-se praticamente circunscrito às já referidas incidências da vida boémia e a formas inócuas de festividade, das quais a programação das actividades e das comemorações académicas da Latada e principalmente da Queima das Fitas constitui um significativo exemplo. Tão forte era esta marca de “despolitização” que, em Maio de 1969, como se nada de grave se estivesse então a passar na academia, o jornal tradicionalista *O Ponney* proclamava ainda a Queima como uma época “aproveitada para a malta dar largas à sua satisfação de ter conseguido, não sem grande trabalho, vencer a terrível batalha travada com os *books*” (*O Ponney*, 620). A generalidade dos textos memorialistas, ou dos textos e da iconografia associados aos chamados “livros de curso”, organizados ano após ano, refere, até à exaustão, esse universo dentro do qual as refeições colectivas, o consumo de álcool, a brincadeira vivida em grupo, e cada vez mais a “vida de café”, para a maioria dos estudantes-rapazes apenas eram cruzados, como passatempos mais habituais “característicos” da vida do estudante, por desafios de futebol ou episódicas

investidas a bailes ou verbenas e a romarias que tinham lugar em cafés (como o Nacional e o Nicola) e colectividades (o Coimbra Clube era o mais afamado), da cidade ou nos seus arrabaldes (Torgal, 2003). No caso das raparigas, como se viu, as restrições eram ainda maiores, sendo recorrentemente sublinhadas nos mesmos textos, até bastante tarde – como é possível detectar também nas caricaturas e nos versejos dos “livros de curso”) –, as referências às suas expectativas como futuras esposas e mães. Aliás nem um só dos 61 livros contendo memórias académicas de estudantes da Universidade de Coimbra que foram editados entre 1792 e 2001 teve autoria feminina (Rosmaninho, 2001: vol. 2, 326-327).

Hábitos e consumos culturais mais diversificados, e menos vinculados a uma cultura local e grupal de natureza principalmente endógena e masculina, só muito gradualmente começarão a ter lugar e a serem alargados, de forma perceptível, a um espectro mais amplo de estudantes. Naturalmente, a busca, fora do quadro escolar, do acesso a saberes, a informações, a leituras, a publicações geralmente difíceis de adquirir ou dispendiosas, por parte dos estudantes universitários, não foi um exclusivo desta época. Todavia, foi sobretudo a partir da década de 1950, confluindo com as transformações ocorridas então na sociedade portuguesa e com uma certa “popularização” de alguns consumos culturais, que esta procura começou a extravasar as experiências de reduzidos sectores de uma natureza mais elitista e a alargar-se a um número significativo de universitários, provindos de um cada vez mais alargado leque social, que a introduziram no seu quotidiano. O decénio seguinte conhecerá um alargamento rápido sistemático desta tendência.

É importante detectar também a forma como a imprensa periódica permaneceu como um importante factor de acesso à informação e ao conhecimento por parte de uma comunidade académica em crescimento. As alusões aos jornais e dos jornais são uma constante da vida estudantil desde que estas publicações se tornaram, no decorrer do século XIX, um factor permanente e inesgotável de circulação de novidades, de ideias e de polémicas. Não existem dados estatísticos sobre a incidência deste tipo de leitura nos ambientes estudantis, mas as referências são numerosas. Ao longo dos anos ele terá, com toda a certeza, passado por distintas fases, devendo coincidir a ampliação do interesse com momentos particularmente críticos da vida universitária, da história da cidade e mesmo do país. Mas aquilo que é inegável – confirmam-no múltiplos depoimentos pessoais – é que a partir dos anos 50 o hábito de leitura de jornais e de algumas revistas de informação geral ou especializada se integrou de um modo particularmente intenso e constante no quotidiano de uma parte significativa da comunidade.

Conta-se, por exemplo, como pelo final dos anos 50, se juntavam no dia da sua chegada à cidade, junto dalguns quiosques que a vendiam, numerosos estudantes que pretendiam adquirir a revista *Almanaque*, uma publicação cosmopolita publicada em Lisboa, dirigida por José Cardoso Pires e Luís de Sttau Monteiro (o seu conselho de redacção era composto ainda por José Cutileiro, Baptista-Bastos, Augusto Abelaira e Alexandre O'Neill), e, para além de evidenciar uma linguagem bastante informal que não deixaria de atrair os jovens, permanentemente interessada nas novidades no campo das artes, do espectáculo, da política e dos consumos culturais (Bebiano, 2003). Alguns arduos da cidade vieram mesmo a tornar-se uma referência importante na

memória de antigos estudantes, dada a frequência da convivalidade, associada àquele hábito de leitura, que com eles estabeleciam. O último deles, Raúl Carvalhosa, o “Taxeira”, conhecido pela forma desabrida como ignorava hierarquias e conveniências, viria mesmo objecto a ser alvo, pouco tempo antes do seu falecimento já nos finais da década de 1990, de uma homenagem promovida pela academia.

A imprensa não-estudantil da cidade permanecia em regra, mesmo quando não pactuava de forma explícita com o regime, como bastante conservadora e incapaz, dentro dos condicionalismos existentes, de manter algum distanciamento crítico em relação às suas iniciativas. Por tal motivo, pela década de 1960 era já, em regra, excluída dos hábitos de leitura atenta dos universitários. Já as publicações dos estudantes assumiam características diversas. Pela sua dimensão e razoável continuidade – que se sobrepunha ao carácter episódico de publicações mais efémeras ou de natureza panfletária – destaca-se de entre elas o jornal académico *Via Latina*, ligado à Associação Académica, que continha artigos sobre a realidade universitária, textos de opinião, notas críticas de livros e de filmes, pequenos ensaios sobre temas da actualidade nas áreas da filosofia e da religião, testemunhos de preocupações sociais de novo tipo, que evidenciavam um peso crescente, junto da comunidade estudantil, de um conjunto de preocupações que emergia, no meio coimbrão, como factor de mudança e reflexo de ecos chegados do exterior (Pires, 1994). Significativos são, neste contexto, os diversos artigos sobre o lugar social dos estudantes ou aqueles que os incentivavam à prática do “*auto-stop*”, a vulgar boleia, como forma de poderem viajar e de alargarem o seu conhecimento das diferentes realidades detectáveis em outros países. Sentido

idêntico, apoiado já, nos finais da década de 1960, num meio ainda mais politizado e mobilizado para a mudança, será ocupado por *O Badalo*, editado como o “*jornal do Conselho das Repúblicas*”, embora com preocupações dirigidas tanto para o conjunto da academia como para o relacionamento desta com a sociedade envolvente.

A leitura da imprensa nacional representava também parte importante do quotidiano da sociedade estudantil vocacionada para o desejo de mudança. Em particular no que respeita aos vespertinos, como o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, depois *A Capital* (menos o diário *República*, vinculado a uma cultura política que o associava geracionalmente aos sobreviventes da I República), os quais, em Coimbra, chegavam às bancas a uma hora mais propícia ao interesse dos estudantes (em regra o fim da tarde e a noite) e apresentavam uma linguagem e um grafismo mais modernos, para além de linhas editoriais que evidenciavam atenção e alguma simpatia, ou pelo menos uma clara complacência, perante os ideais oposicionistas e uma cultura mais cosmopolita e diversificada.

Semanários como o *Notícias da Amadora*, o *Comércio do Funchal* ou o *Jornal do Fundão*, notoriamente próximos da oposição ao regime, ou a muito lida revista de informação generalista *Vida Mundial*, participavam também, adquiridos por compra directa ou assinatura, nesse “caldo de cultura” informativa. E, apesar dos limites impostos pela censura, alguma imprensa internacional, principalmente francófona (como o *Le Monde* ou o *Nouvel Observateur*), circulava também, de forma regular, ampliando a oferta em termos de percepção do mundo e de conhecimento de opiniões divergentes. Não deixa de ser significativo, neste âmbito, que publicações internacionais de

natureza anticolonialista e ligadas ao movimento dos países não-alinhados, com a *Afrique-Asie* ou a *Jeune Afrique*, pudessem, pelo menos a partir dos finais da década de 1960, ser vendidas em diversos quiosques da cidade.

Noutro âmbito, publicações um pouco mais antigas, ambas muito influenciadas por intelectuais comunistas ou alguns dos seus *compagnons de route*, como a *Seara Nova*, entre 1958 e 1974 a principal voz teórica da intelectualidade de esquerda e da oposição ao regime, e a *Vértice*, “revista de cultura e arte” editada em Coimbra, tiveram também um papel neste processo de transmissão às novas gerações de um mundo para além daquele que o regime lhes deixava ver ou lhes prescrevia. Mas será *O Tempo e o Modo*, fundado em 1963, a desenvolver, nesta área, uma intervenção mais original e mais plural, sobretudo até 1971 (altura na qual passou a ser controlado por sectores da esquerda radical), durante as fases em que foi dirigida por António Alçada Baptista, primeiro, e João Bénard da Costa, de seguida, com alguma aceitação e capacidade de formação e de influência política e cultural entre sectores estudantis politicamente empenhados (Dias, 2006).

Naturalmente, pela sua capacidade para induzirem a alternativa ou a fuga romanesca, os livros desempenhavam um papel central neste processo, apenas comparável, ainda que não em menor medida, àquele que era ocupado pelos filmes. Nesta altura, a leitura regular do romance, da poesia, mesmo do ensaio, integrava, de facto, os hábitos da generalidade dos estudantes, que assim adicionavam novos conhecimentos e diferentes perspectivas àqueles que eram ministrados nas faculdades. Aliás, muitos estudantes chegavam às universidades com práticas de leitura bastante substanciais e, por vezes, baseadas já em critérios pessoais de escolha, boa parte delas desconformes

em relação aos valores e às formas da “cultura de regime”. Para além dos acervos familiares, muitas bibliotecas públicas locais, bem como o importante serviço ambulante de empréstimo da Fundação Calouste Gulbenkian, participavam deste processo. Pelo seu lado, o empréstimo privado de livros tornava-se então factor de ligação intelectual, tal como um veículo de amizade e até, nas novas condições da presença feminina, de aproximação amorosa, o que denuncia não só a sua centralidade cultural, mas também a influência que tiveram na reconfiguração dos costumes.

A circulação clandestina não deixou de crescer durante este período, e, na fase final do regime, eram até as livrarias comerciais mais conhecidas da cidade que, de uma forma mais ou menos velada, vendiam obras proibidas, muitas delas de origem estrangeira, principalmente francesa, para as quais tinham invariavelmente clientes certos, uma grande parte deles estudantes universitários. Ao mesmo tempo, a intervenção da não-ficção – particularmente aquela protagonizada por algumas editoras mais dinâmicas e desvinculadas dos sectores conservadores da sociedade, como a Prelo, a Presença, a Inova, a Portucalense, as Edições 70, a Dom Quixote, ou as coimbrãs Centelha e Almedina, e algumas outras – teve igualmente um papel determinante na construção de uma opinião mais informada em relação ao que ocorria além-fronteiras, e também mais capaz de contornar os mecanismos de controlo e formação impostos pelo Estado. As Publicações Dom Quixote, tendo iniciado a actividade editorial em 1969, com livros de um grafismo mais apelativo dentro do contexto editorial da época, colecções especificamente voltadas para os problemas da actualidade, as preocupações da juventude ou a renovação de diversas áreas do conhecimento, e traduzindo importantes artigos de revista e

estudos teóricos publicados internacionalmente (como fazia com os *Cadernos D. Quixote* e os *Novos Cadernos*, ou com as colecções *Diálogo* e *Universidade Aberta*), obtiveram então um êxito assinalável neste domínio – indispensável para o desenvolvimento da cultura estudantil da época e para a sua abertura a novas formas de pensar e de agir –, ainda que a actividade censória tivesse por diversas vezes forçado, mesmo durante a “primavera marcelista”, a que algumas das suas edições figurassem, no catálogo, com a etiqueta “fora do mercado”.

Menos conhecida no seu efectivo impacto, também alguma literatura de escapismo desempenhou um papel importante neste processo, como aconteceu com o romance policial ou de aventuras, a banda desenhada e a literatura de temática amorosa (designada “cor-de-rosa”), incluindo-se nesta a popular fotonovela, potenciadores da imaginação e do conhecimento de universos mais ou menos distantes ou do convívio com práticas e valores provindos das mais diversas origens e, em regra, pouco consentâneos com as normas mais conservadoras contra os quais as novas gerações se erguiam, ou, pelo menos, das quais se iam distanciando. Consumidas sobretudo pelos sectores estudantis menos politizados, numa fase da vida anterior à entrada na universidade, não deixaram, ainda assim, de incutir visões de alteridade capazes de determinar possibilidades e inflexões no campo da opinião pública.

O cinema, incluindo a actividade cineclubista, integrou igualmente este ambiente de renovação, seguindo um processo que vinha de trás mas que agora, face às novas tendências estéticas e políticas, particularmente às assumidas a partir do período pós-II Grande Guerra pelas cinematografias francesa e italiana, definiam um eficaz processo de abertura a experiências em

curso no plano da inovação estética e do envolvimento na crítica social. Boa parte da apreensão de uma realidade-outra, eventualmente alternativa, tanto no campo das representações sociais como no domínio da moral pública e privada, eram intermediados pelos filmes, com os seus actores-fétiche, os seus realizadores de referência, os seus ambientes sempre renovados. Para além da actividade dos cinemas abertos ao grande público – sobretudo do Cine-Teatro Avenida e, mais tarde, do Teatro Académico de Gil Vicente – a partir de 1958 a criação do Centro de Estudos Cinematográficos como secção autónoma da AAC trará um novo estímulo a todo este processo.

Mais raro em termos de hábitos de consumo, mas, na altura, não menos apreciado no meio estudantil como espectáculo e como veículo de formação cultural, o teatro acompanhava também este processo. Em Coimbra o papel que desempenhou foi particularmente importante, até de uma certa forma único, dada a quase inexistência de outras opções ao nível das experiências e dos consumos culturais, bem como o interventivo papel desempenhado por cooperativas, como a Unitas e a Clepsidra, e pelos organismos autónomos da AAC.

O Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), fundado em 1938, desempenhou um papel crucial neste processo. Após 30 anos de vigorosa direcção artística do Professor Paulo Quintela, viria, em 1968, a romper, por iniciativa da maioria dos seus membros e contra a vontade do seu fundador, com os cânones de um teatro mais clássico, até então adoptado, optando por uma programação que se articulava de um modo explícito com um determinado comprometimento político diante da causa da resistência cultural ao regime vigente. A presença de encenadores como Luís de Lima e Julio

Castroonuovo foi decisiva na afirmação deste processo, que integrou, entre outros aspectos, a apresentação pública de peças politicamente empenhadas de Bertold Brecht.

Por sua vez, o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC), fundado em 1954 e transformado em organismo autónomo em 1965, desempenhou também um papel bastante importante neste campo, embora mais orientado para a procura de estéticas de natureza experimental e para a apresentação de autores mais conotados com algumas vanguardas. Em 1970, na sequência de acontecimentos envolvendo a encenação e a apresentação da peça *Macbeth, o que se passa na tua cabeça?*, encenada por Juan Oviedo, o Círculo seria perseguido pela PIDE, apenas vindo a retomar actividades em 1974.

Entretanto, quer o TEUC quer o CITAC foram sendo organizados a partir de núcleos fortemente influenciado por organizações políticas ou sensibilidades de resistência em relação ao regime, funcionando ambos como espaços permanentemente renovados de sociabilização alternativa à tradicional e de preparação de actividades culturais e políticas de resistência à “velha Universidade” e à política do Estado Novo. Por outro lado, nessa mesma altura, a Oficina de Teatro dos Estudantes de Coimbra (OTEC) operava, em consonância com a definição dentro da academia de campos antagónicos, como pólo aglutinador de uma claramente minoritária “cultura militante” conotada com a direita.

Os diversos grupos corais serviram também de veículo para práticas de vivência colectiva e como instrumento para deslocações e contactos regulares com o exterior que eram, no contexto das suas actividades, definidas como de

uma natureza essencialmente artística, mais facilmente tolerados pelo regime. O Orfeon Académico de Coimbra, que havia sido criado em 1880, manteve nesta altura uma postura bastante conservadora, de natureza formalmente “apolítica” mas claramente pactuante em relação à política autoritária do regime para a universidade, particularmente significativa numa fase de exacerbação de contradições, na qual não tomar posições representava a aceitação do *status quo* existente. Mas já o Coro Misto, fundado em 1956 por iniciativa de alguns membros do Conselho Feminino da AAC, para além de desenvolver uma actividade mais independente, foi instrumental na integração de um número crescente de raparigas-estudantes nas práticas associativas e nos hábitos do convívio estudantil.

Igualmente bastante importante foi o papel desempenhado, após a sua fundação em 1966, pelo Grupo de Etnologia e Folclore da Universidade de Coimbra (GEFAC), o qual procurava desenvolver um trabalho de pesquisa, tratamento e divulgação de manifestações musicais e coreográficas da tradição popular, de uma forma que se presumia autónoma em relação aquela que fora praticada, sob uma perspectiva determinada pelo enquadramento cultural do regime, pelos responsáveis pelo processo de “folclorização” posto em prática pelo regime então vigente (Melo, 2001; Castelo-Branco, Branco: 2003). Foi, aliás, a partir do GEFAC que viria a nascer, em 1975, a Brigada Victor Jara, um dos primeiros grupos empenhados na renovação, e na adaptação criativa, no domínio do espectáculo e da actividade discográfica, de temas da música etnográfica portuguesa.

O Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC), criado em 1958, promoveria também um notável trabalho de abertura cultural. Embora de uma

certa forma mais “silencioso” – o que não significa menos activo, mas apenas mais articulado com a actividade de vanguardas inevitavelmente minoritárias – do que o de outros organismos com maior visibilidade pública e até no interior da própria academia, ele foi essencial no processo de abertura cultural e política, ao desenvolver como pólo de produção e de difusão artística um conjunto de experiências no domínio específico da arte contemporânea.

Muito importante na vida cultural da academia e da cidade foi ainda, nesta fase, a programação do Teatro Avenida e do Teatro Académico Gil Vicente, que trouxeram a Coimbra, mesmo sob as pesadas condicionantes determinadas pela intervenção da censura, muito do teatro, do cinema, da música ou do bailado que então era internacionalmente produzido.

Coimbra definia-se pois, nesta altura como lugar de um particular de encontro cultural, “laboratório de experiências”, informação e abertura ao mundo num país no interior do qual esse tipo de espaços se cingia essencialmente a áreas bastantes restritas de um conjunto muito limitado de espaços urbanos. Uma realidade que, como se viu, se não definia pela primeira vez, mas que agora adquiria uma dimensão e uma celeridade sem precedentes. *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, obra que integra um conjunto de sete entrevistas a antigos activistas do movimento estudantil de Coimbra, permite revelar aspectos muito particulares desse trajecto, tornando evidente a sua importância num contexto de transformação do ambiente universitário e do país, e mostrando que ele se processou num *crescendo* que apenas as transformações ocorridas em 25 de Abril de 1974 encerrariam (Cruzeiro e Bebiano, 2006).

As transformações mais gerais operadas no país durante os últimos anos do regime e o clima de desafecção, que irá rapidamente ultrapassar as áreas de reivindicação afectas ao movimento estudantil, acentuando-se durante o período marcelista e emergindo de uma forma clara em Abril e Maio de 1974, encontrou neste universo, sem qualquer dúvida, uma parte substancial das suas origens. A instalação de experiências culturais associadas a processos de ruptura política com o regime e com a ordem social dominante, definiu, num contexto de recusa crescente de atitudes de indiferença que haviam marcado o ambiente estudantil durante a primeira metade da vigência do Estado Novo, um ambiente de receptividade e de contestação que apenas poderia ter como corolário a afectação de um número sempre crescente de estudantes a diversas formas de contestação do autoritarismo e ao combate sistemático pela democracia.

7. Os estudantes e o combate político

A par das transformações no quotidiano estudantil aqui observadas – traduzidas essencialmente em novos anseios, novas práticas culturais e uma sociabilidade cada vez mais marcada por um “espírito da época” que ultrapassava ou desenvolvia um desejo de ultrapassar fronteiras – a acção reivindicativa da juventude universitária foi adquirindo, nesta mesma fase, uma dimensão objectivamente política e, tendencialmente, um propósito inequívoco de enfrentamento do regime.

Como se viu, o empenho estudantil na crítica e na contestação da disciplina universitária, das políticas educativas e do próprio governo do país,

acumularam, ao longo do tempo, uma rica tradição, e, se exceptuarmos as primeiras duas décadas do Estado Novo, ela manteve-se praticamente ininterrupta desde a época dos combates entre liberais e miguelistas. De certa forma, enquanto parte de uma elite na qual, depois de concluídos os estudos, se deveria manter, o universitário desempenhou sempre, nos actos de reivindicação ou de insubordinação, mas também nos silêncios e na aceitação da ordem dos poderes, uma importante função de “barómetro social”. Esse atributo, lembre-se, foi particularmente notável numa cidade como Coimbra, dada a sua longa situação de exclusividade universitária e continuado prestígio, que ocupava uma importância simbólica e funcional muito grande por comparação com a dimensão, como vimos relativamente reduzida, que à época possuía. Isto significa que o que se passasse no ambiente universitário coimbrão deveria ter – e, de facto, assim aconteceu – reflexos imediatos na vida da cidade e quase imediatos na realidade envolvente e no futuro do país.

O activismo estudantil adquiriu por isso – e também por emergir no interior de uma sociedade pesadamente marcada pelo imobilismo, pelo conformismo, pelo medo e pelo silêncio – um papel, e até uma força, particularmente notáveis. Foi, aliás, no contexto dos seus diversos momentos e modalidades que muitas das propostas no sentido da alteração do sistema educativo, da organização da universidade e da própria política do país foram pela primeira vez ensaiadas e postas à prova. Desde o alastramento das ideias liberais, durante as primeiras décadas do século XIX, até às expressões de radicalismo ocorridas a partir da década de 1970, passando pelo alargamento da influência do ideário republicano e pela contestação do salazarismo no território da classe

média, numerosas foram as ocasiões nas quais, através de pequenos e de grandes combates, ou, tal como se viu, de vivências definidoras e divulgadoras de novos padrões, o ambiente universitário afirmou-se sempre como território vocacionado para a recusa da indiferença e para a participação cívica.

Conhecem-se razoavelmente o processo de definição da vida associativa estudantil e, muito particularmente, as convulsões e tendências mais gerais operadas na actividade da Associação Académica de Coimbra. Referiu-se atrás a emergência de períodos que pontuaram aquela que pode designar-se uma “história dos momentos críticos” da academia na sua relação com a cidade e com o país. Mas nunca será demais sublinhar que este papel foi particularmente incentivado por um processo de gradual politização e de “massificação” crescente das estruturas associativas estudantis e do apoio e reconhecimento que foram merecendo por parte da academia.

Particularmente significativa na abordagem deste processo é a discussão, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1960, a propósito da possibilidade de estabelecer uma disjunção entre movimento associativo e movimento estudantil. Pode hoje falar-se, sem exagerar na dicotomia, de uma linha de desenvolvimento do que pode chamar-se um “movimento associativo estudantil”, no qual as questões que tiveram a ver com o direito de associação, bem como com os interesse mais directos dos estudantes, foram confluindo em reivindicações de natureza crescentemente enquadrada pelo combate político. Por essa altura, porém, a transformação não só não tinha ocorrido ainda como não era líquido que ela pudesse constituir a via mais eficaz para a afirmação autónoma da luta estudantil e do papel do grupo social que esta representava e ao qual dava voz (Caiado, 1990).

Em Coimbra, este debate não se limitava apenas ao contrapor dos dois modelos do movimento – um centrado na vida da Associação Académica, o outro mais apoiado nos interesses e metas da comunidade estudantil – mas iria mais longe, denunciando aquilo que, a partir de um dado momento, se poderia designar como uma alteração de qualidade, no sentido de começar a definir processos de organização e objectivos de luta dotados de uma natureza mais ofensiva que defensiva, cada vez mais avançados e a todo o momento capazes de se transcenderem. Porém, apenas no contexto da “crise de 69” esse salto – que, por razões que não podem aqui ser discriminadas, em Lisboa ocorrera um pouco mais cedo – se tornou efectivo. Uma observação da forma de organização das Juntas de Faculdade (organismos de representação directa dos cursos), da transformação no interior do Conselho das Repúblicas, do desenvolvimento da capacidade decisória das Assembleias Magnas, ou mesmo dos processos de agitação e de propaganda aplicados pelo movimento, permite-nos seguir essa transformação. Em todos esses locais e situações foi possível assistir ao crescente protagonismo de estudantes mais politizados, muitos deles formal ou informalmente enquadrados por organizações semiclandestinas anti-regime, e ao aparecimento de palavras de ordem e objectivos práticos cada vez menos conformados a perspectivas meramente “sindicais”. Mais ou menos “reformistas”, mais ou menos “revolucionários”, todos eles conduziram o movimento estudantil para uma área de enfrentamento que, independentemente da repressão policial ou daquela patrocinada pelas autoridades universitárias, jamais considerou a possibilidade de um retorno à primitiva e mais recuada forma.

Em 1972, em *O Movimento Estudantil e a Escola do Capitalismo*, uma antologia de textos editada em Coimbra, definia, a partir da tradução de um texto da revista italiana *Giovane Critica*, a alternativa que se colocava: “O movimento estudantil não cessou de oscilar entre a acção política e a acção reivindicativa; entre a contestação global da Escola e da Sociedade e a luta corporativa contra alguns aspectos autoritários e opressivos da instituição escolar; entre a luta directa contra o Estado e uma luta limitada no meio escolar, contra as autoridades académicas.” (*Movimento*, 1972: 43-4). Para os sectores mais activos no movimento coimbrão, a opção parecia estar tomada.

De facto, a intransigência do governo e das autoridades académicas, a repressão e a actividade censória, a incompreensão manifestada pelos sectores mais conservadores da sociedade e, por um outro lado, a actividade organizada, embora ilegal, das principais correntes de oposição ao Estado Novo – bem como o exemplo do que vinha acontecendo, nesta área, em grande parte dos países industrializados e suas periferias – definirão uma tendência irreversível para um combate cada vez menos sensível à possibilidade de concessões. Por outro lado, a “cultura de resistência” que se vinha articulando com as renovadas práticas culturais e com a visão do mundo incorporada por parte de um volume crescentemente maioritário de estudantes, não fazia senão reforçar essa atitude. Comunistas, “católicos progressistas” e radicais de diferentes matizes procurariam, de acordo com linguagens, formas de organização e prioridades tácticas necessariamente diferenciadas, articular a sua actividade com este estado de coisas (Cardina, 2007; Lopes, 2007).

Entretanto, a partir de 1961, um factor particular reforçara esta situação de conflito. Portugal vira-se envolvido numa guerra colonial prolongada que se

estenderia, nas suas três frentes africanas, até à queda do regime, agravando-se continuamente na sua dimensão e consequências. A juventude estudantil universitária foi por ela, aliás, particularmente afectada, dado o facto de, dentro de um tal cenário, ter sido imposta a incorporação imediata, num serviço militar difícil, de longa duração e pleno de riscos, de praticamente todos os rapazes que acabavam de concluir os seus cursos – e alguns deles antes de o fazerem, caso reprovassem ou se vissem envolvidos em actividades consideradas de oposição ao regime –, impedindo durante bastante tempo toda e qualquer perspectiva de carreira profissional ou de projecto pessoal e familiar. As próprias raparigas se encontravam, em consequência, forçadas também a adiar projectos de vida com os seus namorados, dos quais eram forçosamente afastadas durante um longo período. Será desse sector que, em larga medida, partirá uma percentagem bastante grande do crescente número de desertores e de refractários que se haviam recusado a participar no conflito.

Sendo este um tema particularmente sensível para a iniciativa e a sobrevivência do regime, e como tal sujeito, nos seus contornos, a uma intervenção atenta da censura e da intervenção policial, a verdade é que ele jamais deixou de estar presente no ambiente estudantil, ainda que, até aos inícios da década de 1970, a sua abordagem não integrasse as preocupações mais específicas verbalizadas pelo movimento. Uma preocupação “não-pronunciada” nas reuniões públicas e nos manifestos estudantis, mas que se encontrava na definição da linha política das organizações políticas que protagonizavam o combate ao regime vigente (Bebiano, 2002).

Entretanto, o movimento estudantil português conhecerá, a partir do ano lectivo de 1970-1971, um processo de radicalização já estudado por Miguel

Cardina no que se refere à sua definição em Coimbra (Cardina, 2005). Apesar da dura repressão governamental – que, para além das prisões efectuadas, incorporará compulsivamente nas forças armadas muitos dos seus dirigentes e activistas – a “crise de 69” centrara-se ainda, como se viu, ainda que em articulação com a intensa politização de uma grande parte daqueles que nela desempenharam um papel activo, em reivindicações de uma natureza principalmente reformista, voltada para objectivos mais especificamente estudantis. Ela coincidira com a denominada “primavera marcelista”, período de inegável abertura política, e com os ecos longínquos do Maio de 68, que então chegavam ainda muito filtrados. Seria preciso esperar pelo novo endurecimento do regime, coincidente com nova tentativa para sufocar o movimento associativo estudantil, perante o reacender dos combates coloniais, em particular na Guiné, e com a efectiva entrada em cena da influência contestatária *soixante-huitiard*, por via da propaganda política e do retorno ao país de diversos activistas, para se passar a assistir a uma rápida e acentuada politização dos estudantes. Aparecem assim em cena novas palavras de ordem, que colocavam radicalmente em causa o regime político e até o sistema económico vigentes, tornando-se a luta anti-colonial uma preocupação constante e absolutamente prioritária por parte da generalidade dos segmentos mais politizados.

Os comunistas irão conduzir a luta interna contra a guerra admitindo todavia, por vezes, que ela pudesse ser separada de outras frentes do combate político. A definição programática de uma “revolução democrática e nacional”, definida em 1965 no VI Congresso do PCP, com base no relatório de Álvaro Cunhal (o conhecido documento *Rumo à Vitória*), parece ter estado na origem

dessa posição: as tarefas prioritárias, aí identificadas e ordenadas, atribuíam um papel ao reconhecimento aos povos das colónias do seu direito à independência e às formas de resistência à guerra empreendidas por militares no activo, mas não os consideravam prioritários. Portugal, “país colonizador e colonizado”, que “tem um Ultramar porque é um Ultramar para os outros”, deveria abandonar esta segunda condição para melhor anular a primeira. O internacionalismo, “elemento integrante do marxismo”, é então invocado para legitimar a solidariedade do povo português com os povos coloniais, mas esta deveria passar em primeiro lugar pela luta interna contra o regime.

Aí radica também uma mudança da atitude do partido em relação à possibilidade da deserção, a qual teve um grande impacto na forma como muitos estudantes por ele influenciados definiram a sua atitude pessoal perante os combates coloniais. No início da guerra, os comunistas consideravam não dever a juventude “reconhecer ao governo da ditadura fascista autoridade para a obrigar a fazer uma guerra colonial”. Todavia, por volta de 1965-1966, a defesa da deserção como atitude revolucionária será temperada pela sua integração no combate individual do militante. Na resolução “Criar uma forte organização militar é uma das tarefas mais urgentes do Partido”, atribuir-se-á enorme importância à organização dos comunistas no interior dos quartéis e à propaganda junto dos soldados. Os alvos eram apontados com clareza: “contra a guerra das colónias, contra a violência das manobras e exercícios militares, contra as injustiças e vexames vindos dos oficiais e comandos fascistas, contra a intromissão de oficiais estrangeiros e a instalação de bases estrangeiras em território nacional, contra a política de traição nacional do governo fascista, contra o terrorismo político e a repressão, contra a ausência de liberdades

democráticas”. É porém a deserção, que se “preconiza e aplaude”, o tema que nesse documento maior desenvolvimento merece. Contudo, no que respeitava aos militantes, considerava-se que esta não deveria ser feita isoladamente, uma vez que tal atitude privaria muitos jovens de serem esclarecidos sobre o carácter da política colonial do governo. Indica-se então que na luta contra a guerra os comunistas “têm de ir tão longe quanto possível, inclusive até às frentes de batalha, sempre com o objectivo de esclarecer os outros soldados que não devem combater, que não devem arriscar a vida para defender os interesses dos monopolistas e outros inimigos da Pátria”. Excluía-se igualmente o abandono antes da inspecção ou da entrada nas fileiras, pois o militante deveria aprender aí o manejo das armas.

Em 1969, já com Salazar fora do poder, o PCP publicará um documento, no qual declarará o problema colonial como central na cena política portuguesa. Ainda que aí volte a insistir nas consequências do colonialismo para o reforço dos sectores sociais dominantes, não falará todavia no desenvolvimento de uma resistência activa. A “primavera marcelista” suscitava então um certo compasso de espera, ao mesmo tempo – esta é uma possibilidade ainda não devidamente confirmada – que a organização militar dos comunistas dentro do exército requeresse alguma contenção nesta matéria.

Em ligação com esta atitude, o importante sector estudantil influenciado pelo PCP jamais assumiu, no plano do combate político quotidiano, um papel de relevo à questão da guerra. Tal terá, em parte, servido também para alienar da sua influência uma parte dos estudantes, permitindo a emergência e uma ampliação da influência da esquerda radical que se notará bastante logo após o termo da “crise de 69”.

Dentro desta, os maoístas ir-se-ão afirmar, apesar da sua dispersão política e débil capacidade organizativa, como corrente que, neste campo, manifestará uma radicalidade e uma ousadia que o PCP, voltado pois para uma estratégia de transformação do regime com base num amplo levantamento de carácter nacional e sociologicamente abrangente, não podia manter. É assim que aquela linha política, detectada já na actividade política da emigração, surge a partir de 1970-1971 no interior do país, centrada em particular nos ambientes estudantis do Porto, de Coimbra e de Lisboa, ainda que também com alguma ligação a sectores da juventude operária.

Os *Cadernos Necessários*, surgidos no Porto mas distribuídos nas três academias, haviam já dado o mote, atribuindo um enorme destaque, nos cinco grossos números policopiados que saíram entre Junho de 1969 e Março de 1970, à questão colonial. O grupo que os editava montaria uma estrutura clandestina que funcionou durante mais de dois anos, tendo como objectivo “actuar criticamente, reflectindo e fazendo reflectir”. Mas a sua iniciativa de maior impacto foi certamente a publicação clandestina desses cadernos e de um volume de textos, com tiragens de mil exemplares que depois circulavam de mão em mão, e que dedicava sempre uma atenção muito grande ao problema da guerra e à circulação de informação bastante substancial a respeito das suas condicionantes e desenvolvimentos, declarando desde o início querer “contribuir para o alargamento de um movimento de resistência e oposição à guerra (...) e a favor de uma descolonização completa” (*Cadernos Necessários*, 1, 1968).

Não sendo os *Cadernos Necessários* uma publicação de natureza partidária, a profusão de citações combinadas de obras de Lenine, de Estaline

e, mais veladamente, de Mao, assim como os propósitos activistas que animavam quem os fazia, permite-nos estabelecer porém alguma proximidade em relação aos grupos que, principalmente dentro do movimento estudantil, retomavam a herança de um activismo à esquerda do PCP e, de alguma forma, também contra o PCP. Isso mesmo, aliás, percebeu Álvaro Cunhal, ao consagrar longas páginas do texto que escreveu contra as várias formas de “esquerdismo” justamente aos *Cadernos* (Cunhal, 1971). Em *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, de 1971, o secretário-geral dos comunistas abordou também, explicitamente, a “questão colonial”, procurando rebater algumas das acusações que, à sua esquerda, eram feitas ao partido. O intenso activismo anti-colonialista da extrema-esquerda encarregar-se-á, no entanto, de desmentir o exagero desta interpretação, aparecida nesta obra cheia de preconceitos e de generalizações, talvez a menos consistente das publicadas pelo autor.

Nesta direcção, a União Revolucionária Marxista-Leninista (URML), particularmente activa em Lisboa, empenhou-se desde o início no combate anticolonial, ainda que, curiosamente, e ao contrário dos restantes grupos marxistas-leninistas e do próprio PCP, não propusesse a deserção como atitude defensável: “desertar é apenas uma atitude individualista e oportunista”, declarava, uma vez que, segundo considerava, “é em Portugal, nos seus locais de trabalho (..), que os trabalhadores portugueses terão de lutar”. Além disso, este grupo entende que “a deserção conduz necessariamente à perda de elementos com os quais a Revolução Proletária poderia contar”. No caso dos jovens que o grupo procurava influenciar serem destacados para a guerra, estes deveriam então, no seu teatro, promover um conjunto de acções

consideradas revolucionárias: “continuação da propaganda contra a guerra colonial, sabotagem, espionagem, aniquilamento de búfalos e elementos importantes do exército, interferência nas operações, estreita colaboração com os movimentos de libertação, etc., etc.” (*Folha Comunista*, 2 1971).

Por sua vez, a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), caracterizada por um comportamento muito mais voluntarista, utilizou o seu jornal clandestino, *O Grito do Povo*, e os Comitês Revolucionários de Estudantes Comunistas (CRECs) para, em particular no Porto e em Coimbra, onde se encontrava melhor implantada, divulgar eventos relacionados com a guerra, sempre que estes eram desfavoráveis ao exército português, apelando continuamente, uma vez mais, para a deserção. Ligados organicamente à OCMLP, os Comitês de Luta Anti-Colonial e Anti-Imperialista (CLACs), divulgarão, em 1973, um conjunto de três tarefas políticas que mostrará a radicalidade da sua luta: “1. Apoio político aos movimentos de libertação traduzido na defesa da sua justa causa, na divulgação dos seus programas políticos junto dos trabalhadores portugueses, na divulgação das vitórias alcançadas pelos movimentos de libertação (...), no combate aos pacifismos (...); 2. Combate ao chauvinismo incutido pela burguesia nas massas, ao social chauvinismo ‘de esquerda’ dos oportunistas (...) e todos os neo-colonialistas (...), ao imperialismo e ao social-imperialismo; 3. Propaganda pela recusa de defesa da pátria imperialista, fomentando a deserção após a instrução militar, fazendo agitação no seio do exército colonialista, sabotando o esforço de guerra da burguesia, defendendo junto dos trabalhadores a necessidade de derrota do exército colonialista português” (*Os Povos das Colónias Vencerão!*, 1, 1973). O posicionamento desta organização, que partiu

sempre do princípio de acordo com o qual a derrota na guerra colonial seria “um grande passo em frente na caminhada do povo português contra o capitalismo” (*O Grito do Povo*, 1, 1971), revelou também uma das características essenciais deste sector – coincidente aliás com as dos modelos chinês e albanês que tanto apreciava – que foi a extrema animosidade, aliás recíproca, experimentada em relação às posições defendidas pelo PCP em matéria de política nacional e internacional..

Este género de atitude representará um dos *leitmotiv* da propaganda política do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), fundado em 1970 com base na antiga Esquerda Democrática Estudantil (EDE). Esta organização, caracterizada por um profundo sectarismo em relação à generalidade da restante esquerda – que aliás considerava como “direita” – e por uma linguagem pleonástica e triunfalista, que decalcava, um pouco à maneira da *Esquerda Proletária* francesa e do seu jornal *La Cause du Peuple*, as palavras de ordem e orientações estereotipadas dos comunicados dos comunistas chineses do tempo da Revolução Cultural, desenvolveu de uma forma crescente a sua própria propaganda contra a guerra, mas presumindo para si mesma uma condição de vanguarda desse combate. Em 1971, os dois primeiros números do jornal *Luta Popular* eram exclusivamente consagrados à “grande, gloriosa e justa luta revolucionária de libertação nacional dos povos oprimidos das colónias”, servindo a data de uma manifestação contra a guerra que tinha sido convocada pelo movimento para “marcar o início da condução proletária da luta contra a guerra colonial-imperialista” (*Luta Popular*, 1-2, 1971). Nesta mesma direcção, através do organismo que cria especificamente para este combate, o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), ou a sua

organização estudantil, a Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas (FEML), o MRPP fará sucessivas proclamações, promoverá inscrições murais e convocará algumas manifestações-relâmpago de rua, algumas delas em Coimbra.

Outras correntes minoritárias dentro da esquerda radical, tiveram neste processo um papel sem dúvida menos visível, ainda que igualmente activo. Foi o caso dos trotskistas, praticamente sem expressão organizada significativa antes de 1970 e que, na sua imprensa clandestina, se mostraram principalmente interessados – como se pode verificar folheando as colecções de jornais como a *Acção Comunista*, a *Toupeira Vermelha* ou o *Luta Proletária* – na dimensão internacionalista da resistência à guerra, defendendo a construção gradual de uma opinião favorável à acção dos movimentos de libertação. Propondo o fim do regime como forma de propiciar o reconhecimento das independências, recusavam-se, por este motivo, a atribuir prioridade a um activismo anticolonialista imediato, promovido, como faziam os maoístas, através de acções rápidas de rua e de parede. Sugeriam pois, fundamentalmente, uma atitude de resistência à guerra centrada em processos de consciencialização política.

Em Coimbra, a iniciativa da extrema-esquerda neste domínio ganhou rapidamente visibilidade, por ser acompanhada por atitudes de grande radicalidade. Manifestações-relâmpago, pinturas murais de temática anticolonialista (algumas delas ainda hoje visíveis em alguns muros da cidade), propaganda das acções militares dos movimento de libertação das colónias, discussões em Repúblicas sobre o papel desempenhado por estes, estímulo e organização da deserção, a produção constante de doutrina e de proclamações

a propósito do tema, virão a ocupar um lugar importante no movimento, ao mesmo tempo que, deve insistir-se neste aspecto, se transformaram numa das fontes de conflito, constante e por vezes violento, entre estas correntes e os estudantes directa ou indirectamente influenciados pelo Partido Comunista.

A penetração destes elementos na vida da comunidade estudantil, e nos seus valores, bem como a sua transmissão aos sectores sociais que, concluídos os seus cursos e já dentro do mercado de trabalho e das suas comunidades de origem, ainda mantinham, por vezes durante largos anos, estabeleceu uma relação de proximidade com a formação universitária coimbrã, potenciaram, sem dúvida, a capacidade subversiva do movimento estudantil universitário e o seu contributo para ampliar a impopularidade do regime e para a preparação de algumas das condições subjectivas para que fosse possível a sua queda.

Parece, pois, inegável que, no interior da academia de Coimbra, se assistiu claramente, ao longo da década de 1960, ao desenvolvimento de uma "consciência crítica" estudantil que foi sendo afirmado por oposição à política de obediência e de conformismo definida pelo Estado Novo e pelos seus representantes locais, incluindo-se nestes, quase sempre, as próprias autoridades académicas. Para além dos sucessivos momentos aqui referidos, uma parte importante deste processo prendeu-se com a construção de hábitos de debate e de participação postos então em prática. O seu legado para a formação de cidadãos aptos a aceitar a mudança e uma solução democrática para o país é inegável. Mas, para além disso, este processo produziu também uma redefinição do papel da Universidade e da consciência do lugar social

detido pelos seus estudantes, bem como das práticas de convivialidade colectiva e de participação democrática na vida associativa.

Este legado de experiências viria, sem dúvida, a instituir-se como uma referência incontornável para as gerações futuras do movimento estudantil, que dele recolheram uma tradição de exercício participativo da “cidadania académica”, capaz de mobilizar subjectivamente as novas gerações, ou pelo menos de motivar os seus segmentos mais dinâmicos, para a retomarem em momentos ulteriores e dentro de circunstâncias necessariamente diferenciadas.

Como se verá na segunda parte deste livro, o activismo estudantil prosseguiu o seu caminho, ao longo das últimas décadas, procurando afirmar-se em torno de novas causas. Muitas delas definiram-se no contexto de um processo muito rápido de transformação social e pouco têm a ver com a realidade do tempo aqui observado. Mas jamais deixaram de invocar ou de aproveitar, de um modo ou de outro, a apropriação desse património histórico. O esforço de ligação a um passado de transgressão que merece ser lembrado, mesmo quando a percepção que dele se possui permanece ténue, ou a remissão que para ele possa ser feita limitando-se aos aspectos e aos actos simbólicos, não tendo deixado de revelar o lugar instrumental desse testemunho nas formas de acção colectiva promovidas pelo movimento estudantil da actualidade no seu processo de afirmação pública e de redefinição identitária.

SEGUNDA PARTE

Tendências recentes: recomposição social, práticas e representações*

* Coordenação de Elísio Estanque

1. Introdução

O enquadramento histórico da realidade coimbrã e dos seus movimentos estudantis já colocou em evidência, ao longo da Primeira Parte deste livro, a complexidade do fenómeno, bem como a multiplicidade de leituras que é possível dirigir-lhe. Para redescobri-lo, ou antes, para lhe definir melhor alguns dos seus contornos é necessário que o olhar do analista se repositone, perspectivando-o a partir de um novo ângulo ou acrescentando-lhe novos elementos. Foi essa tarefa que se procurou até agora desenvolver. Mas, se a realidade histórica é complexa, a realidade presente sê-lo-á porventura mais ainda, já que, para além da proximidade temporal, a análise sociológica lida com um variado leque de questões controversas, quer no plano teórico e epistemológico, quer no plano metodológico.

Assim, se qualquer das dimensões contempladas neste estudo se assume na sua complexidade, a articulação entre ambas terá também de assumir-se, por maioria de razão, como uma tarefa complexa. A compreensão do movimento estudantil e das tendências sociais que nos últimos anos vêm definindo as culturas juvenis e as práticas associativas dos estudantes universitários exige, antes de mais, um esforço de enquadramento no contexto sociológico mais vasto.

Nesse sentido, importa começar por definir alguns dos principais contornos da instituição em que se inserem os movimentos estudantis aqui em análise – a Universidade de Coimbra, neste caso –, tendo presente alguns dos

traços mais marcantes das transformações sociais que vêm ocorrendo na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.

O sistema de ensino superior em Portugal tem vindo a conhecer, nos anos mais recentes, um vasto conjunto de mudanças e perturbações, estando hoje a viver um momento crucial de viragem. Por pressão das orientações europeias, e na sequência do chamado processo de Bolonha¹, que só no último ano começou a ser implementado no nosso país, estamos ainda numa fase incipiente de desenvolvimento das alterações em curso. Independentemente da concordância com o chamado “modelo de Bolonha” – que, de resto, não é de facto um modelo, dada a grande flexibilidade que lhe subjaz –, o certo é que as mudanças que se pretendem agora pôr em prática à luz dessa estratégia europeia, ou pelo menos algumas delas, poderiam já ter avançado, pois a transformação social que vem atravessando todo o sistema de ensino superior português, desde os anos 1980, há muito parecia exigir que as instituições redefiniram o seu papel e as suas estratégias perante uma realidade a todos os níveis diferente do modelo universitário das décadas de 1960-1970, que tem continuado até agora a ser o “paradigma” que as universidades têm usado como espelho da sua auto-reflexão.

Na sequência de anteriores projectos desenvolvidos no CES, chamámos a atenção para tais transformações, e para a necessidade de delinear novas estratégias para a Universidade. A fortíssima expansão que o sistema universitário português tem vindo a sofrer nas últimas décadas (sobretudo

¹ Vale a pena lembrar que o processo de Bolonha se refere a um acordo de princípios, estabelecido em 2000, entre um vasto conjunto de Estados da Europa, que procura uniformizar e compatibilizar sistemas de ensino superior, bem como as respectivas credenciais/ diplomas, na base de um sistema de créditos comum/ ECTS, estimulando com isso a mobilidade de estudantes e a cooperação entre universidades e institutos superiores.

desde os anos 1970)² é, sem dúvida, um sintoma da democratização da Universidade, que assim se tornou acessível à entrada de estudantes filhos das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, essa expansão exprime as novas contradições com que se debate o sistema de ensino superior. Desde logo, tornaram-se maiores as pressões do mercado e as exigências de produção de “competências” de acordo com um conhecimento aplicado e economicamente útil. Paralelamente, tornaram-se, a nosso ver, mais prementes os problemas que se prendem com a responsabilidade social e cultural da Universidade na produção de massa crítica capaz de contribuir activamente para a transformação da sociedade (Estanque e Nunes, 2003).

Ora, estes aspectos assumem-se como fundamentais para o presente projecto, visto que a informação aqui em análise reflecte as opiniões e as atitudes de uma geração de estudantes – a actual – particularmente vulnerável ao desgaste da memória e aos sinais dos tempos, isto é, às tendências da actual era de globalização e de ficções de todos os tipos.

² Com a criação de dezenas de novos institutos e Universidades, públicos e privados, aumentou drasticamente o número de estudantes matriculados no ensino superior universitário nas últimas três décadas. De cerca de 50.000 que existiam no início dos anos setenta (52.883 em 1975/76, cf. A. Barreto, 1996: 93) o número de estudantes do ensino superior aumentou para 340.000 (2001) e atingindo um máximo de 395.478 alunos inscritos em 2002-2003. Os estabelecimentos de Ensino Superior (universitário e politécnico) serão hoje mais de 300 e o número total de cursos ascendeu a 1031 (em 2007), 837 deles oferecendo o grau de licenciatura (1º ciclo), já adaptados a Bolonha. Para além disso, a presença feminina no ensino superior suplantou largamente a masculina, com mais de 60% de mulheres nas universidades portuguesas. No ano lectivo de 1985/86 frequentavam o ensino superior cerca de 106 mil alunos, correspondendo a taxas real e bruta de escolarização, respectivamente de 6% e 13,6%. No ano lectivo de 2003/4 frequentavam o ensino superior cerca de 395 mil alunos e as taxas de escolarização apresentavam agora os valores respectivamente de 27,3 e 56,8% (GIASE, 2006). Em 1991, 15% da população possuía educação secundária e terciária (nível 5) e em 2002 essa população atingia os 21% (9% no Ensino Superior). Porém, no quadro global da OCDE Portugal posiciona-se ainda muito aquém da média (55%), embora os mesmos dados para população mais jovem (24-32 anos) indiquem ter ocorrido uma melhoria assinalável (com o valor a subir dos 21% para os 35%). Esta melhoria foi, no entanto, relativamente baixa, já que a média da OCDE para esta população jovem é de 75% de habilitados com grau secundário ou superior (relatório da OCDE *Education at a Glance*, 2004). No final da década de 90 iniciou-se uma nova fase na procura do ensino superior caracterizada por uma diminuição do ritmo de crescimento, verificando-se mesmo a partir do ano lectivo de 2002-2003, entrando nos anos mais recentes num decréscimo. As estatísticas nacionais mais recentes revelam ainda a preocupante situação dos alunos que entram no ensino superior que não chegam a concluir os seus cursos (OCES, 2006).

A análise apresentada na I Parte incidiu, como se viu, na componente histórica. Essa é uma dimensão decisiva de que partimos, já que o nosso objectivo era o de perceber as articulações entre gerações distintas e questionar alguns dos elementos historiográficos “dados por adquiridos”, utilizando para tal a nova informação recolhida, tanto a que se refere ao período dos anos 1960-1970 como à actualidade. Recorde-se que, segundo a principal hipótese do nosso projecto, se pretendia analisar a forma como a memória histórica penetrou ou se desvaneceu no imaginário das actuais gerações da juventude estudantil. Até que ponto tal processo é ou não separável das políticas autoritárias do regime político de então? Até que ponto o crescente individualismo e afastamento da vida associativa e política da juventude actual são ou não separáveis da chamada “crise de valores” a que muitos analistas se têm referido? Nessa medida, importa colocar em perspectiva a definição e as potencialidades de um novo *paradigma de participação cívica democrática* que nos ajude a compreender melhor as inquietações e os problemas, mas também a criatividade e as aspirações da juventude actual, no quadro das profundas transformações que a sociedade portuguesa sofreu ao longo dos últimos trinta anos.

Podemos, assim, adiantar algumas das interrogações a que procuraremos responder e que nos irão guiar na análise apresentada nesta II Parte. Em primeiro lugar, aspectos relacionados com a caracterização sociológica, geográfica e de origem de classe dos estudantes: Quais as principais alterações ocorridas no que se refere à recomposição social dos estudantes da Universidade de Coimbra? Como evoluíram as suas origens de classe, ou seja, que mudanças ocorreram quanto à base social de recrutamento dos jovens

universitários? Até que ponto as tendências de feminização da universidade se acentuaram ou não? De que modo a evolução demográfica do país, com o crescente envelhecimento da população, se tem feito sentir na recomposição da população universitária? E, quanto às origens geográficas, de onde provêm hoje os estudantes de Coimbra, na sua maioria?

Em segundo lugar, quanto às práticas e trajectórias sociais dos estudantes: É significativo ou ínfimo o volume de estudantes filiados em associações, partidos e movimentos cívicos? Com que regularidade participaram em iniciativas científicas, associativas ou cívicas? Em termos de ocupação dos tempos livres, que actividades preferem e praticam? E em relação a contactos com a vida cultural? Que diferenças são mais marcantes entre si? O sexo, a área de estudos, a faculdade ou a origem de classe?

E finalmente, em terceiro lugar, as questões relacionadas com as atitudes: Que representações possuem os estudantes de hoje acerca da praxe académica e das festividades ritualistas da cidade? Que atitudes predominam da parte de cada um dos sexos face à acção do associativismo estudantil e da AAC? Revelam uma atitude de concordância, de indiferença ou de crítica em relação à direcção da AAC? Quais as principais preocupações e reivindicações a que a generalidade dos estudantes é mais sensível? Quais as suas opiniões sobre as prioridades para a luta do movimento estudantil? Que atitudes adoptam os estudantes quando intervêm em reuniões e iniciativas das estruturas associativas? Como se posicionam no leque político esquerda-direita? E quanto aos problemas sociais mais gerais, quais os que mais preocupam os estudantes? Que importância atribuem a diversas instituições e associações da vida política nacional e internacional? Qual a representação e

avaliação que perfilham relativamente aos movimentos estudantis dos anos 1960-1970 em Portugal e em Coimbra?

Estas são algumas das interrogações a que procuraremos responder com base na análise dos resultados de um inquérito representativo dos actuais estudantes da Universidade de Coimbra (o questionário foi aplicado ao longo do ano lectivo de 2005-2006)³.

2. A Universidade portuguesa e a recomposição social nas últimas décadas

Para caracterizar a população estudantil de Coimbra convém ter presente a elevadíssima complexidade da sociedade portuguesa no seu conjunto, e em especial as inúmeras contradições que a têm atravessado desde a institucionalização democrática, após a Revolução dos Cravos em Abril de 1974. Não é novidade dizer que as últimas três décadas condensaram uma dinâmica de mudança muito intensa que se fez sentir em diversos domínios: viragem e inversão dos fluxos migratórios; intensa litoralização e concentração urbana, com a correspondente desertificação do interior; rápida expansão do Estado, com o sector da administração pública central e local a ocupar um papel decisivo na recomposição social e na mobilidade social, fazendo crescer novos segmentos da chamada classe média assalariada (Estanque, 2003).

Como é sabido, o sistema educativo e a Universidade jogam um papel decisivo nestes processos. Para compreendermos as tendências de recomposição da população estudantil da UC é necessário, antes de mais, termos presente que as mutações em curso no caso de Coimbra obedecem

³ Ver adiante, no Quadro 1, as características da amostra.

simultaneamente a condicionantes de natureza estrutural e a outras mais específicas da região. Com efeito, as alterações quanto à base social de recrutamento das novas gerações de estudantes derivam, por um lado, da abertura geral que o sistema de ensino superior tem vindo a operar desde os anos 80, o que favorece o acesso dos filhos da classe trabalhadora em proporções significativas. Por outro lado, o próprio fenómeno da chamada regionalização das universidades, ao aumentar extraordinariamente a oferta do ensino superior (público e privado, universitário e politécnico), gerou uma lógica de dispersão territorial que levou à disseminação dos pólos de fixação dos jovens universitários, produzindo um efeito de “localização”.

Assim, quando se fala de regionalização há que ter em conta que se trata de um processo geral relacionado com a proliferação de cursos e instituições, não necessariamente de uma efectiva perda de estatuto ou de qualidade de um dado estabelecimento de ensino. O fenómeno ocorre com a UC, outrora uma instituição de dimensão nacional no plano do recrutamento dos seus estudantes, do mesmo modo que com as universidades de Lisboa e do Porto (se bem que nas grandes metrópoles essa tendência seja mais atenuada). A tendência de regionalização das universidades portuguesas é, pois, um processo estreitamente ligado ao alargamento do sistema de ensino no seu conjunto e à multiplicação da oferta de instituições de ensino superior nas mais diversas regiões do país.

A transformação social a que temos assistido em Portugal resulta simultaneamente de efeitos da mudança estrutural e de novos canais de oportunidade que conferem vantagem a sectores sociais emergentes que monopolizam recursos, qualificações e influência que lhes permite conquistar

posições em algumas das áreas económicas e do mercado de emprego que mais se têm expandido nos últimos anos. Seria, porém, ilusório pensar-se que tais oportunidades são iguais para todos. As análises quantitativas, baseadas, por exemplo, nos modelos log-lineares, conseguem medir com rigor as probabilidades de mobilidade relativa, subtraindo e anulando os efeitos da mudança estrutural ocorrida, e mostrar a selectividade e a capacidade reprodutora do sistema social (Estanque e Mendes, 1999; Mendes, 2001). Por outro lado, a questão da educação e da sua crescente expansão nos países avançados tem motivado uma desvalorização dos diplomas escolares, fazendo com que o acesso a posições privilegiadas na estrutura social exija credenciais e títulos académicos mais elevados e difíceis de alcançar. Significa isto que a forte mobilidade estrutural e absoluta que ocorre em sociedades em rápida transformação é muitas vezes compatível com a manutenção das desigualdades de oportunidades, quer no emprego, quer no acesso às credenciais escassas (Cabral, 1997; Grácio, 1997; Estanque, 2000). É justamente com base em processos deste tipo, que funcionam segundo uma dialéctica de fechamento, usurpação e exclusão, que autores consagrados da sociologia põem a tónica na capacidade de reprodução/ reconversão da estrutura da estratificação e chamam a atenção para os mecanismos sociais que promovem a “distinção” das elites, aperfeiçoando o estreitamento – numa lógica *top down* – dos canais de subida e, de certa forma, impondo uma espécie de “ditadura estratificacional a partir de cima”, para usar uma expressão célebre de F. Parkin (Bourdieu e Passeron, 1964; Parkin, 1979; Bourdieu, 1979).

Paralelamente, como antes assinalámos, a própria expansão do ensino superior obedece hoje muito claramente a uma lógica de mercado – o mercado dos diplomas e das credenciais escolares –, razão pela qual as oportunidades de acesso ao sistema de ensino superior não podem ser directamente interpretadas como sinónimo de mobilidade social. A isto liga-se ainda o processo de esgotamento de um sistema universitário baseado no modelo tradicional das licenciaturas especializadas e a necessidade de abertura das formações superiores a modelos mais abertamente transdisciplinares e direccionados para uma formação de base em banda larga, sobretudo no sistema universitário, a adesão das universidades portuguesas ao processo de Bolonha, com a introdução dos 2º e 3º ciclos de formação superior e o previsível aumento do acesso a esses níveis académicos, torna ainda mais premente a reforma profunda do nosso ensino superior. A reconversão em curso parece, de resto, ir ao encontro da maior flexibilidade dos novos programas e planos de curso, e da maior diversidade de públicos que hoje procuram o ensino superior em diferentes fases dos seus trajectos de vida. Para além disso, a lógica interdisciplinar e transdisciplinar requer igualmente um modelo mais flexível de gestão – assente numa estratégia de desenvolvimento mobilizadora –, capaz de promover ligações e sinergias mais coerentes entre faculdades, escolas, departamentos e centros de investigação, o que exige fertilizações recíprocas entre a actividade científica, os currículos escolares e o mercado de emprego, bem como um cruzamento mais sistemático entre a missão da universidade e a aposta em novas modalidades de formação profissional.

Desta maneira, a democratização e abertura das instituições de ensino superior tem conduzido a uma crescente complexidade e ambivalência do papel da universidade nas sociedades modernas. De facto, a sua importância social já não depende primordialmente nem do acesso dos estudantes ao sistema universitário nem do valor do diploma para aceder a um determinado estatuto socioprofissional. Para além disso, é sabido que tal acesso há muito que deixou de estar garantido, o que apenas acontece com a escassa minoria de jovens descendentes da elite (como, de resto, sempre aconteceu). O índice de recrutamento de classe é um indicador que tem sido utilizado por alguns sociólogos para medir o grau de probabilidade dos descendentes de uma dada categoria de classe atingirem o ensino superior. Foi com base nesse índice que estudos recentes mostraram, por exemplo, que em Portugal o diferencial de oportunidades entre um filho de “empresário, dirigente ou profissional liberal” e um filho de “operário” era de 16 para 1 em 1981, e passou a ser de 5 para 1 em 1998 (Mauritti, 2002).

É verdade que tais mudanças, em especial a abertura da universidade aos filhos da classe trabalhadora, representam uma clara tendência de democratização no acesso ao ensino superior. No entanto, apesar de ser um indicador da abertura do sistema, dificilmente se pode considerar um reflexo directo de um aumento das taxas de mobilidade social ascendente em proporções semelhantes. As profundas mudanças estruturais que ocorreram em Portugal nas últimas décadas impedem essa leitura linear (Mendes, 2001; Estanque e Nunes, 2003). Vários argumentos se podem adiantar que contrariam algumas interpretações simplistas, designadamente aquelas que tendem a sobrestimar a chamada lógica da igualdade de oportunidades que a

tecnocracia dominante tanto gosta de invocar. É, pois, conveniente desconstruir tal discurso.

Primeiro, é necessário não esquecer que, quer os dados do nosso estudo anterior, quer os actuais, se referem apenas à população universitária (a que já ingressou na Universidade), pelo que não permitem captar a influência da variável “classe” entre aqueles que são excluídos do sistema de ensino superior (em Portugal as pessoas com um diploma de ensino superior eram em 2002 apenas 9% da população activa, enquanto a média dos países da OCDE era de 16%). É seguro afirmar que os jovens que não conseguem aceder ao sistema universitário serão largamente oriundos das classes baixa e média-baixa. De facto, como se mostrou anteriormente (Estanque e Nunes, 2003; Estanque *et al.*, 2005), apesar de cerca de 33% dos estudantes da UC serem oriundos (dados para o ano 2000) de famílias da classe trabalhadora, estes constituirão uma minoria da totalidade dos jovens descendentes dessa classe, por seu lado, os filhos de “empregadores” e “gestores”, ou da “classe alta”, apesar de representarem também uma minoria dos estudantes (as categorias de gestores e empregadores somavam 26,5% no mesmo estudo), muito provavelmente o segmento social de que fazem parte consegue facilmente assegurar o acesso dos seus filhos ao ensino superior na sua generalidade⁴.

Em segundo lugar, a reestruturação das profissões, sectores de actividade e do mercado de trabalho em geral tem sido profunda no nosso país, pelo que o conceito de “mobilidade social” é problemático. No espaço de vinte

⁴ Dito de outra forma, apesar de a fracção de estudantes do ensino superior filhos das elites ser hoje, em termos relativos, bem menor do que a dos filhos da classe média e/ou trabalhadora, o número de jovens que ficam de fora da universidade será, sem dúvida, esmagadoramente maior no caso dos filhos das classes baixas/ médias baixas, enquanto que os primeiros, sendo embora uma minoria da sociedade, terão, por razões óbvias, oportunidades infinitamente maiores de aceder ao ensino superior, pelo que

e poucos anos, o sector agrícola desceu drasticamente e o terciário subiu em flecha para mais de 50%, pelo que é necessário não confundir reconversões profissionais com novas oportunidades ou processos de “ascensão” social. A forte recomposição e flexibilização do sistema produtivo e da administração pública levou à perda de prestígio e estabilidade, ou mesmo à “proletarização” de certas categorias profissionais cujos ocupantes possuem hoje níveis de escolaridade elevados.

Em terceiro lugar, como já foi referido anteriormente, a questão da educação e da sua crescente expansão motivou uma desvalorização acelerada dos diplomas escolares, fazendo com que a preservação de posições privilegiadas na estrutura social exija a monopolização de títulos académicos mais elevados e difíceis de alcançar (mestrados e doutoramentos). Significa isto que a forte mobilidade estrutural e absoluta que ocorre em sociedades em rápida transformação é muitas vezes compatível com a manutenção das desigualdades de oportunidades, quer no emprego, quer no acesso às credenciais escassas (Cabral, 1997; Grácio, 1997; Estanque, 2000). Assim, as mudanças que vêm ocorrendo no ensino superior e na sociedade em geral representam, por assim dizer, os dois lados de uma mesma moeda, ou seja, trata-se de processos indistricáveis.

Seja como for, a recomposição da massa estudantil do ensino superior, lado a lado com as tendências sociais mais amplas vieram alterar drasticamente as práticas, as preocupações e as atitudes subjectivas dos estudantes actuais, passando a moldar o seu quotidiano por valores e expectativas sem dúvida muito distintos daqueles que eram partilhados pelas

representarão, se não a totalidade dos descendentes das categorias sociais privilegiadas, certamente

gerações dos anos 1960 e 1970. Muito embora o contexto social, político e cultural em que emergiram os movimentos estudantis das épocas históricas referidas tenha mudado radicalmente, convém notar que a identidade da academia de Coimbra, a especificidade do seu ambiente estudantil e as particularidades de que se reveste a ligação entre a UC e a cidade mantêm muitas das características que no passado fizeram dela um modelo de referência.

Ao chamar a atenção para estes aspectos, pretendemos não só sublinhar a natureza complexa e contraditória do sistema de ensino superior em Portugal mas também alertar para o facto dessa complexidade encerrar muito provavelmente linhas de ruptura e de continuidade. É nessa medida que importa prestar atenção aos processos históricos de estruturação identitária da academia de Coimbra, e, ao mesmo tempo, investigar até que ponto a identidade actual da comunidade estudantil da UC repousa ainda nessa memória ou é por ela de algum modo influenciada. Para além disso, importa saber até que ponto, e de que forma, esse referente se manifesta hoje, seja apenas enquanto elemento mitológico inscrito na retórica dominante e usado como arma política – tanto por parte do associativismo estudantil como, eventualmente, por parte da própria instituição universitária –, seja como vertente capaz de impregnar novas orientações políticas e representações subjectivas por parte do actual corpo estudantil e das suas lideranças associativas. Começemos então por caracterizar brevemente algumas das mais recentes tendências de recomposição social dos estudantes da Universidade de Coimbra.

muito perto disso. Não existindo estudos sobre isso, seria sem dúvida um interessante tema de análise.

3. Caracterização da população estudantil – origens geográficas e de classe

Em primeiro lugar, vale a pena comparar alguns dos valores e percentagens recolhidas no inquérito aplicado aos estudantes no ano lectivo de 2005-2006 com os de um inquérito administrado há cerca de cinco anos (1999-2000), visto que isso permite uma melhor visualização da evolução recente da população estudantil da UC, designadamente no que respeita à sua composição, origens sociais e geográficas⁵. Das características gerais da nossa amostra podemos retirar que a distribuição sexual continua a favorecer as raparigas, mantendo-se a diferença em níveis semelhantes aos detectados há cinco anos atrás, ou seja, com o sexo feminino a situar-se nos 64,4% contra 35,6% do sexo oposto⁶. Na distribuição sexual por faculdades, as mais feminizadas eram em 1999 as faculdades de Psicologia e Ciências da Educação e Direito, seguidas de Letras, enquanto na actual amostra aparecem, pela mesma ordem decrescente, Psicologia e Ciências da Educação – que agora se destaca ainda mais (90,7% de raparigas contra apenas 9,3% de rapazes) –, seguindo-se Farmácia e Direito. Por outro lado, Farmácia, Psicologia, Desporto e Medicina foram as faculdades da UC onde se verificou um aumento do peso relativo do sexo feminino, enquanto nas restantes se

⁵ Tratou-se de um estudo sobre a Universidade de Coimbra, desenvolvido a partir do CES em resposta a uma solicitação da Reitoria da UC (cf. Estanque *et al.*, 2005). Embora o presente questionário obedeça a outro tipo de preocupações, e portanto tenha incidido sobretudo na dimensão associativa e participativa, entendemos proceder a uma caracterização – ainda que breve – dos principais traços sociográficos, entre eles, a questão das origens de classe e geográficas, aspectos que o anterior estudo havia contemplado, o que permite realizar alguma análise comparativa relativamente a esses dados.

⁶ Estes valores não são coincidentes com as estatísticas oficiais fornecidas pelos serviços administrativos da Universidade de Coimbra, que para o ano lectivo de 2004-2005 indicam 54,4% de raparigas contra 45,6% de rapazes. A razão para esta sobre-representação das mulheres deve-se ao facto de a maioria dos inquéritos ter sido aplicada em sala de aula. Muito embora em todas as faculdades tenham sido

verificou o contrário, isto é o sexo masculino. Neste caso destacam-se respectivamente as faculdades de Letras e de Economia como aquelas onde o sexo masculino aumentou percentualmente.

QUADRO 1: Características da amostra – comparação 2000 - 2006 (%)

Ano	2000*				2006**			
	N	%	F	M	N	%	F	M
FDUC - Direito	157	8,3	80,3	19,7	377	13,2	75,9	24,1
FEUC - Economia	332	17,6	69,0	31,0	399	13,9	63,1	36,9
FCTUC - Ciências	382	20,2	40,1	59,9	627	21,9	36,7	63,3
FLUC - Letras	334	17,7	73,9	26,1	482	16,8	65,9	34,1
FMUC - Medicina	152	8,1	69,1	30,9	257	9,0	69,3	30,7
FFUC - Farmácia	169	9,0	71,6	28,4	242	8,5	79,8	20,2
FPCEUC - Psicologia	245	13,0	86,9	13,1	393	13,7	90,7	9,3
FCDEF - Desporto	116	6,1	27,8	72,2	84	2,9	34,5	65,5
Total	1887	100	65	35	2861	100	64,4	35,6

* Inquérito aos estudantes da UC (1999-2000);

** Inquérito aos estudantes da UC (2005-2006).

F = Feminino; M = Masculino.

Note-se que, enquanto numa faculdade predominantemente masculina como é o caso da FCTUC, essa situação se acentuou, no caso de Desporto, também tradicionalmente masculina, se verificou um certo reequilíbrio. Todavia, estes continuam a ser os dois únicos casos em que os rapazes permanecem em maioria. Ainda quanto à distribuição sexual, mas agora segundo as áreas

também aplicados inquéritos em espaços fora das aulas, tal não se revelou suficiente para neutralizar o efeito de uma maior assiduidade das raparigas, conforme todos os estudos têm vindo a mostrar.

de formação (agregadas)⁷, verifica-se que as áreas mais feminizadas são, por ordem decrescente, Direito, Ciências Sociais e Medicina/ Farmácia, enquanto as áreas mais masculinizadas são, pela mesma ordem, Engenharias e Desporto, que se destacam claramente das demais.

QUADRO 2: Sexo do inquirido, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Sexo					
	F		M		Total	
	N	%	N	%	N	%
Artes e Letras	191	66,1	98	33,9	289	100
Direito	286	75,9	91	24,1	377	100
Economia e Gestão	120	58,5	85	41,5	205	100
Ciências Sociais	675	75,7	217	24,3	892	100
C. Nat. e Matemáticas	40	64,5	22	35,5	62	100
C. Médicas Farmacêuticas	371	74,3	128	25,7	499	100
Engenharias	89	23,5	289	76,5	378	100
Desporto	29	34,5	55	65,5	84	100
C. Inform. e Comunicação	35	53,0	31	47,0	66	100
Total	1836	64,4	1016	35,6	2852	100

F = Feminino; M = Masculino.

Diga-se ainda que os estudantes da UC, seguindo a tendência geral, aderem cada vez mais aos recursos informáticos e à Internet. De facto, há uma clara maioria de inquiridos (79,2%) que revela possuir computador pessoal, sendo que entre estes, 61,6% afirmam ter acesso à *internet*. Pode ainda referir-

⁷ Procedemos a uma agregação de cursos de Licenciatura por “áreas de formação” de acordo com as tipologias habitualmente utilizadas em estudos sobre o ensino superior. (Almeida et al., 2000) Às 8 grandes áreas comumente utilizadas (ver também Estanque, Nunes, 2003), agregadas com base nas afinidades científicas e profissionais existentes entre os diversos cursos, foi acrescentada uma nova área ligada às Ciências da Informação e da Comunicação. Foram ainda integrados os novos cursos criados posteriormente à realização do inquérito aos Estudantes da UC no ano de 1999-2000. Concretamente, as licenciaturas incluídas em cada uma das áreas são as seguintes: 1) **Artes e Letras** - Arquitectura, Filosofia, Línguas e Literaturas Modernas, Línguas e Literaturas Clássicas, Estudos Artísticos, Turismo Lazer e Património, Estudos Europeus; 2) **Direito** - Direito e Administração Pública; 3) **Economia e Gestão** - Licenciaturas de Economia e Gestão de Empresas; 4) **Ciências Sociais** - Antropologia, Geografia, História, Arqueologia, História de Arte, Sociologia, Relações Internacionais, Psicologia e Ciências da Educação; 5) **Ciências Naturais e Matemáticas** – Química, Química Industrial, Bioquímica, Geologia, Biologia, Matemática, Física, Engenharia Física e Engenharia Biomédica; 6) **Ciências Médicas e Farmacêuticas** – cursos de Medicina, Medicina Dentária e Ciências Farmacêuticas; 7) **Engenharias** – Civil, Electrotécnica, Geográfica, Geológica e Minas, Informática, Mecânica, Materiais, Ambiente, Química; 8) **Desporto** – Ciências do Desporto e Educação Física; 9) **Ciências da Informação e**

se que a posse de automóvel pessoal por parte dos estudantes também aumentou em relação ao anterior inquérito, tendo passado de 24,6% para 29,4%. Estas indicações revelam, desde logo, algumas continuidades, embora com ligeiras mudanças, no que se refere à recomposição da população estudantil de Coimbra nos últimos anos.

QUADRO 3: Computador pessoal e acesso à Internet (%)

Computador	N	%	Ligação à Internet	N	%
Tem	2263	79,2	C/ ligação	1391	61,6
Não tem	596	20,8	S/ ligação	868	38,4
Total	2859	100,0	Total	2259	100,0

Vejamos a seguir o que ocorreu com as origens geográficas e de classe. Quanto às origens geográficas, considerámos como critério a zona de residência dos pais. Pode dizer-se que a base territorial de recrutamento dos estudantes da UC continua a ser predominantemente a região centro. Esta tendência acentuou-se desde há cerca de cinco anos atrás, ou seja, se a concentração de estudantes no concelho e no distrito de Coimbra se mantém relativamente idêntica aos valores de 1999-2000, nas restantes zonas da região centro o peso de estudantes daí oriundos aumentou de 28,2% para 35,2%. É por isso que, no total da região centro, o volume de estudantes passou nos últimos cinco anos de 63% para 70,2%.

Verifica-se ainda uma ligeira descida da base de recrutamento ao nível do concelho de Coimbra (passou de 22% para 20%), a qual é contrariada por uma

ligeira subida no resto do distrito (12,8% para 15%). Mantém-se, portanto, a mesma tendência já antes assinalada de uma clara e acentuada regionalização das origens geográficas dos estudantes da UC, sendo que, como antes dissemos (Estanque e Nunes, 2003), essa tendência não deve interpretar-se nem como resultado de perda de qualidade desta universidade nem vista como uma realidade específica de Coimbra. Efectivamente, é essencialmente uma questão nacional, que se prende com a rápida expansão do ensino superior no país nas últimas décadas. Ou seja, ao mesmo tempo que se expandiu a oferta neste nível de ensino, assistiu-se à sua progressiva dispersão, tanto por parte do sector público universitário, como no sub-sistema público politécnico e no particular e cooperativo.

QUADRO 4: Residência do agregado familiar – comparação 2000-2006 (%)

Região / Origem	2000*	2006**
Concelho de Coimbra	22,0	20,0
Resto do Distrito de Coimbra	12,8	15,0
Resto da Região Centro	28,2	35,2
Total da Região Centro	63,0	70,2
Resto do País	31,7	25,2
PALOP e outros países	5,2	4,6
Total	100	100

* Inquérito aos estudantes da UC (1999-2000); total da amostra: 1841.

** Inquérito aos estudantes da UC (2005-2006); total da amostra: 2851.

Paralelamente ao aumento da oferta e à sua dispersão, tem-se verificado uma crescente redução da pressão da procura, quer por razões que se ligam às tendências de quebra das taxas de natalidade, quer porque o volume geral de jovens que chegam ao ensino superior em Portugal é ainda relativamente baixo. Por fim, a redução relativa dos estudantes provenientes do concelho de

Coimbra, em contrapartida com o seu crescimento no resto do distrito e da região centro, é reflexo do alargamento do recrutamento a zonas rurais e e franjas da classe trabalhadora cuja margem de progressão é maior (já que a base de partida era extremamente baixa), enquanto que no caso das famílias de classe média, e mais ainda nas dos estratos superiores, o acesso dos seus filhos à universidade está há mais tempo assegurado e estabilizado.

Como se sabe, as estruturas sociais e espaciais estão intrinsecamente ligadas (Bourdieu, 1979; Ferrão, 1985; Giddens, 1985; Thrift, 1996). A dispersão territorial dos estudantes da UC também se liga com a sua composição de classe. O modelo de análise de classes que aqui utilizamos baseia-se principalmente em critérios do campo socioprofissional, tais como, as credenciais escolares, a propriedade e a autoridade. No entanto, os factores socioterritoriais ligam-se directa ou indirectamente à posição de classe, já que, é no espaço e através dele que as desigualdades se organizam e as classes sociais se estruturam. Desde logo, por via da propriedade e do património, cuja valorização (económica e simbólica) obedece a uma lógica de classe que se exprime no território e na sua apropriação diferencial. Esse aspecto torna-se ainda mais evidente em países como Portugal, cujo *boom* de urbanização, bem como as dinâmicas de industrialização/ terciarização, sofreram mudanças particularmente rápidas num período recente, pelo que, a relação entre a geografia e as estruturas sociais é particularmente importante. Daí que, por exemplo, a dicotomia rural/ urbano esteja muito estreitamente ligada aos processos de estruturação das classes em Portugal⁸. Daí deriva ainda a

⁸ As nossas categorias de classe seguem os pressupostos teóricos e os critérios operacionais de Erik Olin Wright, conforme referimos atrás. Agregam-se, portanto, critérios como a categoria socioprofissional, o nível de instrução, a posição de autoridade/ chefia e a propriedade ou não dos meios de produção. Criámos, assim, as seguintes categorias: 1) *Empregadores* – indivíduos com propriedade dos meios de

importância central do valor da terra e a problemática questão da revalorização dos terrenos urbanos, não poucas vezes sujeita ao fenómeno da especulação imobiliária, como se sabe.

O anterior estudo sobre a UC que temos vindo a referir tinha já assinalado o significativo volume de estudantes recrutados entre os trabalhadores não-qualificados, ou seja, aqueles que possuíam menor volume de recursos (sem propriedade dos meios de produção, sem autoridade e com escassas qualificações). Isso permitiu-nos mostrar então a efectiva democratização do acesso à universidade, muito embora, como assinalámos atrás, recusando a ideia de que tal exprimisse uma igualdade de oportunidades ou uma acentuada mobilidade social ascendente.

QUADRO 5: Origem de classe dos estudantes – comparação 2000-2006 (%)

Tipologia de Classes	2000*	2006**
Empregadores	18,9	20,0
Trabalhadores Conta Própria	12,0	13,7
Gestores	7,6	12,9
Supervisores	14,7	15,9
Técnicos e Trabs Semi-qualificados	13,7	9,4
Trabs Não-qualificados	33,1	28,0
Total	100	100

* Inquérito aos estudantes da UC (1999-2000);

produção e que empregam força de trabalho assalariada (e que têm pelo menos um empregado permanente); 2) *Trabalhadores por conta própria* – refere-se aos indivíduos que detêm os meios de produção, sem empregados assalariados; 3) os *Gestores* – que são uma categoria que ocupa posições de direcção e liderança nas organizações; 4) os *Supervisores* – correspondem aos empregados das categorias técnicas intermédias, com posições de chefia/supervisão, mas com níveis de instrução média, secundária ou primária; 5) os *Técnicos e Trabalhadores Semi-Qualificados* – são uma categoria que reúne os assalariados das categorias técnicas intermédias, sem posições de chefia e possuidores de nível de instrução médio ou superior, e os trabalhadores qualificados e semi-qualificados que possuem pelo menos o ensino secundário completo; e 6) finalmente, a categoria dos *Trabalhadores Não-Qualificados* (que noutros estudos também já foi designada por “classe trabalhadora” ou “proletários”) – corresponde à agregação dos assalariados das categorias profissionais manuais com os trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados que possuem níveis de instrução inferiores ao ensino secundário completo. Refira-se ainda que considerámos como critério de definição da classe de origem dos estudantes a situação do pai do inquirido. Para verificação dos procedimentos de operacionalização e critérios mais detalhados de construção das diferentes categorias, veja-se Estanque e Mendes (1998: 66 a 72) e Wright (1989).

** Inquérito aos estudantes da UC (2005-2006).

Antes de avançarmos na interpretação dos resultados, vale a pena uma breve referência ao modelo de análise de classes de Erik Olin Wright (1989 e 1997) que aqui está em causa⁹. Por opção teórica e analítica recusámos fazer uso de um modelo inspirado nas teorias da estratificação social. Ou seja, dada a complexidade dos critérios utilizados – tanto nos pressupostos teóricos como nas combinações entre diferentes indicadores –, não pode pensar-se que, quando se olha para esta estrutura das categorias de classe, estamos perante uma mera hierarquia ou pirâmide com posições de classe claramente ordenadas de cima para baixo ou vice-versa. Além do mais, são conhecidas as especificidades da sociedade portuguesa a este respeito (Estanque 1997, 2000 e 2003; Estanque e Mendes, 1998). Se pensarmos, por exemplo em localizações de classe como a dos *trabalhadores por conta própria* ou os trabalhadores não-qualificados, é evidente a proximidade entre si (em termos socioeconómicos e culturais e, também aqui, o factor territorial é importante). Assim, a recomposição do mercado de trabalho e do sistema produtivo traduziu-se em rápidas alterações sociais entre duas gerações ou mesmo no interior da mesma geração, mas tais processos – justamente porque são de natureza estrutural – não podem ser confundidos com fenómenos de “mobilidade social”. Acresce que as seis categorias aqui apresentadas correspondem a uma tipologia elaborada por referência à matriz original de Erik

⁹ Este modelo de análise segue o princípio neo-marxista de que as relações de exploração continuam a fornecer o principal factor de estruturação das classes, muito embora a exploração seja neste caso entendida segundo três dimensões distintas e combinadas entre si: 1) recursos de *propriedade*; 2) recursos educacionais e *qualificações*; e 3) *recursos organizacionais* ou de autoridade. Note-se ainda que a tipologia original de Wright contém 12 categorias de classe, mas a sua matriz apenas permite assinalar “localizações” de classe definidas pelo próprio cientista social (as classes em si, ou, lugares de classe desenhados “no papel”). Tem a vantagem de dar visibilidade aos novos segmentos de classe que se vêm estruturando entre diferentes campos da força de trabalho assalariada, atribuindo grande relevância aos critérios atrás referidos. Todavia, muitas das categorias assim “desenhadas” correspondem aos chamados “lugares contraditórios nas relações de classe” (Wright, 1983).

O. Wright, mas que sofreu várias agregações, como são os casos dos *gestores* e dos *supervisores* (que reúnem os sub-segmentos qualificados, semi-qualificados e não-qualificados).

Feitas estas ressalvas, vejamos o que nos dizem os valores encontrados acerca da origem de classe dos estudantes da UC. Tendo em conta a matriz da estrutura de classes utilizada – como se viu, construída com base na conjugação entre recursos de propriedade, autoridade e qualificações/credenciais escolares¹⁰ – podemos tecer diversas considerações a esse respeito, bem como sobre as alterações observadas nos últimos anos. Assim, verifica-se que os estudantes oriundos de famílias da classe trabalhadora (ou mais correctamente, filhos de pais aqui incluídos na categoria dos *trabalhadores não-qualificados*) constituem um segmento significativo e com uma maioria relativa face às restantes categorias (28%), enquanto os filhos de *empregadores* (20%), de *supervisores* (15,9%) e de *trabalhadores por conta própria* (13,7%), surgem a seguir, por ordem decrescente, ficando as categorias de *gestores* (12,9%) e de *técnicos não-gestores/trabalhadores semi-qualificados* (9,4%) como as que estão hoje menos presentes entre os estudantes de Coimbra.

Vale a pena olhar comparativamente os nossos resultados com os de há cinco anos atrás. Por um lado, se tivermos em conta o critério da *propriedade*, por exemplo, verificamos que os filhos dos segmentos com posse dos meios de produção (*empregadores* e *trabalhadores por conta própria*) aumentaram ligeiramente o seu peso relativo, enquanto, por outro lado, os filhos de *trabalhadores* e *técnicos não gestores* reduziram os seus valores percentuais

¹⁰ Note-se que neste caso a “origem de classe” corresponde posição de classe do pai do inquirido.

nos últimos anos. Além disso, os filhos de *gestores* e de *supervisores*, categorias marcadas sobretudo pelo domínio dos recursos de autoridade, viram também aumentar a sua representação entre os estudantes (se bem que no caso dos supervisores esse aumento seja insignificante, 1,2%).

Deste modo, a análise das origens de classe permite-nos concluir que se nota uma estabilização das tendências anteriores, embora sejam também visíveis sinais de um certo reequilíbrio (ou inversão) no que se refere ao peso relativo dos inquiridos oriundos das classes proprietárias e da classe trabalhadora. Dito de outro modo, as categorias com maior volume de recursos aumentaram a sua presença (apesar de ligeiramente), ao contrário da categoria de menores recursos (*trabalhadores não-qualificados*), que viu o seu peso estatístico reduzido entre a população estudantil de Coimbra.

Estas evoluções não se revelam, contudo, suficientemente marcantes para que daqui se possa inferir que a UC se vem tornando mais “elitista” nos últimos anos. Estamos em crer que se trata sobretudo de ajustamentos ligeiros resultantes, por um lado, das tendências demográficas mais recentes, e, por outro lado, da crescente diferenciação e concorrência que se observa hoje entre as diversas instituições do ensino superior (universitário e politécnico, ensino público e privado). Vejamos a distribuição das origens de classe dos estudantes, segundo o sexo.

QUADRO 6: Origem de classe, segundo o sexo (1999-2000) (%)

Tipologia de Classes	F	M	Total
Empregadores	19,3	18,9	19,2
Trabalhadores Conta Própria	12,1	11,3	11,8
Gestores	6,4	9,8	7,5

Supervisores	14,2	16,8	15,0
Técnicos / Trabs Semi-qualificados	13,6	14,3	13,8
Trabs. Não-qualificados	34,5	28,9	32,7
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito aos estudantes da UC (1999-2000)

QUADRO 7: Origem de classe, segundo o sexo (2005-2006) (%)

Tipologia de Classes	F	M	Total
Empregadores	19,6	21,1	20,1
Trabalhadores Conta Própria	13,6	14,0	13,7
Gestores	11,7	14,9	12,8
Supervisores	15,2	17,3	15,9
Técnicos / Trabs Semi-qualificados	9,5	9,2	9,4
Trabs. Não-qualificados	30,5	23,5	28,1
Total	100	100	100

Fonte: Inquérito aos estudantes da UC (2005-2006)

Como se viu atrás, as raparigas constituem a maioria da actual população estudantil da UC, com 64,4%, valor idêntico ao de 2000, que foi de 65%. Assim, ao cruzar as origens de classe dos estudantes com a sua distribuição segundo o sexo, podemos observar (Quadros 6 e 7, acima) um idêntico volume de rapazes e raparigas nos vários estratos sociais, verificando-se a maior diferença entre os filhos de trabalhadores não-qualificados, com uma clara maioria de raparigas (30,5%, contra 23,5% de rapazes). Este desequilíbrio já se verificava em 2000, mas mostra-se agora mais acentuado.

Esta situação é um importante elemento a ter em conta na caracterização das mudanças em curso e das tendências de recomposição dos estudantes do ensino superior em Portugal. É conhecido que as taxas de sucesso escolar das

mulheres são em geral superiores às dos homens em todos os níveis de ensino (Seixas, 2003; Balsa *et al.*, 2001). Mas, se isso explica, em parte, a crescente presença feminina no ensino universitário, estamos em crer que há aqui elementos específicos da sociedade portuguesa que importa sublinhar. Por razões de natureza sociocultural, a entrada dos rapazes numa actividade profissional tende a processar-se mais cedo do que a das raparigas (sem esquecer que é entre as classes mais carenciadas que a pressão nesse sentido é maior), e sabendo-se que as raparigas tendem a obter melhores resultados escolares no ensino secundário, é de esperar que o efeito atractivo do ensino superior sobre os filhos da classe trabalhadora, ao combinar-se com a escassez de recursos económicos e perante a existência de mais do que um filho, de sexos diferentes, faça recair a “escolha” sobre a rapariga. No entanto, vale a pena recordar que o maior sucesso e presença das raparigas no ensino superior está longe de ter o seu equivalente no plano das oportunidades no mercado de trabalho, o que, aliás, mostra bem como a recomposição da estratificação social continua a reproduzir a desigualdade de género (Crompton, 1997; Smith, 1999).

QUADRO 8: Origem de classe dos estudantes, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Tipologia de Classe					
	Empregadores	Tr. Conta Própria	Gestores	Supervisores	Tecn / Trab S-Q	Trabs Não-Qual
Artes e Letras	18,8	14,1	14,8	13,3	8,6	30,5
Direito	23,4	13,3	9,8	15,4	8,3	29,9
Economia e Gestão	23,7	13,7	11,1	15,8	9,5	26,3
Ciências Sociais	18,9	14,6	11,8	16,9	6,6	31,1
C. Naturais e Matemáticas	23,5	15,7	13,7	19,6	9,8	17,6
C. Médicas	17,6	12,1	15,5	14,2	17,4	23,1

Farmacêuticas						
Engenharias	21,5	15,0	14,1	17,6	8,5	23,2
Desporto	17,1	11,4	11,4	17,1	4,3	38,6
C. Informação e Comunicação	21,4	10,7	14,3	14,3	5,4	33,9
Total	20	13,7	12,9	15,9	9,4	28,0

As representações acerca da divisão sexual dos papéis, quer no trabalho quer na vida doméstica, estão ainda fortemente presentes na sociedade portuguesa, fazendo-se sentir os efeitos do patriarcado na restrição do acesso às posições de autoridade e liderança por parte da força de trabalho feminina (Mendes, 2001).

Finalmente, no que diz respeito à distribuição destes resultados segundo as áreas de formação, podemos adiantar o seguinte: em primeiro lugar, a relação entre área de formação e origem de classe não se revelou dotada de grande capacidade explicativa, isto é, considerando a relação classe de origem e área de formação, parece-nos haver pouca consistência em termos de causalidade; em segundo lugar, podemos dizer que áreas como Desporto, Artes e Letras, Ciências da Comunicação e Ciências Sociais são as que revelam um maior número de estudantes oriundos da classe trabalhadora (trabalhadores não-qualificados); em terceiro lugar, os cursos de Economia e Gestão, Ciências Naturais e Matemáticas, seguidas de Direito, revelaram-se as áreas com maiores raízes na categoria dos empregadores; em quarto lugar, as Ciências Médicas e Farmacêuticas surgem aqui marcadas por uma situação algo ambígua, ou seja, as principais origens sociais dos seus estudantes remetem para categorias (como os gestores e os técnicos não-gestores, por

exemplo) em que, regra geral, os recursos educacionais e culturais são mais importantes do que os recursos de propriedade e de autoridade.

4. Práticas culturais e de lazer dos estudantes

Actividades de lazer

Passemos agora a observar alguns dos comportamentos dos estudantes, neste caso no que se refere às práticas e consumos culturais. No nosso questionário perguntava-se aos inquiridos qual o grau de regularidade com que tinham efectuado determinadas actividades ao longo do último ano. Vejamos alguns desses resultados. Desde logo, verifica-se que, no conjunto, há uma série de consumos culturais e de outras iniciativas de lazer (ou profissionais) que estão praticamente fora dos hábitos estudantis ou que apenas obtêm a adesão uma minoria de estudantes da UC. De facto, a maioria dos inquiridos respondeu não ter participado “nenhuma vez” ao longo do último ano em espectáculos de dança/ ballet/ música clássica (70,9%), em cursos livres ou de formação (64,3%), em festivais musicais de Verão (63,7%), viagens ao estrangeiro (56,2%) ou em espectáculos de teatro (51,8%). Por outro lado, noutros itens incluídos no questionário pode dizer-se o contrário, isto é, que uma larga maioria dos inquiridos participou pelo menos uma vez ao longo do último ano. É o caso das idas a restaurantes (96,6%), assistir a concertos musicais (90,6%), a conferências ou colóquios (78,2%), a espectáculos desportivos (74,5%) ou visitar museus e exposições (73,3%).

O mesmo se pode afirmar de um outro leque de questões referentes a actividades culturais e de lazer de carácter mais geral. Assim, à semelhança das rubricas anteriores é possível identificar algumas actividades que se inserem no quotidiano dos estudantes. Com efeito, estes declararam realizar com “regularidade” ou “muitas vezes” actividades como ouvir música (86%), conversas com amigos/as em casa (76,2%), navegar na Internet (63,2%), ver televisão (60,3%), convívios e festas com amigos no café ou em bares (59,7%). Com menos referências surge a leitura de jornais (40%), ir ao cinema (35,9%), leitura de revistas especializadas (31,6%) e prática de desporto (29,7%).

Após uma breve leitura global, veja-se a seguir os dados obtidos considerando a desagregação das respostas por sexo, área de formação e origem geográfica.

Consumos culturais e de lazer, segundo o sexo

Os resultados detalhados segundo o sexo, podem ser observados nos Quadros 9 e 10. Se em alguns dos campos de práticas considerados o maior ou menor peso de um dos sexos não oferece grandes dúvidas, outros há – talvez a maioria – em que a leitura dos resultados é menos linear. Por exemplo, assistir a espectáculos desportivos é um dos itens onde há claramente um maior número de rapazes e com maior assiduidade, pois quanto maior a frequência maior é o peso do sector masculino. Convém entretanto recordar que o ano de referência foi 2004, altura em que decorreu em Portugal o Campeonato da Europa de futebol, e tal facto parece fazer-se sentir nestes resultados. Por isso, se o futebol fosse aqui subtraído da análise, os resultados

quanto ao interesse estudantil pelo desporto não seriam tão favoráveis aos rapazes.

QUADRO 9: Práticas/consumos culturais segundo o sexo, quanto à regularidade ao longo do último ano (2004-2005) (%)

Assistir a Espectáculos Desportivos					
Sexo	nenhuma	1-2 vezes	3-5 vezes	+ 5 vezes	Total
F	30,7	41,3	13,0	15,1	100
M	16,4	30,3	16,3	37,1	100
TOTAL	25,5	37,3	14,2	23,0	100
Assistir a concertos musicais					
F	9,2	31,4	30,9	28,5	100
M	10,0	31,0	25,8	33,3	100
TOTAL	9,4	31,3	29,0	30,2	100
Assistir a espectáculos de dança/ ballet/ música clássica					
F	69,6	23,3	5,3	1,8	100
M	73,4	19,3	4,4	2,9	100
TOTAL	70,9	21,9	5,0	2,2	100
Assistir a espectáculos de teatro					
F	50,1	38,1	8,1	3,8	100
M	54,9	31,2	9,7	4,3	100
TOTAL	51,8	35,6	8,7	3,9	100
Festivais de Cinema					
F	61,1	22,8	8,9	7,3	100
M	64,4	23,7	5,7	6,2	100
TOTAL	62,3	23,1	7,7	6,9	100
Assistir a festivais musicais de Verão					
F	65,6	26,9	5,0	2,4	100
M	60,3	30,2	7,0	2,6	100
TOTAL	63,7	28,1	5,7	2,5	100
Viagens realizadas ao estrangeiro					
F	57,6	34,1	6,4	1,9	100
M	53,7	36,5	6,8	2,9	100
TOTAL	56,2	34,9	6,6	2,3	100
Participação em conferências/ colóquios e debates					
F	16,1	45,8	27,6	10,6	100
M	23,8	41,2	22,9	12,1	100
TOTAL	18,8	44,1	25,9	11,1	100
Frequência de cursos livres ou de formação					
F	65,6	27,3	5,4	1,7	100
M	62,1	30,2	5,8	1,8	100
TOTAL	64,3	28,4	5,6	1,8	100
Visitas a museus e/ou exposições					
F	26,1	44,8	20,2	9,0	100
M	27,9	40,4	20,6	11,1	100
TOTAL	26,7	43,2	20,3	9,8	100
Idas a restaurantes (excepto cantinas)					
F	3,3	16,4	23	57,2	100
M	4,4	12,8	17,4	65,3	100
TOTAL	3,7	15,1	21,0	60,1	100

No campo dos consumos culturais em sentido mais estrito (*Concertos Musicais, Espectáculos de dança / ballet / música clássica, Espectáculos de Teatro, Festivais de Cinema*) como se pode ver (Quadro 8), a distribuição sexual dos resultados é mais ambígua. A distribuição das frequências desses consumos culturais, embora subsistam variações, não é fortemente determinada pela variável sexo. Mas, apesar disso, confirma-se a existência de uma ligeira maioria masculina em todos os consumos na categoria de “+ de 5 vezes”.

Paradoxalmente (ou não), se se tomar como perspectiva de análise o número de estudantes que participou pelo menos uma vez em determinada actividade, pode constatar-se uma diferença de comportamento em que as mulheres se destacam. No caso da assistência a *concertos musicais* estes valores ascendem a 90,8% para o sexo feminino, superando tangencialmente o sexo masculino, com 90,1%; mas as diferenças são mais evidentes quando se trata de *assistir a espectáculos de dança/ballet/música clássica* com 30,4% F contra 26,6% M; o mesmo se pode referir para *assistir a espectáculos de teatro* (50% F, contra 45,2% M) e *Festivais de cinema* (39% F, 35,6% M).

Entre este tipo de consumos, o que largamente se destaca é o de *Concertos Musicais*, algo que não é seguramente alheio ao facto de as festividades académicas – Latada e Queima das Fitas – possuírem uma forte influência neste domínio. Pelo contrário, pode-se realçar os baixos consumos em áreas mais especializadas, onde por um lado, a oferta escasseia, e por outro, implica um maior investimento na construção de gostos incorporados nas disposições dos estudantes.

Na vertente dos consumos mais conotados com o universo juvenil pode-se incluir a frequência de *Festivais de Verão* e *Viagens ao Estrangeiro*. Aqui, uma vez mais, não se verifica uma regularidade muito clara quanto à distribuição dos resultados segundo o sexo. Não é despiciendo constatar a recorrência de valores mais elevados para o sexo masculino na categoria dos que afirmaram ter participado “+ de 5 vezes”. No entanto, neste caso, verifica-se que a maioria das raparigas nunca revela uma assiduidade superior à dos rapazes em qualquer dos eventos aqui contemplados.

Por seu lado, a vertente mais formativa compreende a participação em *conferências, colóquios e debates*, frequência de *cursos livres e/ou de formação, visitas a museus e exposições*. De novo, uma ligeira predominância masculina em níveis superiores de assiduidade, mas, também neste caso, com pouca influencia da variável sexo. No caso de *visitas a museus* verifica-se uma ténue maioria feminina (74% F, 72,1% M) que frequentou pelo menos uma vez esses espaços, o mesmo se verificando na participação em *conferências/colóquios e debates* (84% de mulheres contra 76,2% de homens). Nesta linha de participação em actividades com um perfil mais formativo, e como tal de um percurso de investimento relacionado com o curso ou com temáticas ligadas a outras áreas de interesse, verificam-se menores índices de participação na *frequência de cursos livres e de formação*. Aí a categoria “nenhuma” assume valores muito elevados, quer para o sexo feminino quer para o masculino (65,6% F e 62,1% M).

No Quadro 10 pode observar-se um outro conjunto de práticas e actividades de lazer, segundo o sexo, por grau de regularidade. Por clareza de

exposição da escala aplicada, reproduz-se apenas as categorias “nunca”, “regularmente” e “muitas vezes”.

De um modo geral, ressalta daqui a valorização por ambos os sexos das dimensões mais conviviais das actividades de lazer, em detrimento de outras. Itens como *conversas com amigos em casa* (61,2% F, 51,7% M) ou em *convívio nos cafés e bares* (32,6 F, 37% M) apresentam as percentagens mais elevadas, na opção “muitas vezes”. Segundo estes dados parece que ainda persiste entre os estudantes a velha lógica tradicional em que as mulheres são mais arreigadas ao espaço doméstico e os homens ao espaço público.

QUADRO 10: Práticas e actividades de lazer, segundo o sexo (%)

Práticas / Consumos	Grau de regularidade					
	Nunca		Regularmente		Muitas vezes	
	F	M	F	M	F	M
Conversas c/ amigos em casa	1,3	2,4	16,9	21,0	61,2	51,7
Convívio c/ amigos em cafés e bares	3,2	3,9	26,8	23,1	32,6	37,0
Festas em Repúblicas/residências	66,9	55,2	3,8	5,0	2,8	6,3
Praticar um desporto	27,0	11,2	10,2	12,5	11,7	31,3
Dormir até tarde	13,4	13,7	14,0	14,3	10,0	14,5
Leitura de Jornais	15,1	11,8	18,4	19,7	14,8	32,8
Leitura de revistas especializadas	27,0	22,7	15,4	16,7	11,6	23,1
Ir ao cinema	4,5	8,4	22,6	18,0	15,9	13,2
Ver filme em DVD	5,4	6,4	28,9	25,2	24,6	22,9
Navegar na Internet	2,9	3,2	25,5	24,0	33,5	47,2
Ouvir música	0,3	0,4	22,4	22,0	64,6	62,1
Namorar	25,3	23,8	16,2	15,6	35,9	30,7
Dar um passeio fora da rotina	2,4	5,3	26,5	19,5	10,9	8,3
Ver TV	1,5	4,6	30,7	26,2	33,7	27,3

Porém, essa conclusão não é tão óbvia como parece. De facto, se somarmos os níveis “regularmente” e “muitas vezes”, no que toca a convívios em bares e cafés, a diferença entre os dois sexos é irrelevante (59,4% F, 60,1% M). Existindo esta propensão para a convivialidade, é curioso identificar a pouca proximidade com o universo das republicas ou residências universitárias. Do conjunto dos inquiridos, 55,2% dos rapazes e 66,9% das raparigas não participaram em qualquer evento ocorrido no ano transacto nestes espaços estudantis.

Outras actividades lúdicas são também assinaladas como estando presentes no quotidiano dos jovens estudantes universitários, sendo mais referenciadas pelas mulheres. É o caso de *ouvir música* (87% F contra 84,1% M), *ver um filme em DVD* (53,5% F, 48,1% M), *Ver TV* (64,4% F, 53,5% M) e *namorar* (52,1% F, 46,3% M). Por outro lado, subsistem diferenças muito expressivas que são dignas de problematização. Na prática de *desporto*, por exemplo, eles superam-nas em mais de 20% (21,9% F, 43,8% M) e na utilização da *Internet* em mais de 10% (59% F, 71,2% M). E ainda relativamente aos hábitos de *leitura*, quer de *jornais* (33,2% F, 52,5% M), quer de *revistas especializadas* (27% F, 39,8% M), a diferença é bastante significativa a favor dos rapazes. No entanto, como se mostrou atrás, a situação inverte-se noutros domínios. E adiante pode também observar-se como as jovens levam dianteira aos seus colegas do sexo oposto em aspectos tão importantes como a leitura de livros fora do âmbito escolar (ver Quadro 12, adiante).

Consumos culturais e de lazer, segundo as áreas de formação dos estudantes

Procura-se neste ponto analisar os mesmos consumos culturais e de lazer mas desta feita tomando como variável independente a área de formação dos estudantes inquiridos (veja-se Quadros 11 e 12)¹¹. Aqui podem-se assinalar-se diversas oscilações em função das áreas de estudo.

A *frequência de restaurantes* assume os valores mais elevados, na casa dos 80%, variando entre 77,7% em Artes e Letras e 85,5% em Ciências Médicas e Farmacêuticas. O item *concertos musicais*, embora subsista uma maior variação de respostas de acordo com a área de formação, recolhe também valores elevados de adesão, desde os impressionantes 75% (máximo) em Ciências Naturais e Matemáticas até aos 54,4% (mínimo) em Direito, mas com todas as áreas a evidenciar números sempre maioritários. Acima da participação em concertos musicais só a ida a restaurantes revela uma maior assiduidade dos estudantes da UC.

Há, porém, outro tipo de consumos culturais onde é possível identificar diferenças mais claras que separam os estudantes provenientes de diferentes áreas de formação. Por exemplo, no caso da frequência de espectáculos de *dança / ballet / música clássica*, essa prática contabiliza 14,6% de respostas dos cursos de Artes e Letras enquanto que outras áreas revelam uma regularidade bem inferior, como sejam as Ciências Sociais (7,7%) e Ciências da Informação e da Comunicação (7,8%). Artes e Letras volta ainda a obter o valor mais elevado em *Espectáculos de Teatro* com 21,3%, seguida por Ciências Sociais (14,4%) e Ciências da Informação e da Comunicação (14,3%). Mais uma vez em *Exposições e/ou visitas a museus* destaca-se (51,9%) com

¹¹ Importa lembrar que os valores percentuais destes dois quadros correspondem, respectivamente, ao somatório das respostas que apontaram uma regularidade de 3 ou mais

mais 20 pontos percentuais que Ciências Sociais (33,8%), seguindo-se Direito e Ciências da Informação e Ciências da Comunicação (26,6%). Igualmente relevante é o facto de os valores mais baixos nessas três práticas serem das mesmas três áreas de formação, a saber: Economia e Gestão, Engenharias e Desporto.

No campo das actividades formativas verificam-se igualmente assinaláveis diferenças. *Conferências, colóquios e debates* são mais referenciadas pelas Ciências Sociais (48,6%) e Economia e Gestão (42,1%), revelando valores mais baixos as Engenharias (17,8%) e o Desporto (25,3%). Ao invés, em *curios livres e/ou de formação* a área de Desporto destaca-se com 22,6%, seguido de longe por Artes e Letras (9,6%) e Ciências Sociais (8,9%). No caso do Desporto haverá certamente alguma especificidade ligada às saídas profissionais e estágios inerentes à própria natureza do curso.

QUADRO 11: Frequência de eventos culturais, científicos e actividades de lazer, segundo a área de formação (%)*

Actividades Culturais e de Lazer	Área de Formação								
	Artes/ Letras	Direito	Econ/ Gestão	Ciênc Sociais	C. Nat/ Matem.	C.Méd Farm.	Eng,	Desp.	C. Inf e Com.
Espectáculos Desportivos	30,5	32,9	45,2	32,0	41,6	34,1	45,7	81,0	44,4
Concertos Musicais	58,2	54,4	55,4	58,4	75,0	61,1	59,3	71,1	70,3
Espectáculos de dança / ballet / música clássica	14,6	7,0	5,0	7,7	6,8	6,8	2,8	2,5	7,8
Espectáculos de Teatro	21,3	12,8	8,5	14,4	11,9	9,3	9,5	7,4	14,3
Festivais de Verão	6,7	8,0	7,0	9,0	8,3	6,4	9,3	9,5	9,5
Viagens ao Estrangeiro	14,8	10,5	7,0	8,2	8,4	9,1	5,2	9,6	6,3

vezes ao longo do último ano (o Quadro 11), e ao somatório das respostas “regularmente” e “muitas vezes” (o Quadro 12).

Conferências Colóquios, debates	40,1	40,7	42,1	48,6	32,7	27,6	17,8	25,3	31,3
Cursos Livres e/ou de Formação	9,6	4,2	5,0	8,9	3,4	6,3	4,6	22,6	7,6
Exposições e/ou visitas a museus	51,9	26,6	20,8	33,8	47,5	24,6	21,8	17,6	26,6
Ida a Restaurantes	77,7	81,0	82,9	78,2	80,0	85,5	82,5	84,5	82,8
Festivais de Cinema	17,0	13,5	17,0	14,1	8,6	16,2	12,6	13,2	17,2

* Resultados do somatório de respostas a indicar uma frequência de 3 ou mais vezes ao longo do último ano (ano de referência: 2004-2005).

Apresenta-se abaixo um outro conjunto de actividades (Quadro 12), já não de natureza pública, mas que remetem para a esfera mais pessoal de uso do tempo livre. De um modo geral é possível identificar uma assinalável homogeneidade no conjunto de respostas dadas, o que permite identificar algumas dessas práticas como transversais às diversas áreas de formação, embora subsistindo alguma amplitude na variação das resposta.

QUADRO 12: Práticas e consumos culturais, segundo a área de formação (%)*

Práticas/ Consumos	Área de Formação								
	Artes/ Letras	Direito	Econ/ Gestão	Ciênc Sociais	C. Nat/ Matem.	C. Méd Farm.	Eng,	Desp.	C. Inf Com.
Conversas c/ amigos em casa	72,8	82,6	70,1	74,9	77,0	78,9	72,7	83,3	78,8
Convív c/ amigos em cafés e bares	58,4	58,2	56,8	59,3	54,1	61,6	58,7	73,8	68,2
Festas em Repúblicas/ residências	6,4	8,7	4,3	8,8	16,2	5,8	7,9	21,6	15,2
Praticar um desporto	24,4	27,9	33,9	25,5	30,7	25,5	36,3	89,3	22,8
Dormir até tarde	19,2	23,1	24,8	30,0	18,1	21,4	25,0	34,6	42,5
Leitura de Jornais	39,6	47,3	45,6	42,3	40,4	26,4	40,7	36,2	54,7
Leitura de revistas especializadas	46,6	30,7	30,5	30,5	27,9	24,2	32,5	30,9	46,9
Ir ao cinema	34,5	40,6	31,2	35,7	34,5	43,7	26,4	29,7	36,4
Ver filme em DVD	51,8	51,8	43,2	54,4	45,1	49,9	50,8	53,5	57,6
Navegar na Internet	59,9	50,7	61,1	63,3	77,4	64,0	74,6	59,6	75,8

Ouvir música	87,4	84,0	83,9	88,0	90,3	86,4	82,7	85,7	81,5
Namorar	48,4	56,2	51,7	49,5	55,8	46,5	48,0	47,7	56,2
Dar um passeio fora da rotina	38,1	37,6	32,0	38,0	29,6	30,7	26,2	20,5	34,9
Ver TV	48,7	61,1	68,0	62,5	58,0	63,8	55,4	58,3	60,6

* Estes valores somam as respostas “regularmente” e “muitas vezes”.

Assinale-se por exemplo o facto de a prática mais referenciada na maioria das áreas de formação ser a de *ouvir música*, variando entre 81,5% em Ciências da Informação e da Comunicação e 90,3% em Ciências Naturais e Matemáticas. Apenas no caso do Desporto, por razões óbvias, ouvir música, apesar do elevado volume de adesão (85,7%), é um hábito suplantado pela prática desportiva (89,3%).

Seguidamente, destaca-se a referência a *conversas com amigos em casa*, que assume valores igualmente elevados, atingindo o seu máximo em Direito (82,6%) e Desporto (83,3%) e os valores mais baixos em Economia e Gestão (70,1%) e Engenharias (72,7%). *Navegar na Internet*, revela um máximo de adesão em Ciências Naturais e Matemáticas (77,4%) e Ciências da Informação e Comunicação (75,8%), e menor expressão em Desporto (59,6%) e Direito (50,7%). *Convívios com amigos em cafés e bares* apresenta valores mais elevados em Desporto (73,8%) e Ciências da Informação e Comunicação (68,2%) e mais baixos em Economia e Gestão (56,8%) e Ciências Naturais e Matemáticas (54,1%).

Com valores mais baixos e maior variação consoante a área de formação, destacam-se: *leitura de jornais*, com percentagens máximas em Ciências da Informação e Comunicação (54,7%) e Direito (47,3); e mínimas em Ciências Médicas e Farmacêuticas (26,4%), que de facto se destacam pela negativa dada a escassez de leitura de jornais, seguidas de Desporto (36,2%);

a prática de *leitura de revistas especializadas* mostra possuir maior adesão entre os estudantes de Ciências da Informação e Comunicação (46,9%) e Artes e Letras (46,6%), sendo menos habitual entre os estudantes de Ciências Naturais e Matemáticas (27,9%) e Ciências Médicas e Farmacêuticas (24,2%). *Ir ao cinema* é um hábito que se revelam mais popular nas áreas de Ciências Médicas e Farmacêuticas (43,7%) e Direito (40,6%) e bem menos popular entre os estudantes de Desporto (29,7%) e das Engenharias (26,4%). *Dar um passeio fora da rotina habitual* constitui uma actividade mais praticada entre os estudantes de Artes e Letras (38,1%) e Ciências Sociais (38%); e com adesões mínimas nas áreas de Desporto (20,5%) e Engenharias (26,2%). Por fim, *dormir até tarde* é um hábito mais assinalado pelos estudantes de Ciências da Informação e Comunicação (42,5%) e de Desporto (34,6%) e bem mais raro entre os estudantes de Artes e Letras (19,2%) e Ciências Naturais e Matemáticas (18,1%).

Passemos agora à análise mais detalhada dos hábitos de leitura de livros e jornais (Quadro 12). Quanto à leitura de livros (fora do âmbito escolar), uma larga maioria dos inquiridos (81,7%) respondeu que “Sim” à pergunta se “costuma ler livros”, sendo que, destes, 20,4% indicaram ter lido ao longo do último ano 1 a 2 livros, 45,5% entre 3 a 5 livros e os restantes 34% afirmaram ter lido 6 ou mais livros durante o mesmo período. Na verdade, a acreditar nestes resultados, teremos de concluir que mais de 60% dos estudantes leu pelo menos três livros (extra-escolares) no último ano, o que, aparentemente, é revelador de um elevado interesse pela literatura (contos e romances, aventura e biografias são os estilos mais indicados por parte dos que responderam “sim” à pergunta “costuma ler livros?”). Apesar deste cenário aparentemente

expressivo do interesse dos estudantes pela leitura, há que notar que se trata de uma daquelas perguntas que tende a suscitar distorção por excesso (ler muito é o que se espera de um estudante universitário). Para além disso, importa realçar que 18,3% de estudantes afirmaram “Não” ler livros, ou seja, reconhecem não ter lido nenhum. Acreditamos, pois, que este número peca por defeito.

Considerando a distribuição destes resultados segundo as áreas de formação, é de referir que se destacam como segmentos com maiores hábitos de leitura as áreas de Artes e Letras (92,7%), Direito (89,1%) e as Ciências Sociais (87%), e em contrapartida os cursos com maior volume de inquiridos que referiram “Não” ler livros (apesar de minoritários), foram os estudantes de Desporto (47,6%), seguidos dos da área das Engenharias (39,2%) e dos de Economia e Gestão (24,3%). Na distribuição por sexo, os resultados confirmam o que já se conhece de outros estudos, ou seja, que as raparigas revelam uma propensão para a leitura claramente maior do que os rapazes (88,8% F contra 68,9% M).

QUADRO 13: Leitura de jornais e livros não-académicos, segundo a área de formação e o sexo (%)

Área de formação	Leitura de jornais				Leitura de livros	
	Nunca/raramente	De vez em quando	Regularmente	Muitas vezes	Sim	Não
Artes e Letras	32,6	27,9	20,5	19,1	92,7	7,3
Direito	23,1	29,6	24,2	23,1	89,1	10,9
Economia e Gestão	22,6	31,9	22,1	23,5	75,7	24,3
Ciências Sociais	31,4	26,5	18,7	23,6	87,0	13,0
C. Naturais e Matemáticas	32,3	27,4	21,0	19,4	77,4	22,6
C. Médicas	48,0	25,6	14,0	12,4	83,6	16,4

Farmacêuticas						
Engenharias	35,2	24,1	16,6	24,1	60,8	39,2
Desporto	33,8	30,1	18,1	18,1	52,4	47,6
C. Inform e Comunicação	18,8	26,6	21,9	32,8	84,8	15,2
Sexo						
F	36,8	30,1	18,4	14,8	88,8	11,2
M	25,8	21,8	19,7	32,8	68,9	31,1
Total	32,9	27,1	18,9	21,1	81,7	18,3

Já no que diz respeito à frequência de leitura de jornais acontece o inverso, isto é, em geral são os rapazes que mostram uma maior regularidade, revelando diferenças significativas entre ambos os sexos, como se pode observar no Quadro 13. Refira-se também que, entre aqueles que preencheram o espaço onde se perguntava quais os jornais que lê, se conclui que os jornais diários nacionais (44,1%, entre os que responderam “sim”) são os mais lidos (destacando-se aí o jornal Público como o mais indicado (23,3%), seguido dos jornais desportivos (21,2%) e dos jornais locais ou regionais (15%). Assim, importa ter presente que, sendo os hábitos de leitura dos diários desportivos muito mais arreigados no sector masculino, esse aspecto deverá contribuir significativamente para dar vantagem aos homens nesta matéria.

Quanto à distribuição destes resultados pelas áreas de formação, pode assinalar-se que os mais assíduos nesta matéria são os estudantes de Ciências da Informação e Comunicação (32,8% deles indicaram ler jornais “muitas vezes”), naturalmente, em coerência com a área de estudos que escolheram, logo seguidos dos que frequentam as áreas de Engenharias (24,1%), surgindo depois destes (indicando igualmente a opção “muitas vezes”), três áreas: Ciências Sociais, Economia e Gestão, e Direito (por ordem decrescente mas com valores idênticos, todas elas a rondar os 23%). Nas

restantes áreas verifica-se uma assiduidade de leitura claramente inferior a estas.

Para além do que ficou dito, parece-nos bastante revelador e, por isso, interessa sublinhar, o facto de cerca de 33% dos inquiridos afirmarem que “nunca” ou “raramente” lêem jornais (13,9% indicaram “nunca” e 19% “raramente”). Também neste caso as raparigas se mostram relativamente mais alheias do que os rapazes (36,8% contra 25,8% de rapazes afirmaram fazê-lo “raramente” ou “nunca”). Finalmente, quanto à distribuição destes valores (de escassa ou nula leitura de jornais) por áreas de formação, destacam-se os estudantes de Medicina e Farmácia (48%) – um número sem dúvida impressionante, tanto mais que cerca de metade destes (24,3%) responderam que “Não” o fazem, ou seja, nunca lêem jornais –, seguindo-se-lhes as Engenharias (35,2%, com 17,2% que nunca lêem), o Desporto (33,8%, com 15,7% que nunca lêem), e as Artes e Letras (32,6%, com 11% que nunca lêem). Este aspecto será retomado no final, uma vez que ele se assume como um interessante indicador que, conjugado com outros resultados, permitirá perceber alguns dos contornos de que se revestem, hoje em dia, os consumos e práticas estudantis, e daí retirar algumas conclusões quanto às formas de participação ou indiferença dos estudantes no plano cívico e associativo.

Consumos culturais e de lazer, segundo a origem geográfica dos estudantes

Neste tópico pretende-se considerar a origem geográfica no sentido de mostrar o seu efeito no campo das práticas e consumos culturais. Como foi anteriormente referido, a Universidade de Coimbra tem acentuado a sua

tendência regional, sendo um quinto (20%) dos seus estudantes proveniente do concelho de Coimbra e cerca de 70% oriundos de toda a região Centro.

Paralelamente, importa sublinhar que a dimensão territorial se repercute e se inscreve na própria recomposição das desigualdades sociais. O facto de Portugal ter passado, nas últimas décadas, por intensos processos de recomposição social – litoralização, concentração na população nos centros urbanos, intensificação das infraestruturas e redes de transportes, crescimento do sistema de ensino, alargamento para as periferias rurais de modelos de consumo, actividades de lazer e estilos de vida urbanos e de *classe média* – tornou mais evidentes os contrastes e, paradoxalmente, fez emergir novas combinações e articulações complexas entre sociabilidades urbanas e contextos comunitários e familiares ainda contaminados por vínculos rurais e tradicionais. Essa diversidade e complexidade de universos culturais e referências simbólicas acompanha os processos de mudança e as dinâmicas de redefinição identitária, readaptando práticas, modos de vida e padrões de consumo e revelando novas configurações e contrastes, os quais são particularmente visíveis nas atmosferas urbanas marcadas pela juventude universitária. Quando, como é o caso da UC, as comunidades académicas passam a ser alimentadas em grande parte por jovens oriundos de regiões do interior, o mosaico cultural torna-se mais matizado e as representações subjectivas dos jovens debatem-se com opções, estilos de vida e processos de construção do gosto cada vez mais marcados por práticas dispersas e simbologias polissémicas.

Se, de um modo geral, os padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média são vistos como divergentes no plano das subjectividades,

reflectindo uma espécie de luta simbólica pela demarcação de campos entre ambas (Estanque, 2003), no contexto mais específico da juventude universitária os contrastes culturais enraizados nas suas diferentes origens sociais e familiares conferem novos contornos às suas práticas quotidianas. Entre um universo familiar rural (ou semi-rural) e uma vida citadina e académica, entre uma origem de classe trabalhadora e uma trajectória que os projecta na classe média escolarizada, entre a comunidade local e a nova pertença à comunidade académica, o estatuto do estudante encontra-se em redefinição.

Assim, pode pensar-se que os estudantes recrutados no concelho de Coimbra concentrem em si um maior volume de recursos económicos, culturais e simbólicos que os orientem para modelos de práticas e actividades de lazer mais consonantes com os padrões urbanos e de classe média. No entanto, as dinâmicas de reestruturação territorial transportam continuidades e descontinuidades. Não se pode, por isso, presumir que a diferenciação ao nível do capital cultural, económico e restantes recursos de raiz familiar seja definida a partir da clivagem entre o concelho de Coimbra e o resto do distrito ou da região. Embora o espaço constitua um critério a ter em conta na definição da classe, ele não é por si só o mais importante. Se, por um lado, faz sentido esperar que os concelhos do interior do distrito de Coimbra sejam mais coincidentes com as origens de classe trabalhadora dos estudantes, o mesmo não se pode dizer dos estudantes provenientes do resto do país (incluindo toda a região centro), que abrangem uma grande diversidade de condições e espaços urbanos, vilas e cidades de média dimensão, sem esquecer as Regiões Autónomas e os estudantes de origem estrangeira.

No Quadro 14 pode observar-se a lista de actividades culturais e de lazer já conhecida, agora distribuída segundo a origem geográfica dos estudantes inquiridos. Verifica-se que, de um modo geral, os inquiridos provenientes do Concelho de Coimbra assumem valores mais elevados na maioria dos itens, sendo superados noutros pelos estudantes provenientes de “outros países”. Não existe uma tendência linear de diminuição das percentagens à medida que o local de origem se afasta do concelho de Coimbra. Como foi referido anteriormente, a categorização assumida agrupa actividades muito diversas (e com conotações sociais e de status bem distintas), pelo que talvez exista um efeito de anulação que provavelmente seria desocultado caso se procedesse a uma desagregação dos dados com recurso a outros indicadores. O mesmo se pode dizer dos estudantes oriundos dos PALOP, que assumem valores particularmente mais baixos em três itens, a saber, a *frequência de concertos musicais, exposições ou visitas a museus e ida a restaurantes*.

QUADRO 14: Frequência de eventos culturais, científicos e actividades de lazer, segundo a origem geográfica (%)*

Actividades Culturais e de Lazer	Origem Geográfica					
	Conc. Coimbra	Resto distrito Coimbra	Resto Região Centro	Resto do País	PALOP's	Outros Países
Espectáculos Desportivos	46,7	40,6	34,8	31	45,2	29,3
Concertos Musicais	63,2	56,7	60,0	59,7	32,2	55,1
Espectáculos de dança / ballet / música clássica	10,8	6,6	6,0	6,8	5,6	7,2
Espectáculos de Teatro	19,1	9,8	10,8	11,4	16,4	13,8
Festivais de Verão	4,7	8,1	7,5	10,8	12,3	14,1
Viagens ao Estrangeiro	13,4	4,9	5,4	8,5	12,0	48,3
Conferências Colóquios, debates	36,3	35,9	38,5	35,8	32,8	48,3
Cursos Livres e/ou de Formação	10,5	6,8	6,5	5,8	10,3	5,4
Exposições e/ou visitas	39,5	30,9	26,7	27,4	18,3	43,1

a museus						
Ida a Restaurantes	89,4	80,5	80,0	79,8	41,7	86,4
Festivais de Cinema	13,2	12,5	16,7	13,7	14,6	19,3

* Estas percentagens somam as respostas de “3-5 vezes” e “mais de 5 vezes”.

Tomando como referência as categorias já previamente enunciadas, os estudantes do concelho de Coimbra superam na *frequência de espectáculos desportivos*, e nos consumos culturais em sentido estrito, revelando os valores mais elevados no que se refere a *idas a concertos musicais, espectáculos de dança/ballet/música clássica e espectáculos de teatro*, os quais remetem claramente para padrões de consumo de classe média com elevado capital educacional. São apenas superados no caso da presença em *festivais de cinema* e exposições ou *visitas a museus* por estudantes de “outros países”. No caso deste último item, o facto de muitos destes estudantes se encontrarem a realizar um intercâmbio em Portugal por um período limitado de tempo, pode ser um factor explicativo deste tipo de opções, já que se trata de um segmento em percurso de mobilidade e, em princípio, com um maior sentido cosmopolita. Os estudantes provenientes de “outros países” destacam-se também em consumos como a participação em *festivais de Verão*, quer em *viagens ao estrangeiro* (o que neste caso se deverá à sua própria condição de estrangeiros).

QUADRO 15: Práticas e consumos culturais, segundo a origem geográfica (%)*

Práticas/ Consumos	Origem Geográfica					
	Concelho Coimbra	Resto Distrito Coimbra	Resto Região Centro	Resto do País	PALOPs	Outros Países
Conversas c/ amigos em casa	64,0	76,2	79,7	81,3	72,4	76,7
Convívio c/ amigos em cafés e bares	62,4	57,3	61,0	60,1	33,3	53,3

Festas em repúblicas/ residências	4,8	5,9	7,0	12,2	19,0	18,7
Praticar um desporto	39,7	28,0	28,3	24,6	42,4	18,4
Dormir até tarde	28,3	23,5	24,3	26,8	22,2	26,7
Leitura de Jornais	48,8	41,4	35,0	39,4	38,7	35,6
Leitura de revistas especializadas	36,3	34,8	28,6	29,3	29,8	41,4
Ir ao cinema	39,8	30,9	35,8	37,3	31,3	23,3
Ver filme em DVD	54,4	48,5	53,6	49,8	36,7	48,4
Navegar na Internet	70,8	63,9	60,0	59,7	79,7	70,0
Ouvir música	86,7	84,6	84,8	88,1	83,6	83,3
Namorar	48,1	53,9	52,4	46,1	45,4	45,7
Dar um passeio fora da rotina	39,6	30,5	34,0	32,1	25,0	36,7
Ver TV	60,6	63,8	62,3	58,4	55,7	30,0

* Estes valores somam as respostas “regularmente” e “muitas vezes”.

Nas actividades mais formativas, tais como *cursos livres e de formação*, a frequência é baixa independentemente da categoria em análise, embora exista uma maior participação em *conferências, colóquios e debates*, nos quais se destacam os estudantes de “outros países”, seguidos dos originários do concelho de Coimbra. No Quadro 15, foram cruzados os resultados de práticas e consumos culturais já anteriormente referidos, mas agora segundo as regiões de origem dos estudantes. Também aqui prevalece uma atitude predominantemente convival. No entanto, ao invés do verificado na análise por sexo e área de formação, detectam-se neste caso outros contornos.

Por exemplo, quanto às *conversas com amigos em casa*, os originários do concelho de Coimbra apresentam um valor mais baixo, relativamente a todos os outros respondentes. Isso pode ser interpretado tendo em conta o facto de estes geralmente residirem em casa do seu agregado familiar de origem, enquanto que os outros se encontrem deslocados e a residir em apartamentos partilhados com outros colegas. Pelo contrário, no caso do *convívio com*

amigos em cafés e bares, os oriundos de Coimbra assumem a percentagem mais elevada, seguida de perto pelas outras origens, excepto os PALOP's, com um valor distintamente mais baixo.

Quanto a *festas em repúblicas/ residências*, embora os valores de frequência sejam muito baixos, parece existir a seguinte situação: quanto mais afastado o agregado familiar de origem, maior a valorização desses espaços de socialização e de convivialidade. Podem ainda destacar-se variações significativas em rubricas como *praticar um desporto*, onde merecem referência os oriundos dos PALOP's (42,4%); na *leitura de jornais*, onde sobressaem os oriundos de Coimbra (48,8%); e na *leitura de revistas especializadas*, onde os provenientes de outros países levam alguma vantagem (41,4%).

5. A praxe e as festas estudantis

Contextualização histórica

A questão da *praxe* académica é igualmente um tema de grande relevância, que pode permitir uma compreensão das culturas estudantis no âmbito do seu enquadramento cultural e histórico. Sem dúvida que a praxe espelha a estreita ligação entre a Universidade e a cultura juvenil e académica estruturada ao longo dos tempos. Um artigo recente publicado por Aníbal Frias (2003) serve aqui de ponto de partida para a contextualização do assunto à luz da história da Universidade de Coimbra. Esta proposta de abordagem ajuda-nos, por um lado, a interpretar as implicações sociológicas e culturais do fenómeno e, por outro, a analisar um dos temas mais sensíveis que tem sido associado à praxe: o tema da violência. Para além disso, esta é uma questão de grande importância para a análise das atitudes e consumos culturais da

população estudantil, no sentido de percebermos as suas transformações recentes, nomeadamente através dos resultados do inquérito que continuaremos a apresentar.

A tradição e o conjunto de rituais historicamente ligados aos ambientes académicos podem ser entendidos a partir da conjugação de duas dimensões ligadas à instituição académica que acompanham as transformações socioculturais mais vastas: as hierarquias bem definidas da instituição universitária; e a germinação de culturas comunitárias marcadas pela irreverência e em parte estruturadas através do contacto com as atmosferas populares do contexto local.

A primeira prende-se com a evolução da própria universidade e a centralidade que ela ocupa na sociedade, sem esquecer a histórica ligação ao poder eclesiástico desde a sua génese. Desde sempre o poder académico promoveu um conjunto de símbolos e rituais tendentes a afirmar e reproduzir o estatuto de superioridade instituída pelo saber legítimo e a correspondente autoridade de que se reveste. Nessa medida, a simbologia distintiva é alimentada pela instituição através de um amplo conjunto de rituais de passagem, também eles com a sua própria história, que marcam os momentos de transição entre as diferentes etapas da carreira académica, muitos deles públicos e revestidos de uma aura de celebração e de ostentação onde as hierarquias são particularmente vincadas. Por exemplo, o traje académico, com os seus diferentes adornos, cores, insígnias, mas também os títulos, os anéis de curso, a existência de padrinhos e tutores, entre outros, revestem-se de conotações simbólicas que funcionam como elementos classificativos e códigos de imposição de condutas de demarcação social. A hierarquia e a

necessidade de exibi-la espelha ao longo da história a exibição simbólica do poder, e por consequência de dominação sobre os que dele dependem.

A segunda diz respeito a uma outra dimensão exterior à universidade, mas que, paradoxalmente, foi desde tempos recuados incorporada no ambiente académico. Trata-se da tradição popular e dos ambientes de boémia associados a um mundo masculino e marcado pela virilidade. Sobretudo a partir do século XIX, com o crescimento das cidades, emergiram as novas classes médias, os intelectuais, os artistas, os estudantes, cujo capital cultural deu lugar a novos estilos de vida descomprometidos, que se afastaram dos códigos da cultura burguesa, introduzindo novas formas de *gosto transgressivo*, expressões de fascínio e atracção pela diferença, dando lugar a novas formas de contracultura. A cultura do *riso carnavalesco*, a imagem subversiva do *corpo grotesco* de que falou Mikhail Bakhtin (1999)¹², das celebrações populares originárias da época renascentista, tornaram-se símbolos da subversão popular face à cultura e à moral convencional. Em oposição à forma disciplinada e *civilizada*, que reprime a paródia, a blasfémia e o obsceno, emergiu nos ambientes urbanos uma imagem apoteótica e desregrada da boémia, que se assume na comida gordurenta, nos contornos disformes, na algazarra, no consumo de álcool e na promiscuidade sexual. Ora, esta cultura e estes ambientes boémios foram, ao longo da idade média, contagiando os ambientes estudantis nas cidades universitárias da Europa, atmosferas que ganharam particular visibilidade nas casas comunitárias, nas Nações e nas Repúblicas de Coimbra.

¹² O “corpo baixo” da impureza, da desproporção, está em oposição ao “corpo clássico”, que é estético, bonito, simétrico. A cultura do carnavalesco invoca, por um lado, uma visão do mundo que remete para a possibilidade de um segundo nascimento a partir do espírito do riso e, por outro lado, enaltece a celebração festiva e a morfologia do “extra-ordinário” da cultura que corrói as instituições (Bakhtin, 1999).

Através de formas dinâmicas de apropriação e recriação cultural, associadas ao teatro, à música, à poesia, entre outras formas de expressão artística, a intelectualidade estudantil estimulou o comportamento crítico, o humor, a sátira, a caricatura e todo um conjunto de práticas subversivas que, desde sempre transportaram elementos de violência. No entanto, é bom que se diga que, no caso particular das praxes académicas, elas assumiram-se desde o início como manifestações simbólicas de uma hierarquização de estatutos, em que os aspectos lúdicos encerravam igualmente uma lógica disciplinar e mecanismos de poder dotados de grande rigidez. Assim, os julgamentos, as trupes, os rapanços, as touradas, onde os novatos eram o alvo principal da chacota, foram constantemente recriados e reinvestidos de lógicas próprias de cada contexto histórico. De resto, como lembra Frias (2003), tais práticas não são historicamente um exclusivo da universidade e dos colégios de ensino superior, antes fizeram parte da instituição escolar no seu conjunto, onde as colectividades jovens, celibatárias e masculinas promoviam e recriavam os seus códigos de conduta, submetendo os mais novos e recém chegados à autoridade dos mais velhos. Acresce que a violência foi, ao longo de muito tempo e sob diversas formas – como o uso da régua, da colher de pau ou do ponteiro – considerada como um ingrediente fundamental da educação e da instituição escolar no seu todo, ou seja, educação, civilidade, vigilância e disciplina estão intimamente ligados (Foucault, 1977; Caron, 1999; Elias, 1989)

Porém, a componente de violência sempre foi acompanhada de contestação dos “abusos”, como se viu na I Parte. Assim, por exemplo, os castigos sobre os mais novos, à mistura com brigas por questões de honra e hierarquia, com os canelões e as investidas, acções que eram praticadas em

Coimbra já no século XVIII, deram lugar a alguns tumultos e vozes críticas contra os que incomodavam os *novatos*, levando, por exemplo, o rei D. João V a decretar em 1727 a suspensão desses rituais, devido a mortais investidas contra os novatos perante a quase impunidade dos universitários: “Hey por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou palavra ofender a outros com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos” (in Lamy, 1990).

Os contornos actuais das festas estudantis

Como vimos na primeira parte, o contexto estudantil dos anos 60 do século passado, tanto na vertente das práticas culturais como na vertente associativa, misturava-se claramente com a dimensão ritualista e festiva da tradição académica de Coimbra. A questão da praxe e da violência diluíam-se nessa época numa cultura estudantil que – não obstante toda a sua complexidade e heterogeneidade interna – foi particularmente marcada pelos movimentos de luta estudantil contra uma universidade anti-democrática e uma guerra colonial sem sentido, alimentada por um regime político decadente e de cariz fascista. Até ao início do *luto académico*, que se seguiu à chamada “crise académica” de 1969, o ritualismo estudantil estendia-se também às Repúblicas e inseria-se no clima geral de irreverência e de dissidência político-cultural, se bem que ao longo dessa década o fenómeno da praxe tivesse caído em desuso. Na verdade, os problemas e preocupações sociais dessa geração eram de natureza diferente e o envolvimento sociocultural obedecia a outro tipo de orientações e interesses intelectuais.

Nos dias de hoje, a questão da praxe assume novos contornos, e as polémicas que têm sido geradas são largamente induzidas pela visibilidade de alguns casos mais mediáticos que ocorreram nos últimos anos em várias instituições do ensino superior, onde o fenómeno surgiu associado a abusos, a gestos de humilhação dos mais velhos sobre os mais novos e a comportamentos violentos. Por um lado, poderemos pensar, como acima foi referido, que estas situações estiveram desde sempre presentes entre as colectividades estudantis e permearam ao longo do tempo os rituais académicos. Ou seja, o fenómeno não é novo, antes se tornou mais chocante perante uma sociedade mais desperta para a defesa dos direitos e liberdades individuais e, ao mesmo tempo, a força actual dos meios de comunicação social faz com que a existência de alguns casos pontuais por eles denunciados induza a opinião pública a enveredar por juízos generalizados que associam a praxe a comportamentos violentos e acções de humilhação pública sobre os caloiros.

Por outro lado, a democratização do acesso ao ensino superior e a massificação da universidade têm vindo a incutir no ambiente académico estudantil novos comportamentos e novos padrões de sociabilidade, ao mesmo tempo que o induz a procurar novas marcas identitárias. Num contexto social em que cresceu o individualismo e em que os apelos da sociedade de consumo adquiriram uma força tremenda junto dos jovens, as vivências colectivas entre as camadas juvenis passam hoje, mais do que no passado, por actividades e ambientes lúdicos marcados por essa lógica consumista que assola a sociedade em geral. Além disso, assiste-se também a um maior desenraizamento da massa estudantil em relação aos espaços académicos e

também a um crescente alheamento face às agendas culturais e aos círculos mais dedicados à actividade intelectual, que permanecem restritos e elitistas. Assim, a identidade da comunidade estudantil já não se circunscreve ao contexto académico. Uma larga parte dos estudantes não chega a incorporar muitos dos ingredientes culturais constituintes do património histórico da universidade e que se inscreve nas tradições académicas.

No caso de Coimbra, à medida que a universidade se regionalizou (no que toca à sua base de recrutamento) e as condições de mobilidade se desenvolveram, uma larga parte dos estudantes saem da cidade à sexta-feira e regressam à segunda-feira, permanecendo apenas três ou quatro dias da semana envolvidos no quotidiano académico. Outros, por serem originários da própria cidade, também repartem o seu tempo entre as actividades lectivas e os ambientes alheios ao mundo universitário.

Estes são alguns dos factores sociológicos que incidem na alteração das vivências dos estudantes no ambiente académico e que parecem estar a contribuir para desvanecer a memória colectiva do corpo estudantil da UC, alterando a sua relação com o passado, o que, em certa medida, se traduz em representações sociais relativamente adulteradas desse passado e dá lugar a um distanciamento subjectivo perante o significado originário dos rituais festivos e de certas práticas conotadas com a praxe.

Atitudes perante a praxe e os rituais académicos

Vejamos agora alguns dos resultados do inquérito aplicado aos estudantes acerca da praxe e das festas académicas (Quadro 16). Foi apresentada aos inquiridos uma lista das práticas que integram as festas

estudantis de Coimbra, sendo-lhes solicitado que indicassem para cada uma delas o respectivo grau de importância, segundo uma ordenação numerada entre o valor 1 (= nada importante) e o valor 5 (= muito importante). Os resultados apresentados correspondem ao somatório das respostas que assinalaram os valores 4 e 5.

Para começar, atente-se nos valores globais: conforme se pode observar na coluna da direita, os rituais a que os estudantes no seu conjunto atribuem maior importância são, por ordem decrescente, o *cortejo da queima das fitas* (78,6%), o *uso do traje académico* (71,5%) e o *cortejo da latada* (65,3%). Em contrapartida, os itens que mereceram uma menor importância são (aqui por ordem crescente) a *garraiada*, apenas assinalada por 20,2% dos estudantes, o baile de gala (34%) e a praxe aplicada aos caloiros (44,3%). Os valores médios assinalados na penúltima coluna da direita do quadro – que correspondem à distribuição média das respostas na escala de 1 a 5 – confirmam também estes resultados.

QUADRO 16: Grau de importância atribuído às práticas/rituais académicos, segundo a área de formação (%)*

Práticas/ Rituais	Área de Formação										TOTAL
	Artes/ Letras	Direito	C. Inf Com	Econ/ Gestão	C. Sociais	C. Nat/ Matem	Medic Farm.	Engs.	Despor -to	MÉDIA	
Bênção das Pastas	44,3	64,7	57,8	53,2	54,1	54,2	65,5	48,6	55,9	3,50	55,9
Praxe Académica aos Caloiros	30,6	40,1	47,7	36,9	35,1	68,3	61,2	51,8	71,5	3,16	44,3
Garraiada	12,6	14,9	21,8	16,5	15,8	30,5	28,6	24,8	47,6	2,45	20,2
Noites do Parque	50,6	50,7	69,2	64,1	58,0	61,0	72,5	60,6	76,1	3,75	61,8
Cortejo da Latada	50,3	67,3	70,8	68,5	59,6	68,3	73,2	69,0	88,1	3,82	65,3
Cortejo da Queima das Fitas	67,9	81,2	76,9	82,1	74,0	78,3	85,7	80,7	91,7	4,19	78,6
Queima do Grelho	44,6	58,9	53,8	55,8	51,8	55,9	66	53,1	60,7	3,49	55,3
Seguir no Carro no Cortejo	46,5	60,8	69,2	67,0	51,6	71,2	70,2	60,4	78,6	3,59	59,4
Baile de Gala	20,2	35,9	33,9	34,6	33,5	37,3	45,2	28,3	31,0	2,85	34,0
Viagem de Finalistas	37,3	46,3	61,6	44,2	51,3	41,6	68,0	38,7	59,6	3,37	50,2

Usar o Traje Académico	59,5	73,0	70,7	71,6	68,5	69,4	82,3	69,4	86,9	3,99	71,5
------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

* Estas percentagens correspondem ao somatório das respostas assinalando as colunas 4 e 5, num leque entre os valores 1 = nada importante, e 5 = muito importante.

Passemos então à análise segundo as áreas de formação dos estudantes. Vejamos primeiro os rituais da tradição estudantil de Coimbra a que os estudantes reconhecem maior importância. No caso da *queima das fitas* – que, como se viu, encabeça a lista das actividades festivas mais populares – são sobretudo os estudantes das áreas de Ciências do Desporto (91,7%), Medicina e Farmácia (85,7%), Direito (81,2%) e as Engenharias (80,7%) que de forma mais clara atribuem importância a esse ritual. Os alunos das áreas de Artes e Letras e Ciências Sociais sobressaem como os que reconhecem uma menor importância relativa ao *cortejo da queima*, respectivamente com 67,9% e 74% de respostas no mesmo sentido, apesar de, ainda assim, seguirem maioritariamente a mesma tendência dos restantes inquiridos. Quanto ao *uso do traje académico*, são também os estudantes de Desporto (86,9%), seguidos dos de Medicina e Farmácia (82,3%) que em maior percentagem consideram importante vestir capa e batina. E tal como no item anterior, são ainda as áreas de Artes e Letras (59,5%) e de Ciências Sociais (68,5%) que em menor número atribuem importância a esta questão. Relativamente ao *cortejo da latada*, continuam a ser as Ciências do Desporto (88,1%), seguidas de Medicina e Farmácia (73,2%), de Ciências da Informação e Comunicação (70,8%) e Engenharias (69%), as áreas que mais apontam como importante esse cortejo. Uma vez mais, também nesta questão os estudantes de Artes e Letras (50,3%) e de Ciências Sociais (59,6%) demarcam-se dos restantes na importância atribuída à *latada*, ficando pelo

menos a cerca de dez pontos percentuais das restantes áreas de formação académica.

As respostas referentes à *garraiada*, ao *baile de gala* e às *praxes aplicadas aos caloiros* – que, como se disse, se mostram menos importantes para os inquiridos – distribuem-se da seguinte forma pelas diferentes áreas: nos primeiros dois casos, ou seja, tanto a *garraiada* como o *baile de gala*, os resultados encontrados revelam que, em qualquer deles, e na totalidade das áreas consideradas, os valores referentes à importância que lhes é atribuída são sempre inferiores a metade das respostas. Como atrás foi assinalado, estes rituais da tradição académica apenas são reconhecidos como importantes por uma minoria de estudantes.

A *garraiada* é claramente a prática que mais parece estar a afastar-se do interesse da população estudantil. Se, no total apenas 20,2% a consideram importante, são os inquiridos que frequentam cursos de Artes e Letras (somente 12,6%), de Direito (14,9%) e de Ciências Sociais (15,8%) aqueles que lhe atribuem menor importância. Curiosamente, os estudantes de Ciências do Desporto (47,6%) estão, também nesta questão, à frente dos restantes na importância atribuída ao simulacro de tourada, seguidos a alguma distância pelos de Ciências Naturais e Matemáticas (30,5%). Quanto ao *baile de gala*, é igualmente um evento que parece merecer pouca atenção dos estudantes. Como se referiu antes, apenas 34% lhe reconhecem importância. Entre as diferentes áreas de estudo, destacam-se as Artes e Letras como aquela em que apenas uma minoria de 20,2% dá relevo ao *baile de gala*, enquanto que, em sentido diferente, são os estudantes de Medicina e Farmácia que maior importância lhe atribuem (com 45,2% de respostas), isto, em termos relativos

na comparação com os colegas das outras áreas. Refira-se ainda os resultados acerca da *praxe* académica aplicada aos caloiros, que merece uma importância maior do que a *garraiada* ou o *baile de gala*, embora no global apenas uma minoria de estudantes (44,3%) lhe reconheça maior importância. Aqui, apenas em quatro das nove áreas de formação consideradas há uma maioria de inquiridos para quem a *praxe* é realmente importante. E destas, somente em três delas essa maioria é clara: são os casos de Ciências do Desporto, uma vez mais o segmento que se destaca a favor da importância da *praxe* (71,5%), de Ciências Naturais e Matemáticas (68,3%) e de Medicina e Farmácia (61,2%). As Engenharias, embora também com mais de metade a responder no mesmo sentido (51,8%), não revelam senão uma maioria quase tangencial.

Há ainda algumas nuances interessantes a este respeito que podem retirar-se da leitura atenta do quadro anterior. Mas, para já, importaria acrescentar que, perante esta primeira abordagem, se podem sublinhar algumas tendências do mundo estudantil de Coimbra perante o ritualismo e as festas estudantis.

Uma primeira diz respeito ao facto de os estudantes de Ciências do Desporto serem aqueles que manifestam mais claramente uma postura favorável às tradições académicas, e isto em quase todos os itens da lista apresentada, como se viu. Com efeito, à excepção do *baile de gala* e da *bênção das pastas*, nas restantes nove modalidades festivas, são os alunos de desporto que em maioria mais clara consideram importantes ou muito importantes essas actividades. O facto de se tratar de uma faculdade mais recente e também espacialmente mais distante dos pólos da UC, juntamente

com o maior peso do género masculino entre a sua população, oferecem linhas de explicação possíveis para esses resultados.

Os estudantes da FCDEF-UC, seja porque se inserem na faculdade mais jovem, seja porque se localizam na periferia da cidade, seja porque é esmagadoramente uma faculdade masculina, e ainda por factores que se ligam à sua origem de classe, revelam uma vontade de identificação com “a tradição” coimbrã, ou, o que é o mesmo, o que eles subjectivamente conotam com tal tradição. Como acontece noutras instituições, há um princípio sociológico que nos diz que, a busca identitária é mais evidente quando essa mesma identidade está ameaçada ou não se encontra ainda suficientemente consolidada. A área de formação que, a seguir ao desporto, mais se mostra simpaticamente das festas académicas é a da Medicina e Farmácia. Nos itens do baile de gala e da bênção das pastas, são os alunos de Medicina que tomam a liderança aos de Desporto. Embora estas duas práticas não sejam as mais assinaladas como importantes pelos inquiridos de medicina, são eles que maior importância atribuem àqueles dois temas.

Parece haver neste caso alguma conotação de classe. De facto, uma área de estudos que é supostamente a mais “elitista”, onde os jovens são mais claramente filhos de profissões liberais e gestores qualificados (ou seja, descendem de famílias com mais capital económico e educacional), compreende-se que revelem maior apetência por rituais e actividades lúdicas como o *baile de gala* e a *bênção das pastas*. Recorde-se que no primeiro destes itens a Medicina destaca-se de outras áreas de formação, enquanto no caso do segundo – a bênção das pastas – surge, além da medicina, a área do Direito como os segmentos da amostra que maior destaque lhe atribuem. Por

fim, pode ainda acrescentar-se que, num olhar mais geral sobre os resultados do quadro anterior, os (e sobretudo as) estudantes de Artes e Letras são os que aparecem em todos os itens considerados como os menos entusiásticos na atribuição de importância às festas estudantis, surgindo em seguida as Ciências Sociais. Como se referiu atrás, são pelo contrário as áreas de Desporto, Medicina, Ciências Naturais e Matemática, e ainda o Direito, aquelas que, por ordem decrescente consideram esses rituais como mais importantes. Vejamos em seguida as opiniões e atitudes dos inquiridos em relação à *praxe académica* (Quadro 17).

QUADRO 17: Opinião sobre a praxe académica, segundo a área de formação e o sexo(%)

Atitudes relativamente à praxe académica	Área de Formação					Sexo		Total (N)
	Artes/ Letras	Direito	Ciênc Sociais	Medic/ Farm.	Engs.	F	M	
Deve manter-se tal como está	10,1	11,4	12,0	17,5	24,9	11,5	21,2	14,9
Deve ser revista no sentido da não discriminação entre homens e mulheres	24,7	16,4	17,3	15,7	20,6	15,8	23,2	18,4
Deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos	51,4	54,9	54,9	48,0	44,2	54,7	45,7	51,5
Deve ser completamente abolida, pois é uma violência	6,9	2,9	5,1	1,2	1,1	2,5	5,2	3,4
Deve ser limitada aos cerimoniais académicos	9,4	6,6	9,3	9,2	4,8	8,3	7,3	8,0
Deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe	24,0	26,3	26,1	31,3	34,1	27,8	27,9	27,8
Deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica	66,3	68,2	69,3	70,7	57,4	72,1	58,7	67,4
Deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir	75,7	71,6	76,4	67,3	67,2	74,8	65,8	71,7

Podemos observar que entre as oito afirmações apresentadas, a comunidade estudantil de Coimbra no seu conjunto revelou uma concordância com as seguintes afirmações: em primeiro lugar que *a praxe deve ser*

facultativa e respeitar quem não quiser aderir (71,7%); em segundo lugar que deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica (67,4%); e em terceiro lugar que deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos (51,5%).

Estes dados permitem-nos, desde logo, concluir que a adesão aos rituais da *praxe* coimbrã parece estar a sofrer um processo de redução. Ou seja, se é verdade que não resulta daqui qualquer evidência de que os estudantes rejeitem a *praxe* no seu conjunto, pressente-se que a visão crítica e a necessidade de alguma adaptação à realidade actual está a contaminar segmentos importantes da comunidade estudantil. Por outro lado vejamos, no extremo oposto, as afirmações menos assinaladas e, portanto, aquelas que a grande maioria dos estudantes rejeita: *deve ser completamente abolida, pois é uma violência (3,4%); deve ser limitada aos cerimoniais académicos (8%); deve manter-se tal como está (14,9%)*. Podemos daqui retirar que, primeiro, os estudantes não admitem de modo algum a extinção da *praxe*, nem mesmo que possa ser circunscrita aos cerimoniais mais importantes, e, segundo, nota-se que é também um número escasso o daqueles que a defendem em absoluto, tal como está.

Vejam-se a seguir os principais contrastes entre homens e mulheres a este respeito. A opinião de que a *praxe deve manter-se tal como está* é aquela que, em termos relativos, mais denota uma contradição evidente, já que as respostas concordantes dos rapazes são quase o dobro das raparigas (11,5% F, 21,2% M).

Depois, a opinião de que a *praxe deve rejeitar qualquer tipo de violência* também mostra um claro contraste, pois, a percentagem de raparigas que

concorda com ela situa-se cerca de catorze pontos acima das respostas dos rapazes no mesmo sentido (72,1% F, 58,7% M). Há ainda duas outras afirmações que revelam claras diferenças entre os dois sexos: a ideia de que a *praxe deve ser revista por forma a receber melhor os novos alunos* é bastante mais partilhada por mulheres do que por homens (54,7% F, 45,7% M); e também a ideia de que *deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir* revela uma diferença semelhante a favor das raparigas (74,8% F, 65,8% M). Estes dados mostram de forma clara que começa a ser notória a contradição entre eles e elas no modo com vivem as actividades praxistas em Coimbra. É notório o maior sentido crítico das raparigas, o que nos parece reflectir a presença da cultura de masculinidade que tradicionalmente acompanha o ritualismo académico.

Relativamente à formulação incluída no questionário acerca da discriminação – *a praxe deve ser revista no sentido da não discriminação entre homens e mulheres* – os resultados encontrados revelam que são sobretudo os rapazes que, de forma clara, mais subscrevem esta ideia, o que parece indicar serem as raparigas as mais favoráveis a uma divisão sexista das práticas estudantis. É realmente isso que acontece. Mas, note-se que os rituais praxistas em Coimbra são efectivamente distintos e separados segundo o sexo, ou seja, os rapazes “praxam” rapazes e as raparigas “praxam” raparigas, sendo esta presumivelmente uma forma que pretende prevenir abusos e neutralizar eventuais tendências de violência sexista exercida sobre as mulheres por parte do sexo oposto. Embora tais preocupações não sejam explícitas, o certo é que a divisão está há muito instituída no código da praxe coimbrã. Ora, é justamente a esta luz que devem interpretar-se os resultados.

Embora no conjunto da amostra apenas 18,4% sejam a favor do fim dessa divisão sexual do ritual da praxe, o sector masculino mostra-se em termos relativos muito mais favorável à ideia de uma mistura entre ambos os sexos. Isto acontece em todas as áreas de formação, sendo que as Ciências Naturais e Matemáticas constituem a área onde, por um lado, é maior a adesão dos estudantes à ideia do fim da separação e, por outro lado, é também maior o contraste entre as respostas femininas e masculinas nesse sentido (20% F, 38,1% M), contraste igualmente muito vincado na área das Ciências da Comunicação (8,8% F, 25,8% M). Assim, da análise desta questão sobressai uma clara contradição no que respeita às representações de cada um dos sexos.

Enquanto uma percentagem significativa de rapazes (na ordem dos 27 a 28%) parece preferir uma alteração no sentido de uma prática indiferenciada, as raparigas apenas o referem em muito inferior (14 a 15%), o que significam que preferem em larga maioria manter os rituais separados. Isto indicia claramente que do lado masculino há uma maior apetência para abolir a divisão existente, mas, ao mesmo tempo – sobretudo tendo em conta que os rituais praxistas no universo estudantil da UC reflectem ainda uma forte cultura de masculinidade –, apesar dessa resposta se afirmar em defesa da “não discriminação”, manifesta na verdade uma orientação favorável à mistura de sexos na praxe, que se adivinha baseada em motivações de índole machista.

Quanto à análise dos mesmos resultados cruzados pelas áreas de formação (Quadro 18, abaixo), o que se verifica é que as áreas de Ciências do Desporto e das Engenharias são aquelas onde mais sobressai a adesão às afirmações favoráveis à praxe. A ideia de que tudo deve continuar como está

obtém maior apoio entre os estudantes de Engenharia (24,9%) e do Desporto (27,7% F, 30,9% M). A seguir a estas surgem as Ciências Médicas e Farmacêuticas, com forte peso do sector masculino (13,7% F, 28,3% M) e só depois as áreas de Economia/ Gestão (14,2% F, 16,7% M) e de Ciências Sociais (9,7% F, 18,7% M). Este é, na verdade, um dos aspectos em que os contrastes entre as subjectividades masculina e feminina são mais evidentes. As raparigas mostram-se abertamente mais cépticas em relação aos rituais da praxe académica. Essa diferença é bem visível, por exemplo, em respostas como: a de que a praxe deve manter-se como está (com a excepção dos cursos de Artes e Letras, em todas as áreas é o segmento masculino que mais adere a esta ideia); a opinião de que a mesma deve ser revista no sentido de receber melhor os novos alunos, é pelo contrário, claramente mais adoptada pelas raparigas (54,7% F, 45,7% M), e isto em todas as áreas de formação sem excepção. Como já foi referido, esta opinião foi em termos gerais a terceira mais apontada pelos estudantes (51,5%) a seguir à ideia da praxe efectivamente facultativa (71,7%) e da rejeição de qualquer forma de violência (67,4%). São também as raparigas que mais claramente contribuem para estes resultados, ou seja, em todas estas questões elas são mais abertamente críticas da violência, mais sensíveis ao respeito pela diferença e às preocupações com uma recepção digna aos novos alunos.

QUADRO 18: Opinião sobre a praxe académica, segundo a área de formação e o sexo (%)

Atitudes relativamente à praxe académica	Área de Formação																	
	Artes/ Letras		Direito		Economia/ Gestão		Ciências Sociais		C. Natur/ Matem.		Medicina e Farmácia		Engenhs.		Desporto		C. Inform e Comum.	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Deve se manter tal como está	11,1	8,2	10,1	15,4	14,2	16,7	9,7	18,7	2,5	4,8	13,7	28,3	19,1	26,8	27,6	30,9	2,9	22,6
revista no sentido da n/ discriminação entre Hs e Ms	22,2	29,6	15,0	20,9	13,3	23,8	15,9	22,0	20,0	38,1	14,8	18,1	12,4	23,3	13,8	23,6	8,8	25,8
revista de forma a receber melhor os novos alunos	53,4	48,0	55,9	51,6	60,8	51,2	56,8	49,1	47,5	33,3	50,4	40,9	50,6	41,8	51,7	49,1	55,9	38,7
Deve ser completamente abolida, pois é uma violência	2,6	15,3	2,1	5,5	0,8	2,4	3,7	9,3	5,0	4,8	1,1	1,6	1,1	1,0	0,0	1,8	2,9	9,7
limitada aos cerimoniais académicos	9,0	9,2	5,9	8,8	9,2	7,1	8,7	11,2	5,0	0,0	9,2	9,4	6,7	4,2	6,9	1,8	14,7	6,5
rigorosamente aplicada de acordo com o Cód. da Praxe	28,0	16,3	25,9	27,5	20,8	21,4	28,0	20,1	20,0	19,0	29,4	37,0	33,7	34,5	41,4	38,2	26,5	29,0
Deve repudiar qualquer forma de violência física/ simbólica	68,8	61,2	72,7	53,8	71,7	64,3	72,3	59,8	82,5	61,9	72,8	64,6	66,3	54,4	65,5	54,5	82,4	61,3
Deve ser facultativa e respeitar quem n/ quiser aderir	77,8	71,4	72,4	69,2	74,2	67,9	79,2	67,8	70,0	90,5	69,0	62,2	75,3	64,5	51,7	50,9	85,3	54,8

A praxe e as Repúblicas estudantis

Ainda a respeito da praxe académica, vale a pena fazer referência aos resultados que comparam as atitudes dos estudantes em geral com as daqueles que, além de serem estudantes, habitam nas chamadas “Repúblicas” de Coimbra. Como já se viu atrás (ponto 5.3) a tradição académica é vista de forma bastante heterogénea por parte dos estudantes. Longe de se verificar uma aceitação desta em todas as suas vertentes, pode-se afirmar que existe uma diferente valoração dos diversos rituais que constituem a praxe.

No caso específico das Repúblicas convém recordar que as mesmas surgiram num contexto estudantil em que o ritualismo festivo – em que, no fundo, se inclui a própria praxe – era genericamente partilhado pelos estudantes de Coimbra. Como se viu na I Parte do presente livro, ao longo do período salazarista as Repúblicas não só participavam activamente nas festividades estudantis como tiveram um papel decisivo nas lutas académicas durante a década de 60, através do Conselho Repúblicas (CR), estrutura que, nessa época, foi particularmente activa na intervenção política, tanto no plano associativo local, integrando e promovendo listas que chegaram a vencer eleições para a Direcção Geral da AAC, como a nível político mais geral na luta clandestina contra o Estado Novo (Namorado, 1989; Bebiano, 2003; Cruzeiro e Bebiano, 2006).

Porém, com a crise de 1969, e sobretudo após o 17 de Abril desse ano, com a greve estudantil e o encerramento da Universidade de Coimbra, no contexto da repressão que então foi exercida contra os dirigentes associativos e os estudantes, o Conselho de Repúblicas (CR) decretou o luto académico,

como forma de protesto contra o regime, decisão que formalmente não foi revogada até hoje. Como também já foi referido, desde 1969, passando pelo período revolucionário de 1974-1975, até final dos anos 70, a tradição académica foi abandonada pela maioria dos estudantes universitários, e só no início dos anos 1980 a praxe e as festas académicas de Coimbra começaram a ser reactivadas, aliás num clima de grandes contradições e de alguma conflitualidade. Apesar disso, os rituais académicos – em especial o cortejo da Queima das Fitas e a Festa das Latas – foram plenamente relançados sensivelmente em meados dos anos oitenta do século passado, tendo, porém, os estudantes residentes nas Repúblicas e o próprio CR mantido uma atitude regra geral de recusa do chamado “espírito praxista”, embora algumas das Repúblicas tenha aos poucos adoptado uma atitude mais complacente e tolerante perante a praxe.

Importa, no entanto, sublinhar que, tal como a população estudantil se caracteriza pela sua pluralidade, também o universo das repúblicas é plural e heterogéneo. Nessa medida, pode dizer-se que existem actualmente Repúblicas abertamente anti-praxe, outras onde não é permitida a praxe hierárquico-punitiva e o uso do traje, e ainda outras que não permitem a praxe, mas admitem que os seus membros a façam no exterior da república e aceitam o uso do traje académico. Para além disso, outras há que não tomam posição sobre o tema, dando liberdade aos seus membros, e existem ainda aquelas onde se segue escrupulosamente a tradição académica.

Observando o Quadro 19, torna-se evidente uma clara clivagem entre os estudantes “repúblicos” e os restantes, no que se refere às atitudes perante a praxe. Sobressai, desde logo, em termos gerais, uma menor valorização dos

diversos rituais académicos por parte dos estudantes das Repúblicas. Entre estes, as percentagens mais elevadas de importância são atribuídas às actividades mais mediatizadas e que se tornaram as principais bandeiras das festas académicas, tais como as *Noites do Parque*, *Cortejo da Latada* e o *Cortejo da Queima das Fitas*. Mas, mesmo quanto a estes itens, os “repúblicos” (Rs) atribuem-lhes cerca de metade da importância que lhes reconhecem os restantes estudantes da UC, enquanto às demais rubricas é atribuída uma importância bem mais modesta.

QUADRO 19: Importância dada às festas e rituais académicos (%)*

Práticas/ Rituais	Republicas	Outros	Total
Bênção das Pastas	8,6	56,9	55,9
Praxe Académica aos Caloiros	20,6	44,8	44,3
Garraiada	8,6	20,5	20,3
Noites do Parque	31,0	62,6	62,0
Cortejo da Latada	34,5	66,0	65,4
Cortejo da Queima das Fitas	36,2	79,5	78,5
Queima do Grelo	8,6	56,3	55,4
Seguir no Carro no Cortejo	15,5	60,4	59,5
Baile de Gala	6,9	34,5	34,0
Viagem de Finalistas	12,1	51,1	50,2
Usar o Traje Académico	14,1	72,9	71,7

* Estas percentagens somam as respostas assinaladas nas colunas 4 e 5 (na escala de 1 a 5, em que 1 = nada importante e 5 = muito importante).

Destacam-se, por exemplo, os escassos 20,6% dos “repúblicos” que assinalaram como importante a *praxe académica aos caloiros*, contra 44,8% da restante população estudantil, mas os maiores contrastes situam-se em torno das questões mais abertamente conotadas com a solenidade dos rituais. É o caso da bênção das pastas (8,6% Rs contra 56,9% dos restantes), do baile de gala (6,9% Rs, 34,5% dos restantes) e do uso do traje académico (14,1% Rs, 72,9% dos restantes).

Relativamente às opiniões acerca de alguns dos rituais da praxe, podem igualmente observar-se (Quadro 20) evidentes contrastes entre a população estudantil mais geral e aqueles que vivem nas Repúblicas. Em primeiro lugar, destaca-se a afirmação mais assinalada segundo a qual, a praxe *deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir* (56,9% Rs, 72,1% dos restantes).

QUADRO 20: Atitudes perante a praxe académica (%)*

Opinião sobre a praxe	Repúblicas	Outros	Total
Deve-se manter tal como está	6,9	15,1	15,0
Deve ser revista no sentido da não discriminação entre homens e mulheres	13,8	18,4	18,3
Deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos	22,4	52,1	51,5
Deve ser completamente abolida, pois é uma violência	39,7	2,6	3,3
Deve ser limitada aos cerimoniais académicos	10,3	7,9	8,0
Deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe	6,9	28,3	27,8
Deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica	44,8	67,8	67,3
Deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir	56,9	72,1	71,8

* Estas respostas correspondem às respostas (não exclusivas) assinaladas pelos inquiridos, em que se lhes pedia que indicassem um máximo de 3 afirmações com as quais mais concordavam.

No mesmo sentido, vai a segunda afirmação mais assinalada, segundo a qual a praxe *deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica* (44,8% Rs, 67,8% Outr), tal como a terceira: *deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos*, que recolhe apenas 22,4% de adesão da parte dos estudantes das Repúblicas contra 52,1% dos restantes. Como já se observou no quadro anterior, existe entre este sector dos estudantes uma perspectiva mais crítica e de menor valorização dos rituais académicos. Embora estes últimos resultados possam parecer contraditórios com essa ideia – já que os valores nestas três rubricas são relativamente mais baixos –, tal não se deve a um menor sentido crítico em relação à praxe. Pelo contrário, uma percentagem significativa de “repúblicos” assinalou a afirmação mais

radical da lista apresentada, segundo a qual a praxe *deve ser completamente abolida, pois é uma violência*, recolhendo aí 39,7% face a uns ínfimos 2,6% do restante universo estudantil. Por seu lado, a ideia de que a mesma *deve manter-se como está* revela a concordância de apenas 6,9% dos “repúblicos”, contra 15,1% dos restantes e, finalmente, a afirmação de que a praxe *deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe*, também revela um claro contraste entre ambas as amostras, ou seja, apenas 6,9% da população das Repúblicas contra 28,3% dos outros estudantes, o que mostra bem o alheamento deste sector em relação ao próprio código da praxe.

6. Representações estudantis e memória dos anos 1960s

Dando continuidade à análise das representações estudantis, procura-se agora interpretar um conjunto de resultados do inquérito, que se destinam, por um lado, a caracterizar as expectativas e orientações da actual geração em relação à suas próprias práticas e ao envolvimento com a sociedade e, por outro lado, a compreender mais em profundidade o modo como os actuais estudantes percebem o passado, em particular a importância e o impacto dos movimentos estudantis dos anos sessenta do século passado. É sabido que o vínculo social ao ambiente sociocultural em que os estudantes estão mergulhados se estrutura simultaneamente através das suas preocupações do presente e da interferência da memória colectiva, factor decisivo da coesão identitária do corpo estudantil, em especial num contexto com a tradição de Coimbra. Assim, o nível de envolvimento actual com as estruturas associativas, bem como as divisões existentes entre diferentes segmentos da população académica deverão revelar um conjunto de diferenças e divisões,

mas também permitirão assinalar alguns dos pontos identificadores do sentido de pertença a esta academia. A relação com a Direcção geral da AAC e os níveis de participação nas suas estruturas e, paralelamente, as demarcações a que atrás já aludimos entre a minoria dos residentes nas Repúblicas e a comunidade estudantil mais geral, poderão também aqui mostrar alguns dos contornos mais específicos que compõem uma população que é hoje sobretudo marcada pela sua heterogeneidade e complexidade.

Orientações perante a vida

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que já foi utilizada em estudos anteriores sobre as atitudes estudantis (Machado, *et al.*, 1990 e 2003). Este modelo fundamenta-se teoricamente na combinação de quatro princípios ou orientações subjectivas que podem articular-se de diferentes modos, segundo dois eixos: no primeiro contrapõem-se o princípio do investimento no individuo *versus* investimento no colectivo; e no segundo contrapõem-se o princípio do investimento no dia-a-dia *versus* o investimento no longo ou médio prazo.

Uma vez cruzadas, estas dimensões dão lugar a quatro orientações subjectivas perante a vida e a sociedade, as quais surgiam no inquérito sob a forma de quatro afirmações distintas, pedindo-se aos inquiridos que escolhessem aquela que melhor espelhasse a sua maneira de estar:

1) «*Usufruir sem preocupações e com prazer o dia-a-dia, sem que a sua independência individual seja posta em causa e garantindo as condições materiais que o permitam*» – a que corresponde um modelo de **quotidiano autocentrado**, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais;

2) «Contribuir para o desenvolvimento e a melhoria do mundo em que vive, através da sua acção nos vários aspectos do quotidiano, fazendo com que os seus pontos de vista e as suas capacidades pessoais tenham um papel na construção colectiva do futuro» – a que corresponde um modelo de **projecto sociocentrado**, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo;

3) “Investir quotidianamente no sentido de vir a alcançar uma situação pessoal de bem-estar, estável e duradoura, fazendo com que a sociedade gratifique a sua determinação e o seu espírito de iniciativa” – a que corresponde um modelo de **projecto autocentrado**, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual;

4) “Viver intensamente o dia-a-dia, tendo o sentido permanente da sua participação, solidariedade e partilha com os outros em todas as esferas da vida quotidiana” – a que corresponde um modelo de **quotidiano sociocentrado**, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvimento social e colectiva.

QUADRO 21: Forma como se posiciona perante a vida, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Quotidiano Autocentrado		Projecto Sociocentrado		Projecto Autocentrado		Quotidiano Sociocentrado	
	1999*	2005	1999*	2005	1999*	2005	1999*	2005
Artes e Letras	9,2	16,0	33,8	32,7	18,1	26,7	38,8	24,6
Direito	5,9	12,5	34,0	26,6	27,5	38,9	32,7	22,0
Economia e Gestão	9,7	11,9	25,0	23,9	36,0	46,8	29,2	17,4
Ciências Sociais	7,1	12,5	33,9	30,7	20,6	30,1	38,4	26,8
C. Nat. e Matemáticas	11,0	17,2	34,7	34,5	20,3	36,2	33,9	12,1
C. Médicas Farmacêuticas	8,3	11,6	38,5	27,7	24,5	39,5	28,7	21,2
Engenharias	15,3	20,9	28,4	23,1	26,6	40,1	29,7	15,9

Desporto	12,3	16,3	29,8	21,3	28,1	45,0	29,8	17,5
C. Inform e Comunicação	**	16,7	**	30,3	**	31,8	**	21,2
Total	9,4	14,0	32,7	28,1	24,7	35,7	33,3	22,1

* Inquérito aos Estudantes da UC (1999-2000)

** Área não incluída

Como se pode observar no Quadro 21, no qual são comparados os resultados do anterior estudo (cujo inquérito foi realizado no ano lectivo de 1999-2000) com o actual (dados de 2005-2006), durante este período surgiram diversas evoluções no campo nas orientações subjectivas dos estudantes.

Em primeiro lugar, a nível geral, fica claro que neste período as atitudes estudantis reorientaram-se mais num sentido individualista. Isto é, enquanto em 2000 a maioria dos inquiridos revelou uma preferência pelas opções sociocentradas, fosse no quotidiano (33,3%) fosse no projecto (32,7%), na actualidade essas tendências surgem em parte invertidas. Em geral, os resultados de 2006 continuam a revelar uma ligeira maioria de respostas de orientação “sociocentrada” (50,2%, somando as variantes “projecto” e “quotidiano”) sobre as de orientação “autocentrada” (que somam 49,8%), se bem que agora haja um quase equilíbrio em comparação com os resultados anteriores, que revelaram um claro desequilíbrio a favor das opções “sociocentradas” (66% contra 34%). De facto, no último inquérito aumentaram significativamente as opções conotadas com atitudes autocentradas, seja na vertente “projecto” (35,7% contra 24,7% em 1999), seja na vertente “quotidiano” (14% contra 9,4% em 1999). No entanto, o *projecto sociocentrado* surge na actual geração como o segundo item mais escolhido (32,7%), logo a seguir ao *projecto autocentrado* (35,7%), aparecendo em terceiro lugar a opção *quotidiano sociocentrado* (22,1%) e em quarto lugar o *quotidiano autocentrado*

(14%). Isto significa que, apesar do aumento do número daqueles que preferem as orientações autocentradas, estas só aparecem maioritárias (maioria relativa) na variante “projecto” e não na variante “quotidiano”.

Quanto à distribuição segundo o sexo, a comparação apresenta igualmente resultados interessantes. Em 1999 as raparigas eram maioritárias em itens como *projecto sociocentrado* (34,4% F, 31,4% M) e *quotidiano sociocentrado* (36,2% F, 27,8% M) e eram claramente minoritárias nos dois restantes tipos de representações sociais, quer no *projecto sociocentrado* (22% F, 27,8% M) quer no *quotidiano autocentrado* (7,4% F, 13,1% M). Isto permite-nos concluir que no anterior estudo se deveu sobretudo às mulheres o facto de a maioria dos inquiridos ter revelado uma maior preferência por subjectividades com maior envolvimento social e no colectivo.

QUADRO 22: Forma como se posiciona perante a vida, segundo o sexo (%)

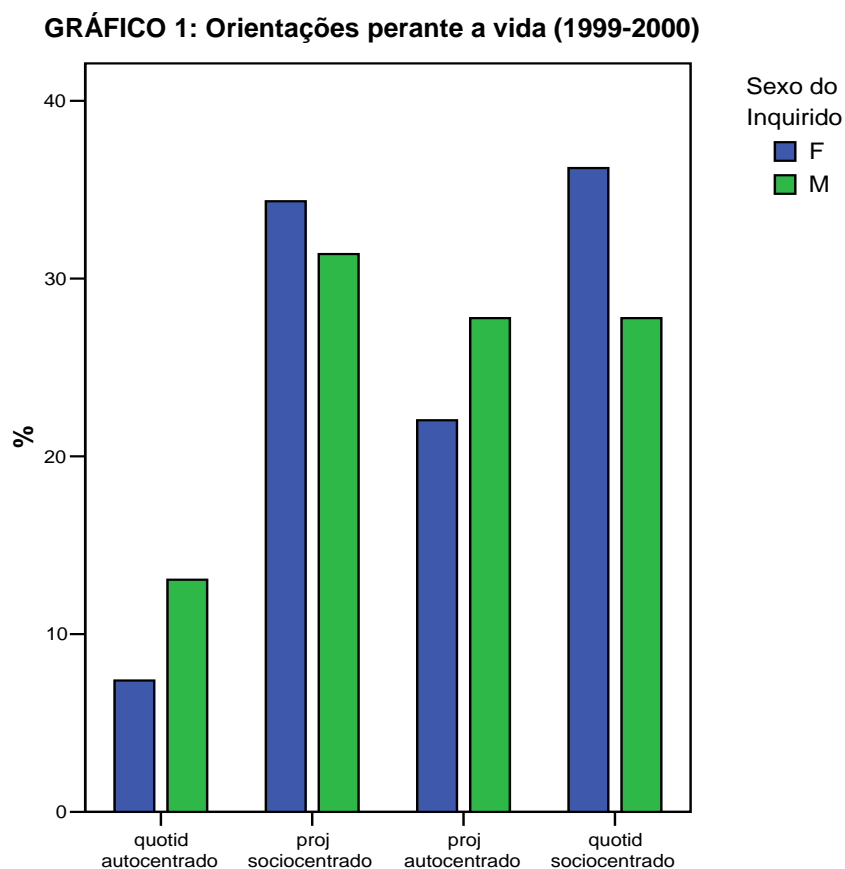
	Quotidiano Autocentrado		Projecto Sociocentrado		Projecto Autocentrado		Quotidiano Sociocentrado	
	2000*	2006	2000*	2006	2000*	2006	2000*	2006
Feminino	7,4	10,7	34,4	26,1	22,0	38,4	36,2	24,9
Masculino	13,1	20,5	31,4	31,7	27,8	30,7	27,8	17,1
Total	9,3	14,1	33,4	28,1	23,9	35,7	33,4	22,1

* Inquérito aos Estudantes da UC (1999-2000)

Os Gráficos 1 e 2 (bem como o Quadro 22) permitem-nos observar estas diferenças com mais detalhe e comparar os resultados dos dois inquéritos (de 2000 e 2006).

Os resultados de 2006 mostram que as raparigas passaram a estar em minoria, e a uma distância significativa dos rapazes, no caso da opção *projecto sociocentrado* (26,1% F contra 31,7% M), enquanto antes estavam em maioria,

situação esta que se inverte no item “projecto autocentrado” (38,4% F contra 30,7% M).

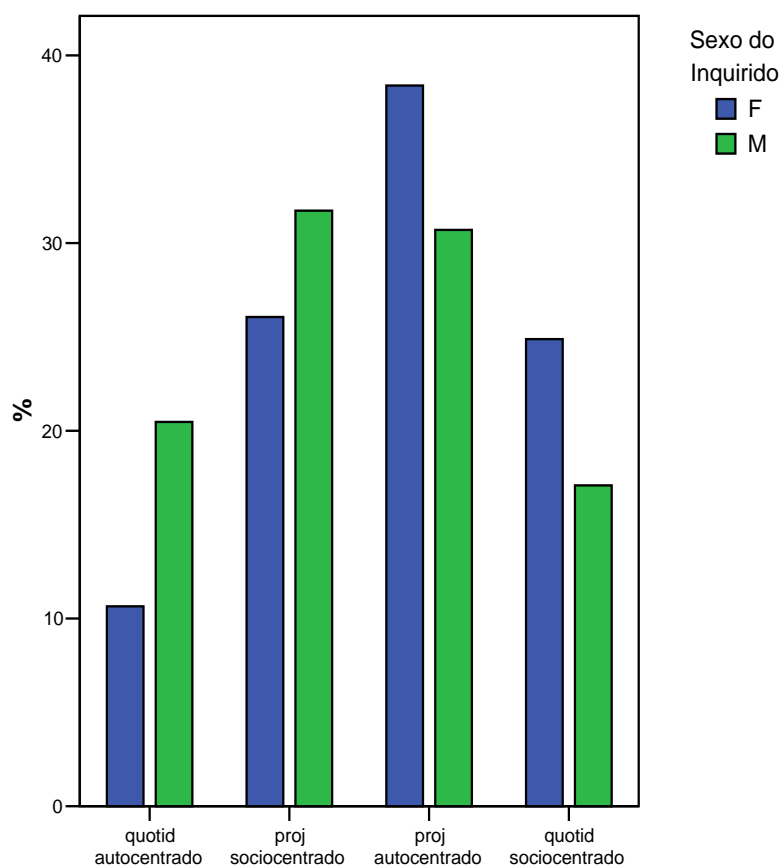


É, portanto, principalmente no *projecto autocentrado* e no *quotidiano sociocentrado* (24,9% F, 17,1% M) que as mulheres aparecem em mais clara maioria. Quer no *quotidiano autocentrado* (10,7% F, 20,5% M), quer no *projecto sociocentrado* (26,1% F, 31,7% M) são os rapazes que estão em maioria, tendo neste último caso aumentado a diferença a favor das raparigas, sobretudo à custa da redução da adesão delas a esta opção.

Daqui se conclui que ao, longo deste período, os estudantes parecem ter desinvestido nas orientações “sociocentradas” e passado a investir mais nas orientações “autocentradas”, muito embora no caso dos rapazes se mantenha uma maior aposta no *projecto sociocentrado* (que se reforçou ligeiramente). No caso do *quotidiano autocentrado* nota-se um aumento muito significativo de

ambos os sexos, mas sobretudo entre os rapazes, enquanto no *projecto sociocentrado* eles mantêm essa orientação, ao passo que elas diminuem claramente.

GRÁFICO 2: Orientações perante a vida (2005-2006)



É visível, por um lado, um efeito que deriva do aumento das dificuldades no acesso ao emprego. Ou seja, a pressão do mercado de trabalho e o desemprego de licenciados parecem resultar num maior investimento na defesa do interesse individual, tanto no imediato como no médio ou longo prazo. Por outro lado, a persistência dos rapazes no *projecto sociocentrado* prende-se aparentemente com a sua participação mais assídua nas estruturas organizativas da sociedade e no movimento estudantil (como adiante se verá),

o que sem dúvida contribui para reforçar o sentido de partilha e o envolvimento social dos jovens na construção do futuro colectivo.

A distribuição dos resultados por áreas de formação revela, além das oscilações que acabam de ser assinaladas, que existem outras linhas de demarcação assinaláveis. Cingindo-nos aos resultados do último inquérito, verifica-se que as subjectividades aqui designadas de *projecto autocentrado* (que no geral obtiveram a maioria de respostas, como se viu) foram as que acolheram maior adesão em todas as áreas, excepto nas de Artes e Letras e de Ciências Sociais (ambas com maior preferência pelo *projecto sociocentrado*). Destacam-se na identificação com o *projecto autocentrado* as áreas de Economia e Gestão (46,8%) e as ciências do Desporto (45%), e, em terceiro lugar, mas claramente a abaixo, as Engenharias (40,1%), resultados que indicam um maior sentido de competitividade entre os estudantes desses cursos. Essa indicação é, aliás, reforçada quando se observam os valores respeitantes à opção *projecto sociocentrado*, já que, são estas mesmas áreas as que se mostram menos entusiastas na identificação com este último princípio (o Desporto com 21,3%, as Engenharias com 23,1% e a Economia e Gestão com 23,9%). A preferência pelo *quotidiano sociocentrado* (que, como vimos, aparece em terceiro lugar em termos globais) obtém uma maior adesão das áreas de Ciências Sociais (26,8%), seguida de Artes e Letras (24,6%) e de Direito (22%). As Ciências Naturais e Matemáticas (12,1%) e as Engenharias (15,9%), que surgem nos últimos lugares no *quotidiano sociocentrado*, são precisamente as que aparecem com maiores valores relativos na opção *quotidiano autocentrado* (Engenharias – 20,9%, e Ciências Naturais e Matemáticas – 17,2%).

O caso da área de Ciências Naturais e Matemáticas parece, no entanto, contraditório, visto que, para além do que foi referido, revela um maior volume de respostas favoráveis ao *projecto sociocentrado* (34,5%), à frente das Artes e Letras (32,7%) e das Ciências Sociais (30,7%). Dir-se-ia que estes estudantes parecem transferir as suas expectativas para o futuro – e a aposta num *projecto centrado na sociedade* – ao mesmo tempo que revelam um baixo envolvimento social no quotidiano. Em suma, temos de um lado as Ciências Sociais e as Artes e Letras, que mostram maior coerência quando privilegiam o envolvimento social, no quotidiano e no *projecto*, e, por outro lado, afastam-se na comparação com os restantes, quanto à opção pela ideia de *projecto autocentrado* (embora no *quotidiano autocentrado* revelem valores intermédios). Noutro registo, temos por exemplo os casos de Economia/ Gestão e Desporto, que mostram uma clara preferência pelo *projecto autocentrado* e menor propensão para o envolvimento social. Direito e Medicina/ Farmácia revelam, além de uma maior preferência pelo *projecto autocentrado* (tal como os restantes), uma escassa adesão ao *quotidiano autocentrado* e uma relativa simpatia pelo envolvimento social no quotidiano. Enfim, o que sobressai é principalmente a deslocação dos interesses para uma maior aposta em estratégias de futuro de índole individual e, paralelamente uma redução clara das subjectividades viradas para a participação e o activismo na transformação social mais geral, sendo neste caso excepções as áreas de Artes e Letras e de Ciências Sociais, as únicas que nos últimos seis anos revelaram ter reforçado as suas orientações num sentido colectivista.

A título de curiosidade, refira-se que, na análise individualizada por curso, se destacam os seguintes resultados: ao *projecto autocentrado* aderem

principalmente os cursos de Engenharia Química, Gestão de Empresas, Economia, Engenharia Mecânica, Desporto e Farmácia; ao *projecto sociocentrado* aderem sobretudo os cursos de Geografia, Relações Internacionais, História e Arquitectura; ao *quotidiano sociocentrado*, aderem acima de tudo os cursos de Sociologia, História e Psicologia; e no caso do *quotidiano autocentrado* destacam-se os cursos de Engenharia Informática, Engenharia Electrónica e Engenharia Mecânica.

Ainda a este propósito, vale a pena comparar as diferenças entre os estudantes das Repúblicas e os restantes. De facto, como atrás foi referido (ponto 5.4), quer a tradição e a memória histórica que lhes está associada, quer a própria experiência vivida em colectividade nestas casas “comunitárias”, conferem-lhes características específicas. Como se pode ver no Quadro 23, entre a minoria de estudantes “repúblicos” e os restantes são patentes os contrastes nas respectivas atitudes subjectivas.

QUADRO 23: Posicionamento perante a vida, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)

Posicionamento perante a vida	Repúblicas	Outros	Total
Quotidiano Autocentrado	10,7	14,2	14,1
Projecto Sociocentrado	41,1	27,8	28,1
Projecto Autocentrado	7,1	36,3	35,7
Quotidiano Sociocentrado	41,1	21,7	22,1

À semelhança do que antes foi assinalado a propósito da praxe académica, as orientações destes jovens exprimem uma evidente clivagem na forma como se posicionam perante a sociedade e a vida em geral. A preferência por orientações sociocentradas é muito evidente no caso dos estudantes das Repúblicas, enquanto que o *chamado projecto autocentrado*

(que como já se viu recolhe a maioria de respostas da totalidade da amostra) é rejeitado quase em absoluto por este segmento da população estudantil de Coimbra. Aparentemente, os “repúblicos” são mais sensíveis ao envolvimento com os outros, o que se deverá prender com o facto de no interior das casas em que vivem prevalecer uma cultura de partilha e corresponsabilização na divisão das tarefas quotidianas no espaço da habitação, mas esta sensibilidade menos individualista não será alheia a outros factores socioculturais que envolvem as Repúblicas.

Para além das conotações que, como antes foi referido, ligam o ambiente das Repúblicas ao passado de luta do movimento estudantil coimbrão, subsiste o tradicional espírito de tertúlia, caracterizado pela presença de uma cultura de boémia na qual se combinam o sentido de irreverência e o estilo de vida “alternativo” ou supostamente “vanguardista”, quer no plano político quer no plano estético e dos consumos culturais. Com todas as suas tonalidades e sem esquecer a heterogeneidade que desde sempre acompanhou a vida nas Repúblicas, esta imagem subsiste entre a actual geração de estudantes. Muitos lançam sobre este pequeno sector de estudantes um olhar de reprovação ou desconfiança, associando-os a irresponsabilidade, excesso de consumo de álcool e fraco aproveitamento escolar. Porventura uma imagem distorcida e preconceituosa, que parece relacionar-se com uma atitude céptica por parte dos “repúblicos” em relação à praxe estudantil, que em parte deriva do luto académico que entre eles vigora desde 1969. Seja como for, o modo de vida e as orientações subjectivas desta minoria reflectem-se em atitudes e práticas notoriamente distintas, como pode verificar-se noutros resultados do nosso inquérito.

QUADRO 24: Assiduidade a actividades culturais e de lazer, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)

Actividades Culturais e de Lazer	Repúblicas	Outros	Total
Espectáculos Desportivos	36,9	37,1	37,1
Concertos Musicais	77,2	58,9	59,4
Espectáculos de Dança / Ballet / Música Clássica	16,3	7,0	7,2
Espectáculos de Teatro	50,0	11,9	12,6
Festivais de Verão	26,7	7,8	8,2
Viagens ao Estrangeiro	31,0	8,4	8,8
Conferências Colóquios, Debates	55,1	36,6	37,0
Cursos Livres e/ou de Formação	15,5	7,2	7,3
Exposições e/ou Visitas a Museus	62,5	29,4	30,1
Ida a Restaurantes	82,7	81,0	81,1
Festivais de Cinema	22,4	14,4	14,6

* As percentagens correspondem ao somatório dos maiores níveis de assiduidade a estes eventos ao longo do último ano (assistiu “3 a 5 vezes” + “mais de 5 vezes”).

De facto, observando a lista de actividades culturais e de lazer que foi apresentada aos inquiridos (Quadro 24), pode facilmente constatar-se que os estudantes das Repúblicas pautam os seus estilos de vida e padrões consumo por critérios nitidamente distintos do corpo estudantil mais geral. De entre o conjunto de onze eventos, actividades culturais, científicas ou lúdicas, apenas numa delas – a frequência de espectáculos desportivos – a assiduidade dos “repúblicos” é ligeiramente inferior à dos restantes estudantes. E das demais actividades, só no caso da frequência de restaurantes os índices de participação são semelhantes (82,7% Rs, 81% dos restantes). Tratando-se, como é evidente, de duas situações ou modos de ocupação do tempo-livre tipicamente massificados, ressalta daqui, desde logo, uma indicação muito nítida de que a minoria estudantil que habita nas Repúblicas adere a padrões de conduta, modelos de consumo e opções de vida mais conotados com os

sectores da classe média intelectual. Assim, visitas a exposições e museus, espectáculos de teatro, concertos musicais, festivais de Verão, dança, *ballet* e musica clássica, são todas elas ocupações de lazer a que os estudantes das Repúblicas afirmam aderir com uma elevada assiduidade, a qual contrasta abertamente com a bem mais fraca adesão dos restantes inquiridos. Mesmo em itens como viagens ao estrangeiro, participação em colóquios e conferências ou em cursos de formação, a minoria dos “repúblicos” dá mostras de ser muito mais dedicada dos que os outros.

Pode daqui inferir-se que a minoria de estudantes das Repúblicas se aproxima de um estilo de vida que, pelo menos no plano dos modelos de consumo, é notoriamente mais identificado com as elites culturais, enquanto a massa mais geral dos estudantes parece deixar-se impelir pelas habituais formas massificadas de consumo e revela uma escassa adesão a actividades mais identificadas com o campo intelectual e académico. Haverá também aqui um efeito geracional que pode resultar de alguma ligação mais próxima a gerações passadas – a dos pais ou de outros familiares, por exemplo – por parte dos actuais “repúblicos”, que porventura terão tido alguma influência na opção de cada um quando entra na universidade. É possível ainda que o factor ideológico tenham também algum efeito, isto é, trajectórias que na adolescência tenham sofrido o contágio de referenciais de “esquerda” e de sectores sociais com maior capital cultural. E, naturalmente, que a própria memória colectiva das Repúblicas, cuja tradição de rebeldia e cultura participativa já assinalámos, se transmite ao longo das gerações, estimulando o sentido de dissensão e as estratégias distintivas perante um universo estudantil

hoje particularmente vulnerável às tendências mais gerais de massificação e consumismo.

Representações sobre a sociedade e as instituições

Para continuar a aprofundar a caracterização da actual geração estudantil da UC, é conveniente conjugar, por um lado, as práticas e atitudes na esfera dos consumos socioculturais com as orientações mais gerais sobre a sociedade e o funcionamento das suas principais instituições e, por outro lado, interessa dar continuidade à análise conjugando a dimensão propriamente sociológica com a dimensão política. Ou seja, convém ter presente que a dinâmica do associativismo e do movimento estudantil é um fenómeno social dotado de significado político, cujos contornos obedecem às condicionantes mais vastas em que se enquadram as diferentes gerações em cada contexto histórico.

Em primeiro lugar, no plano político-ideológico, os resultados revelam que a maioria dos estudantes se posiciona predominantemente na área do “centro-esquerda”, muito embora também se note algum distanciamento da actual geração relativamente a esta dicotomia clássica.

QUADRO 25: Posicionamento político no leque esquerda-direita (%)*

Extrema-esquerda (1)	Esquerda (2)	Centro-esquerda (3)	Centro (4)	Centro-direita (5)	Direita (6)	Extrema-direita (7)
4,9	14,4	22,1	33,6	14,9	7,2	2,9

* A questão foi formulada solicitando aos inquiridos que indicassem qual a posição que melhor definia a sua atitude, considerando o leque de orientações fornecido, numa escala entre 1 (= totalmente de esquerda) e 7 (=totalmente de direita).

De facto, a distribuição dos resultados obtidos na escala de atitudes que foi apresentada aos inquiridos revela que o maior número de respostas (33,6%) se situa exactamente no “centro” do leque político fornecido. Isso parece, desde logo, indiciar uma resistência a este modelo tradicional de classificação das orientações ideológicas, isto é, aqueles que apontam o centro como resposta, não estarão apenas a mostrar uma equidistância em relação aos extremos, mas também uma recusa em se auto-identificarem no quadro da dicotomia esquerda-direita. Acresce que tal resposta evidencia também o progressivo esvaziamento ideológico a que se vem assistindo nas últimas décadas por parte dos agentes e partidos políticos e, concomitantemente, o crescimento de atitudes de desconfiança dos cidadãos em relação à actividade político-partidária. Refira-se, no entanto, que não se verifica propriamente uma simetria na distribuição dos restantes resultados. Antes fica clara uma maior inclinação para as orientações de esquerda, sobretudo nas versões mais moderadas, com o volume de respostas a diminuir dessas posições para as mais extremas (22,1% no “centro-esquerda”, 14,1% na “esquerda” e 4,9% na “extrema-esquerda”).

Como se referiu, o lado da “direita” obteve menor adesão, em particular as posições mais extremadas onde os valores percentuais descem para cerca de metade dos obtidos pelas posições correspondentes no lado oposto deste leque ideológico (14,9% no “centro-direita”, 7,2% na “direita” e apenas 2,9% na “extrema-direita”). Pode, portanto, dizer-se que – *grosso modo* – a população estudantil de Coimbra segue de perto as tendências políticas mais gerais verificadas nos actos eleitorais do país nas últimas décadas, isto é, com as orientações de esquerda e centro-esquerda a sobreporem-se às de direita.

Em segundo lugar, quanto às opiniões reveladas acerca da importância atribuída às instituições e outras estruturas associativas (nacionais e internacionais), os inquiridos exprimiram maioritariamente o reconhecimento de instituições consagradas como a Universidade (indicada por 85% do total dos inquiridos), as Nações Unidas (83,2%) e os Tribunais (82,7%), surgindo a seguir as principais instituições políticas nacionais e europeias, nomeadamente o Governo (77,6%), o Parlamento Europeu (74%) e a Presidência da República (70,5%). É curioso, e paradoxal, verificar o contraste entre estes valores e o baixo resultado obtido pelos Partidos Políticos (38,1%), quando é sabido que essas instituições são alimentadas principalmente pela actividade política dos partidos.

QUADRO 26: Opinião sobre a importância das instituições e estruturas associativas (%)*

Instituições/ Entidades	Área de Formação									Total
	Artes/ Letras	Direito	Econ/ Gest	Ciênc Soci	C. Nat/ Mat	Med/ Farm	Eng,	Desp.	C. Inf Com.	
Partidos Políticos	33,5	41,5	35,3	39,0	37,8	37,1	29,4	36,1	33,9	38,1
Tribunais	77,8	96,0	85,8	79,8	84,7	82,2	79,2	84,4	78,5	82,7
Associações de Estudantes	48,4	50,9	51,0	55,8	50,0	59,5	48,3	64,3	60,0	53,9
AAC	45,4	53,8	51,0	53,8	50,0	58,6	50,4	64,3	66,1	53,6
Sindicatos	60,2	76,4	62,5	67,0	62,7	64,0	56,5	63,1	70,8	65,2
Governo	72,8	87,9	80,9	76,5	79,7	77,7	75	70,2	63,1	77,6
Igreja	26,1	38,1	35,4	27,4	23,8	36,7	24	39,3	27,7	30,7
ONG's	58,2	77,8	56,3	62,2	59,3	57,1	44,7	52,4	61,0	59,8
Universidade	79,3	89,2	83,8	84,7	93,2	87,3	84,5	91,7	89,2	85,0
Parlamento Europeu	70,5	81,4	76,9	74,0	83,1	72,2	68,5	75,0	73,8	74,0
Repúblicas Estudantis	28,3	24,3	27,6	26,3	30,5	25,0	25,1	46,5	30,8	26,8
Média (jornais, TV, etc)	60,5	62,3	68,2	64,6	57,6	61,4	56,2	75,0	78,4	63,0
Associações Empresariais	38,9	50,8	62,2	40,8	51,7	41,9	52,2	52,4	43,1	45,8
Parlamento	65,1	83,3	68,6	67,3	78,3	67,6	61,9	69,0	70,8	69,0
Nações Unidas	82,6	91,3	77,9	81,7	91,5	83,5	81,3	82,1	78,5	83,2

Presidência da República	66,3	81,6	74,4	70,0	81,4	66,2	66,5	77,1	58,4	70,5
Fórum Social Mundial	57,0	69,5	55,9	58,9	62,0	50,5	46,5	55,4	61,0	56,8

* As percentagens correspondem ao somatório das respostas 4 + 5, num leque de opções que variava entre 1 (=nada importante) e 5 (=muito importante).

Porém, este é apenas mais um indicador que confirma a vulnerabilidade da população estudantil face às tendências mais gerais do senso comum. De facto, os Partidos Políticos (38,1%) encontram-se entre os três itens menos assinalados. Abaixo deles no nível de importância aparecem apenas a Igreja (30,7%) e, em último lugar, as próprias Repúblicas Estudantis (26,8%).

Assim, e em terceiro lugar, pode depreender-se destes resultados não só a mesma atitude de afastamento e desconfiança dos portugueses perante o papel dos partidos, mas ao mesmo tempo o distanciamento da juventude escolarizada em relação à Igreja católica. Isto confirma ainda o que outros estudos têm mostrado no domínio religioso, designadamente que a importância atribuída à Igreja se liga directamente ao nível de instrução, isto é, quanto mais elevado é este, menor é aquela (Fernandes, 2003: 132). Muito embora o valor acima mencionado quanto à importância da Igreja (30,7%) não nos permita concluir que a mesma deixou de ser influente, o certo é que também os resultados eleitorais do último referendo realizado em Portugal (sobre a interrupção voluntária da gravidez, 11/02/2007), com as votações no “Sim” a aumentarem claramente, e em todo o país, desde a anterior votação (1998), mostram como a Igreja católica vem perdendo terreno no nosso país, em particular nos contextos mais urbanos e junto dos sectores mais jovens e escolarizados da população. E, finalmente, registre-se que a escassa importância atribuída às Repúblicas (26,8%) ilustra de forma bem clara o recuo

da influência e o relativo isolamento destas casas comunitárias no seio do universo estudantil.

Veja-se agora a distribuição destes resultados por áreas de formação académica. Em síntese, podem apontar-se as seguintes tendências: os valores do conjunto da amostra distribuem-se de forma relativamente uniforme entre os diversos cursos da UC, com a Universidade, a ONU e os Tribunais a serem regra geral (e pela mesma ordem decrescente) os mais valorizados. Na frente dos que consideram a Universidade importante encontram-se principalmente os estudantes de Ciências Naturais e Matemáticas (93,2%) e Desporto (91,7%), logo seguidos dos de Direito e de Ciências da Comunicação (ambos com 89,2%), e atrás – embora todos com valores muito elevados – estão as Artes e Letras (79,3%) e a Economia e Gestão (83,8%). Na valorização da ONU destacam-se os estudantes de Ciências Naturais e Matemáticas (91,5%) e de Direito (91,3%), ambos claramente acima dos restantes, enquanto que Economia e Gestão (77,9) e Ciências da Informação e Comunicação (78,5%) são os que menos importância relativa atribuem a esta instância internacional. Os Tribunais são mais valorizados pelos estudantes de Direito (96%) e de Economia e Gestão (85,8), embora com valores próximos de várias outras áreas, enquanto que Artes e Letras (77,8%) e Ciências da Informação e Comunicação (78,5%) são relativamente menos veementes em tal atitude.

Quanto aos itens que recolheram menor importância entre a população estudantil da UC, os maiores contrastes em relação à importância das Repúblicas estudantis verificam-se na comparação entre os estudantes de Direito (24,3%), os que lhes atribuem menos importância, e os de Desporto (46,5%), que mais parecem apreciá-las. Uma vez mais, resulta daqui que

quanto mais distantes – tanto geograficamente como em termos históricos, com é o caso do Desporto, por ser a faculdade mais recente e com mais dificuldades de inserção e reconhecimento por parte da comunidade – maior é o esforço de identificação subjectiva com os ícones da tradição académica, ou seja, neste caso trata-se da faculdade mais antiga (Direito) em oposição à mais recente (Desporto). Pode parecer paradoxal, mas tal contraste ilustra bem a importância do factor identitário na estruturação das práticas e subjectividades.

Segundo, quanto à Igreja, opõem-se de um lado principalmente os estudantes de Ciências Naturais e Matemática e as Engenharias, mais distantes da Igreja (23,8% e 24% respectivamente), e do outro ainda os de Desporto (39,3%), a revelar maior proximidade. Uma hipótese explicativa pode relacionar-se com o facto de o desporto, enquanto actividade marcada por imponderáveis e algum risco, ser atreita a alguma superstição e à crença religiosa. Outra possível hipótese pode remeter para a presença em maior número de trajectórias de relativo insucesso escolar entre os estudantes de Desporto. Porém, qualquer destas pistas explicativas carece de confirmação.

Em terceiro lugar, no que respeita aos partidos políticos, a principal oposição coloca de um lado a área das Engenharias (29,4%), com o valor percentual mais baixo e, de outro lado, o Direito (41,5%) com o mais elevado. Trata-se aqui de atitudes contrastantes conhecidas, entre a primeira área de formação (Engenharias), de pendor mais tecnocrático, e portanto que tende a demarcar-se da política partidária ou que a olha com maior desconfiança, e a segunda (Direito), tradicionalmente mais próxima das instituições políticas e que, por isso – embora na maioria também se distancie – não o faz com tanta veemência.

Para terminar este tópico, vale a pena referir que os problemas sociais mais assinalados pelos inquiridos foram os seguintes, por ordem decrescente de importância: a SIDA/ Epidemias (93,5%); a Pobreza/ Fome (93,4%); o Desemprego (91,5%); a Poluição Ambiental (91,7%); a Pedofilia (89,9%); a Toxicodependência (86,9%); a Criminalidade (84,4%); o Racismo (84%); e a Guerra (81,3%). Diga-se ainda que estes foram apenas alguns dos problemas sociais apresentados numa lista que totalizou dezanove itens, e que genericamente foram considerados como “importantes” ou “muito importantes” por parte dos estudantes inquiridos, na sua maioria. Curiosamente, o item da lista cuja importância que merece é bastante inferior aos restantes é a Clonagem/ Manipulação Genética (52,8%). Também neste caso, não será certamente mera coincidência o facto de serem justamente os estudantes da área académica que está mais familiarizada com o assunto, a Medicina, que mais reconhecem a importância desse mesmo problema (65,1%).

Práticas associativas e atitudes perante a AAC

Neste ponto abordam-se as questões relacionadas mais directamente com o associativismo estudantil. Pretende-se dar conta, em primeiro lugar, das práticas; em segundo lugar, das representações sobre o papel da AAC; e, finalmente, das expectativas acerca das prioridades que a associação deve estabelecer nas próximas acções de luta estudantil.

Como se sabe, a escassa participação cívica e associativa dos portugueses é uma realidade que nas últimas décadas se tem vindo a agravar. Apesar de se verificarem ainda níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país, segundo estudos recentes, houve uma quebra clara na última década do século passado: de 34% de filiação associativa, em 1990, passou a

25,6%, em 1999. Por outro lado, os valores ditos *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, mas no nosso país estão ainda distantes da média europeia (Delicado, 2003: 232-241). Acresce que a participação não é a mesma coisa do que a simples filiação. Aliás, no caso da AAC – que é a maior associação estudantil do país – os níveis de filiação são elevados porque os estudantes da UC são automaticamente membros da associação no próprio acto da inscrição na universidade. Nas eleições para a Direcção Geral da AAC os níveis de abstencionismo são muito elevados, rondando actualmente os 70%.

Ora, se quanto aos níveis de filiação associativa e de participação em actos eleitorais o panorama já é bastante preocupante, quando se passa para o plano da intervenção activa na vida das associações ou da actividade regular nas estruturas organizadas da sociedade civil o problema ganha ainda mais evidência. E o mesmo que se passa na sociedade mais geral passa-se também na esfera do associativismo estudantil.

QUADRO 27: Participação em protestos públicos e actividades associativas (%)**

Acções em que participou	Muitas vezes*	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca
Assembleia Magna	4,5	8,1	20,8	66,5
Reuniões núcleo/ curso	11,3	12,4	22,1	54,2
Manifestações de âmbito estudantil	4,3	11	24,9	69,8
Outro tipo de manifestações	2,3	6,5	20,0	71,2
Greves	7,0	15,2	25,6	52,1
Abaixo-assinados campanhas cívicas	11,2	23,7	29,6	35,4
ONG´s ou associações culturais e cívicas	5,2	8,8	17,0	69,0
Acções de solidariedade	6,8	18,3	23,4	51,1
Particip em listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	9,4	15,0	70,0

* Os resultados desta coluna correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma das respostas “sempre” + “muitas vezes”).

** questionava-se, ao longo do ano transacto, com que regularidade tinha participado nessas actividades.

Olhando os dados do Quadro 27, podem facilmente constatar-se os baixíssimos volumes de participação activa dos estudantes da UC, quer nas estruturas e iniciativas directamente ligadas à AAC, quer noutro tipo de acções e iniciativas públicas. Considerando, em primeiro lugar, os resultados globais, verifica-se que da lista de iniciativas apresentada aos inquiridos, apenas em duas delas os que indicam participar “muitas vezes” revelam valores ligeiramente acima dos 10%. São os casos da *participação em reuniões de núcleo* (estruturas estudantis que se organizam por curso, no espaço das faculdades ou departamentos), com 11,3% de participação assídua, e o da adesão a *abaixo-assinados e campanhas cívicas* (11,2%). O cenário aqui traçado evidencia bem o divórcio existente entre as estruturas dirigentes e a generalidade dos estudantes. Basta olhar os valores da última coluna do quadro para confirmar aquilo que muitas vezes constatámos, quando assistimos às assembleias magnas e a outras manifestações promovidas pela AAC, ou seja, volumes de participação extremamente baixos. Sublinhem-se apenas alguns destes números: 66,5% dos estudantes nunca foram a uma *assembleia magna*; 69,8% nunca participaram numa *manifestação estudantil*; 71,2% jamais aderiram a qualquer *outro tipo de manifestação* pública; e mesmo em campanhas de abaixo-assinados ou nas reuniões de núcleo/ curso (as iniciativas em que se verifica maior participação), os volumes de abstencionismo são elevados, com 35,4% e 54,2%, respectivamente, daqueles que afirmaram nunca ter participado.

Podem ainda observar-se os mesmos resultados, comparando os que residem nas Repúblicas com a restante população estudantil de Coimbra. O Quadro 28 revela, uma vez mais, as diferenças entre estes dois universos. Se

já atrás se verificaram opções e padrões de gosto bem distintos entre ambos os segmentos (no plano dos consumos culturais e actividades de lazer), agora, no que respeita às práticas de participação associativa, também fica claro o maior envolvimento da minoria dos “repúblicos” no plano da participação cívica e associativa. Na verdade, a avaliar por estes resultados, o activismo deste sector é muitíssimo maior. Importa, contudo, ressaltar que este quadro apenas se refere a valores dos que participaram “muitas vezes” ou “sempre”, mas isso não lhe retira significado (veja-se no Quadro 26 as percentagens de participação “poucas vezes” e “algumas vezes”). Os maiores contrastes notam-se em acções como a participação em assembleias magnas da AAC (31% de “repúblicos” participaram muito contra apenas 4% dos restantes); em manifestações de âmbito estudantil (39,7% Rs, 3,7% dos restantes); e outro tipo de manifestações (26,3% Rs, 1,8% dos restantes). O único item em que o sector aqui minoritário revela menor actividade do que os seus restantes colegas é o que se refere à participação em listas para os órgãos estudantis (5,1% Rs, 5,8% dos restantes).

QUADRO 28: Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)*

Acções em que participou**	Repúblicas	Outros	Total
Assembleia magna	31,0	4,0	4,6
Reuniões núcleo núcleo/ curso	15,8	11,3	11,4
Manifestações de âmbito estudantil	39,7	3,7	4,4
Outro tipo de manifestações	26,3	1,8	2,3
Greves	29,8	6,6	7,1
Abaixo-assinados campanhas cívicas	29,9	10,9	11,3
ONG´s ou associações culturais e cívicas	13,7	5,1	5,2
Acções de solidariedade	8,6	7,1	7,1
Listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	5,8	5,7

* Os resultados correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma as

respostas “sempre” + “muitas vezes”, num leque que continha ainda as opções “algumas vezes”, “poucas vezes” e “nunca”).

** questionava-se, ao longo do ano transacto, com que regularidade tinha participado nessas actividades.

Este último dado pode parecer contraditório, mas pode compreender-se, já que o radicalismo dos estudantes das Repúblicas é perpassado por orientações e subjectividades que se assumem na demarcação face à massa estudantil e no combate à lógica dominante na gestão da associação. A presença de correntes organizadas, como a chamada “Ruptura”, conotada com uma facção do Bloco de Esquerda, que mantém ligações ao mundo das Repúblicas, deverá ter aqui alguma influência, designadamente ao promover a participação em iniciativas publicas da AAC (como as manifestações e as assembleias magnas), contribuindo para estimular a acção do sector mais radical num sentido combativo e, por assim dizer, “anti-sistema”, o que aparentemente se traduz numa rejeição da lógica eleitoral instituída.

No Quadro 29, a análise prossegue, desta vez para interpelar as opiniões dos inquiridos quanto ao funcionamento da estrutura dirigente da AAC. Antes de desdobrar a interpretação dos resultados pelas diferentes áreas de formação académica, vale a pena fazer uma breve referência aos dados globais.

QUADRO 29: Opinião sobre a DG/AAC, segundo a área de formação (%)*

Opiniões	Área de Formação									
	Artes/ Letras	Direito	Econ/ Gestão	Ciênc. Soc.	C. Nat/ Mat.	Medic/ Farm.	Eng,	Desp.	C. Info/ Com.	Total
1. Representa e defende os interesses dos estudantes (+)	32,4	36,4	47,3	44,1	39,3	34,7	41,3	41,7	35,9	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes (-)	38,7	34,6	26,8	34,3	32,8	31,5	35,0	42,9	29,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política (-)	54,2	53,2	46,3	46,7	52,5	47,0	54,7	34,5	39,1	49,0
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico(+)	29,6	30,6	31,2	38,1	23,0	34,7	29,7	31,0	42,2	33,6

5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades (-)	26,8	23,7	20,0	22,1	26,2	22,5	25,8	26,2	15,6	23,2
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC (+)	37,0	42,3	42,0	44,6	34,4	46,6	36,1	40,5	51,6	42,4

* Note-se que as afirmações não são exclusivas, podendo os inquiridos escolher um máximo de 3 opções. Daí que o somatório das respostas ultrapasse o conjunto da amostra.

(+) Afirmações de sentido positivo; (-) Afirmações de sentido negativo.

Antes de mais, um dos indicadores mais surpreendentes a este respeito é o que revela uma elevada percentagem de inquiridos (49%) que considera que a Direcção geral da AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política*. Este é, na verdade, um resultado contundente que, uma vez mais, confirma o divórcio que atrás já foi assinalado. Diga-se, por outro lado, que as afirmações mais positivas¹³ quanto ao papel da AAC obtiveram também valores significativos de adesão, como é o caso da opinião de que a mesma é *fundamental para a imagem e coesão da UC* (42,4%), ou a afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes* (39,8%) ou ainda a convicção de que a Associação *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (33,6%).

Porém, as opiniões de sentido crítico, para além da que já se referiu – *“um organismo elitista que promove o acesso à política”* –, recolheram níveis de adesão igualmente reveladoras, como acontece com a que nos diz que a AAC *está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes* (34%) ou ainda a que a considera *uma estrutura centralizada e desligada das faculdades* (23,2%).

Em relação à distribuição das opiniões segundo as áreas de formação, podem sintetizar-se as principais tendências nos seguintes termos: se

¹³ Da lista de seis formulações apresentadas assinalam-se no quadro com os sinais “+” ou “-” respectivamente as de sentido positivo e negativo.

considerarmos o conjunto das afirmações incluídas no inquérito distribuídas em dois grupos, um de sentido positivo, favorável ao papel da AAC (as formulações 1, 4, e 6), assinaladas no quadro com o sinal (+), e outro de sentido negativo ou crítico (-), verifica-se a existência de alguma coerência entre as diferentes áreas de formação.

No primeiro caso, das opiniões favoráveis, encontram-se sobretudo os estudantes de áreas lectivas como Economia e Gestão, Ciências Sociais, Medicina e Farmácia e Ciências da Informação e Comunicação. Merecem realce os números referentes à afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes*, maioritariamente referido por Economia e Gestão (47,3%) e Ciências Sociais (44,1%); e, por outro lado, as respostas provenientes das áreas de Ciências da Informação/ Comunicação e Medicina/ Farmácia referentes à opinião de que a AAC *é fundamental para a imagem e coesão da UC*, respectivamente com percentagens de 51,6% e 46,6%.

No segundo caso, quanto às afirmações de sentido mais crítico destacam-se sobretudo as áreas de Engenharias, Artes e Letras, Direito e Desporto. Merecem aqui realce os resultados dos que consideram ser a associação *um organismo elitista que promove o acesso à política*, como são os casos das Engenharias (54,7%), das Artes e Letras (54,2%) e do Direito (53,2%); e ainda o Desporto, quando os seus estudantes assinalam que a AAC *está um pouco distante dos problemas e interesses dos estudantes* (42,9%).

Apresentam-se de seguida algumas das principais diferenças entre os resultados gerais e os das Repúblicas, e por outro lado faz-se a comparação entre ambos os sexos.

QUADRO 30: Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)

Opinião sobre a AAC	Compar. C/ Repúblicas		Sexo		Total
	Repúblicas	Outros	F	M	
1. Representa e defende os interesses dos estudantes	19,0	40,2	40,9	37,7	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes	41,4	33,8	31,4	38,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política	77,6	48,6	45,0	56,3	49,2
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico	10,3	34,1	36,9	27,4	33,6
5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades	25,9	23,3	20,4	28,4	23,3
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC	20,7	42,9	44,7	38,4	42,4

Observando o Quadro 30, nota-se, à partida, uma certa sintonia de opiniões entre o sector dos “repúblicos” quanto às apreciações mais críticas a cerca da AAC. Mais uma vez se reflecte aqui um distanciamento crítico por parte deste segmento minoritário, que privilegia as afirmações de sinal “negativo” (numeradas por 2., 3. e 5.), ao contrário dos outros estudantes, que maioritariamente preferem subscrever as afirmações de sinal “positivo” em relação à actividade da associação (numeradas por 1., 4. e 6.). O maior contraste refere-se à opinião de que a AAC *é um organismo elitista que promove o acesso política* (que é partilhada por 77,6% dos “repúblicos” e por apenas 48,6% dos restantes inquiridos).

Já quando se trata de comparar estas opiniões segundo o sexo, verifica-se que as mulheres são em geral bem mais “simpáticas” que os homens na avaliação que perfilham sobre a AAC, isto é, elas indicam, numa maioria clara, subscrever as opiniões de sinal mais favorável à associação estudantil. A diferença mais evidente dirige-se, neste caso, para a avaliação segundo a qual

a AAC é importante para o desenvolvimento do espírito académico (36,9% F contra 27,4% M).

Na mesma linha de análise, o Quadro 31 refere-se às oposições entre “repúblicas” e outros, mas agora a respeito das prioridades que na opinião dos inquiridos deverão guiar a acção estudantil nos próximos tempos. Considerando os resultados no seu conjunto, pode dizer-se que aspectos como a *ligação ao mercado de trabalho* (94,6%), o *apoio à investigação científica* (80,8%), as *condições de estudo* (78,9%) e o apoio à acção social, com *mais e melhores bolsas de estudo* (76,6%), constituem os pontos que merecem maior atenção dos estudantes. Sublinhe-se que estes resultados são muito interessantes, na medida em que revelam, por um lado, algum sentido pragmático que vai ao encontro do actual cenário de mudanças e de “crise” do sistema universitário português, e, por outro lado, mostra um relativo afastamento das “velhas” bandeiras do movimento estudantil (no período recente), como sejam a luta anti-propinas e contra o *numerus clausus*.

É curioso também assinalar a preocupação da população estudantil relativamente ao apoio à investigação científica. No geral, estes resultados contrariam a imagem de radicalismo e até de “irresponsabilidade” que por vezes tem sido associada ao activismo estudantil. Todavia, convém ao mesmo tempo ter presente que estas orientações agora recolhidas não têm, por enquanto, sido coincidentes com os objectivos fundamentais dos protestos estudantis, nem em Coimbra nem no país.

QUADRO 31: Opinião sobre as prioridades das lutas/ reivindicações estudantis (%)*

Reivindicações prioritárias	Repúblicas	Outros	Total
Mais e melhores bolsas	84,5	76,4	76,6

Criação de novos cursos	24,6	27,8	27,7
Maior ligação ao merc. trabalho	70,7	92,1	94,6
Mais bibliotecas	63,1	60,8	60,8
Luta contra as propinas	74,2	57,9	58,2
Fim do <i>numerus clausus</i>	64,2	28,8	29,5
Mais apoio à investigação científica	75,4	80,2	80,8
Mais residências universitárias	79,3	63,8	64,2
Mais infra-estruturas desportivas	63,8	57,4	57,6
Mais salas de aula/estudo	74,1	78,1	78,9
Melhores cantinas	65,5	66,8	66,8
Paridade nos órgãos de gestão	69,6	50,6	51,0
Pedagogia	79,3	81,4	81,5

* Estas percentagens correspondem ao somatório das respostas que assinalaram as colunas 4 e 5, num leque de opções que oscilava entre 1 e 5 (em que 1 = não prioritário; e 5 = muito prioritário).

As diferenças mais dignas de registo traduzem também preocupações relativamente contraditórias entre o sector das Repúblicas e os restantes inquiridos, já que, enquanto os primeiros tendem a colocar a ênfase no plano da “luta” e das acções de protesto, os segundos dão maior importância, como se disse, aos aspectos do acesso ao emprego, à actividade científica e às condições sociais e pedagógicas. Onde os “repúblicos” se mostram claramente mais empenhados que os seus restantes colegas é em aspectos como a luta pelo fim do *numerus clausus* (64,2% Rs contra 28,8% dos restantes), o combate às *propinas* (74,2% Rs, 57,9% dos restantes), a defesa da *paridade nos órgãos de gestão* (69,6% Rs, 50,6% dos restantes), a reivindicação de *mais residências universitárias* (79,3% Rs, 63,8% dos restantes), e a exigência de *mais e melhores bolsas de estudo* (84,5% Rs, 76,4% dos restantes). Estas tendências vão, portanto, de encontro aos maiores índices de participação associativa e cívica, já apontados a este sector, bem como às suas opiniões mais críticas acerca do funcionamento das estruturas dirigentes da AAC.

É igualmente importante observar as diferenças entre estes dois sectores da população estudantil da UC, no que se refere ao modo como são

percebidas as relações entre colegas de curso. Os resultados globais mostram que a maioria (45,8%) considera que a *entreatajuda selectiva* é a fórmula que melhor caracteriza as relações entre colegas, enquanto que apenas uma ínfima minoria (5,1%) prefere caracterizá-las como *competição geral*.

QUADRO 32: Percepção das relações entre colegas (%)

	Repúblicas	Outros	Total
Solidariedade Geral	24,1	30,8	30,6
Entreatajuda Selectiva	43,1	45,8	45,8
Competição Parcial	22,4	18,4	18,5
Competição Geral	10,3	5,0	5,1

Pelo meio, surge, em segundo lugar, uma percentagem de 30,6% que define o ambiente no seio dos estudantes como de *solidariedade geral*, e ainda 18,5% que indica a *competição parcial* como o traço mais apropriado. Como se sabe, este tipo de respostas, embora se refiram no abstracto as relações entre os estudantes de um dado curso, exprimem de algum modo a predisposição dos respondentes na sua relação com o grupo. Assim, embora não o refiram explicitamente, reflectem-se aqui representações diferenciadas e diferenciadoras, isto é, por exemplo, se partirmos do princípio que os estudantes das Repúblicas se auto-consideram mais colectivistas e solidários entre si, transportam na resposta que dão sobre a questão uma forma de classificação dos outros e implicitamente da sua relação com esses outros. Muito embora cada uma destas categorias concorde que a *entreatajuda selectiva* é a forma de relacionamento que melhor se ajusta à actual geração de estudantes (uma vez que os valores dos dois sectores são muito próximos, 43,1% para 45,8%), os restantes resultados revelam claras diferenças.

A *competição parcial* é assinalada pelo sector dos “repúblicas” em números bem mais expressivos do que pelos outros estudantes (22,4% Rs

contra 18,4% dos restantes), mas os maiores contrastes referem-se aos restantes dois itens. Com efeito, a *solidariedade geral* é referida por um número bem inferior entre este sector particular do que na população estudantil em geral (24,1% Rs, 30,8% dos restantes), e por seu lado, no caso daqueles que definem o ambiente entre colegas como de *competição geral* – apesar de francamente minoritários – é evidente o contraste entre as atitudes dos residentes nas Repúblicas e os restantes colegas, pois o volume de respostas por parte dos primeiros corresponde percentualmente ao dobro das dos segundos (10,3% Rs, 5% dos restantes).

A memória dos movimentos estudantis dos anos 1960-1970s

Neste último ponto procura-se mostrar o modo como a actual geração estudantil percebe e representa na sua memória a imagem das gerações passadas, em particular aquelas que simbolizam os momentos de maior intensidade e significado político do movimento estudantil português. Alguns dos principais contornos dessas experiências – sobretudo a dos anos sessenta e setenta do século findo – já foram abordados na primeira parte, onde se assinalaram aspectos relevantes desse período, tanto na vertente sociocultural como na vertente política.

É sabido que a invocação desse passado tem sido uma constante ao longo das últimas décadas, o que se deve não tanto a um reconhecimento efectivo – e de facto compreendido – da importância desses movimentos na luta pela democratização da Universidade e pelo derrube do regime do Estado Novo, mas principalmente à necessidade das sucessivas gerações de dirigentes e quadros políticos do associativismo académico do período democrático recente encontrarem, nesse passado histórico, um elemento

identitário, e sobretudo legitimador, capaz de justificar as propostas e a linguagem do movimento estudantil na actualidade. Tanto mais que, como se sabe, o movimento se debate desde há muito com a escassez de causas verdadeiramente mobilizadoras.

Em Coimbra, esse esforço tem sido repetidamente observado, sinal de que o imaginário colectivo das novas gerações se debate numa espécie de luta contra o tempo e pela recuperação, em nome do presente, dessa memória do passado. Dir-se-ia que há uma referência desvanecida e sem tempo – nem condições sociais – para se sedimentar e ser realmente incorporada. De facto, perante a ânsia de uma vivência compulsiva do presente não sobra “tempo” para um real investimento no estudo do passado histórico, nem mesmo para o questionar e polemizar a partir dele. Perante tamanhos obstáculos, resta aos dirigentes associativos daí recolherem à pressa algumas ideias vagas, envolvidas por um discurso simultaneamente nostálgico e generalista, ainda que por vezes o seu discurso não vá além das mais evidentes simplificações e distorções.

A permanente reconstrução do passado pelo presente é em si mesmo um fenómeno social desde há muito assinalado pela historiografia moderna. Mas é, justamente, porque esse processo contínuo de desconstrução e reconstrução da história leva sistematicamente à ocultação e à manipulação de importantes dimensões da experiência passada, que os actores políticos de cada presente tendem a cair na mistificação. Porque, voluntariamente ou não, submetem a sua interpretação da história às condicionantes da situação presente e aos seus interesses actuais, pois essa é uma inevitabilidade imposta pelo contexto social e pela conjuntura política. No caso do movimento

estudantil, designadamente o de Coimbra, subsiste uma ideia mítica das lutas passadas, em particular as dos anos 1960s, que glorifica e efabula abundantemente em redor dos acontecimentos desse período.

É, pois, à luz desta reflexão que os dados recolhidos pelo nosso inquérito sobre este assunto terão de ser interpretados. Começemos por considerar os resultados gerais e analisar a sua distribuição segundo as áreas de formação (Quadro 33).

QUADRO 33: Orientações sobre movimento estudantil anos 1960-1970, segundo a área de formação (%s de concordância)*

Opiniões	Artes e Letras	Direito	Econ/ Gestão	Ciênc. Sociais	C. Nat/ Matem	C. Méd/ Farm	Engs	Desp	C. Inform/ Com	Total
1. Foram importantes para a democratização do país	75,5	79,5	73,1	74,9	71,8	74,3	71,1	74,7	83,3	74,9
2. Trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade	63,5	60,7	62,6	66,9	66,6	61,0	61,8	69,5	61,7	63,7
3. Tiveram mais a ver com a política do que com os interesses estudantis	33,4	32,4	32,4	34,6	25,7	34,8	34,5	32,7	41,7	34,2
4. Nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados	18,2	13,6	14,9	15,0	7,9	17,6	21,6	23,8	20,6	16,8
5. Expressaram o elitismo da universidade em relação ao resto da sociedade	18,1	12,5	12,7	13,9	15,8	11,6	20,5	24,1	11,7	14,9
6. Têm influência nas actuais movimentações estudantis	40,3	31,8	26,2	40,8	47,4	40,1	34,7	39,0	60,0	38,2
7. Foram importantes na formação dos actuais quadros e dirigs políticos	50,7	51,2	49,0	51,5	51,3	48,0	54,2	57,8	60,0	51,4
8. Contrib para criar laços de partilha e solidar. geracional entre os estudantes	35,0	39,0	37,8	43,3	26,3	45,7	38,5	49,4	45,0	41,3

* As percentagens referem-se às respostas concordantes com estas afirmações, isto é, correspondem ao somatório das respostas 4 + 5, num leque de cinco opções (entre 1 = discorda totalmente, e 5 = concorda totalmente).

Antes de mais, importa registar que entre este leque de afirmações, as que mais colheram concordância junto dos inquiridos vão no sentido do reconhecimento da importância dos movimentos estudantis dos anos 1960-1970 (até ao 25 de Abril de 1974). A ideia de que as lutas académicas dessa

época foram importantes para a democratização do país é a que obtém maior concordância entre os actuais estudantes da UC (74,9%).

Seguem-se, por ordem decrescente de adesão, a afirmação segundo a qual esses movimentos *trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade* (63,7%), e a opinião de que eles *contribuíram para criar laços de solidariedade geracional entre os estudantes* (41,3%). Pelo contrário, as afirmações, por assim dizer, mais redutoras do significado dessas lutas, obtiveram pouco acolhimento por parte da actual geração, como é o caso da formulação segundo a qual essas movimentações *exprimiram o elitismo da Universidade em relação ao resto da sociedade* (com apenas 14,9% de concordância) ou ainda a que nos diz que tais protestos *nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados* (apenas 16,8%).

Quanto às tendências detectadas entre as várias áreas de formação, podemos, uma vez mais, agrupar as oito formulações apresentadas aos inquiridos entre as que valorizam o impacto dos movimentos estudantis dos anos sessenta na sociedade (principalmente as afirmações 1, 2, 6 e 7) e as que minimizam a sua importância ou que possuem, de algum modo, uma conotação negativa (afirmações 3, 4, e 5). Entre aqueles que mais partilham o primeiro conjunto de opiniões destacam-se os inquiridos oriundos das áreas de Ciências da Comunicação/ Informação, Direito, Ciências Sociais, Artes e Letras, Ciências Naturais/ Matemáticas e Desporto. Por seu lado, quanto às afirmações relativamente “depreciativas” destacam-se sobretudo os estudantes das áreas de Desporto e das Engenharias, e ainda as Ciências da Informação e Comunicação. Nesta última área, tal como no caso das Ciências do Desporto, os resultados não são tão claros, uma vez que não há coerência

entre as respostas dadas nos dois conjuntos de questões, como se pode observar no Quadro 33.

Analizam-se, finalmente, os mesmos resultados, desta vez comparando-os segundo a sua distribuição por sexo e ainda considerando a divisão entre os estudantes das Repúblicas e os outros (Quadro 34). Neste caso, a leitura denota as tendências gerais já apontadas, mas também mostra aspectos de relativa sintonia, quer na primeira quer na segunda comparação. Ainda a este respeito convirá lembrar que a grande distância temporal da actual geração estudantil em relação às décadas de sessenta e setenta do passado século contribuirá, sem dúvida, para a predominância de ideias algo esbatidas e porventura estereotipadas acerca daqueles movimentos sociais.

Nesse sentido, é importante não esquecer que, tal como acontece em qualquer aplicação de um inquérito, a forma como as questões são formuladas e apresentadas aos inquiridos, em especial quando se trata de lhes apresentar respostas e tipologias pré-definidas, condiciona directamente a percepção do assunto em causa no quadro dos seus próprios esquemas mentais. Assim, mesmo que – como foi o caso do presente questionário – se procure neutralizar o mais possível o viés normativo das respostas obtidas, apresentando visões alternativas do fenómeno em questão, nem por isso se consegue evitar totalmente alguma indução. Seja como for, perante a impossibilidade de uma absoluta objectividade, confrontar os inquiridos com diferentes leituras obedece ao velho princípio sociológico segundo o qual a objectividade deve procurar-se a partir da desconstrução e análise da pluralidade de recursos discursivos ou subjectividades contrárias dos actores sociais em estudo.

QUADRO 34: Opinião sobre os movimentos estudantis anos 60-70, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)*

Opiniões/ afirmações	Sexo		Compar. c/ Repúblicas		Total
	F	M	Repúblicas	Outros	
1. Foram importantes para a democratização do país	74,3	75,7	66,0	75,1	74,8
2. Trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade	64,9	61,5	60,0	63,8	63,7
3. Tiveram mais a ver com a política do que com os interesses estudantis	33,7	35,1	23,2	34,4	34,2
4. Nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados	14,9	20,0	14,6	16,7	16,7
5. Exprimiram o elitismo da universid em relação ao resto da sociedade	12,8	18,7	17,9	14,9	14,9
6. Têm influência nas actuais movimentações estudantis	38,8	36,8	32,1	38,3	38,1
7. Foram imports na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos	46,6	60,1	57,1	51,4	51,3
8. Criaram laços de partilha e solidar. geracional entre os estudantes	41,8	40,5	41,0	41,3	41,4

* As percentagens referem-se às respostas concordantes com estas afirmações, isto é, correspondem ao somatório das respostas 4 + 5, num leque de cinco opções (entre 1 = discorda totalmente, e 5 = concorda totalmente).

Estes resultados revelam, pelo menos em alguns dos seus itens, uma certa aproximação das opiniões de ambos os sexos, como atrás se disse. Há, no entanto, algumas diferenças que merecem ser analisadas. Na generalidade das opiniões formuladas é realmente visível um tendência para uma certa coincidência de posições na comparação sexual. Mas existem três questões onde os resultados são bem distintos.

A primeira refere-se à opinião – que como já se viu é a terceira mais assinalada pelo conjunto dos inquiridos – segundo a qual os movimentos estudantis dos anos 60 *foram importantes na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos*, que mostra ser bem mais partilhada pelos rapazes do que pelas raparigas (46,6% F, 60,1% M). Muito provavelmente este resultado deve-se ao facto de, regra geral, eles continuarem a ocupar um maior protagonismo no plano político e associativo, o que por sua vez corresponde a uma mais

notória politização do sector masculino. As outras duas formulações vão nesta mesma linha, embora numa perspectiva diferente.

A segunda prende-se com a opinião segundo a qual os movimentos dessa época *nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados*, a que aderem igualmente mais rapazes do que raparigas (14,9% F, 20% M). Note-se que esta opinião é em todos os casos minoritária e por isso não contraria a anterior afirmação, que exprime uma visão oposta a esta. Porém, em termos da diferença relativa de respostas, os rapazes são também neste sentido mais radicais. Ou seja, isto revela que quando se trata de assumir posições mais veementes – sejam elas negativas ou positivas – o lado masculino tende quase sempre a manifestar atitudes mais extremadas do que o feminino.

Finalmente a terceira questão, que é neste caso a mais minoritária de todas, diz respeito à ideia de que os movimentos estudantis daquelas décadas *exprimiram o elitismo da Universidade em relação ao resto da sociedade e* recolhe também maior adesão dos homens do que das mulheres (apenas 12,8% F contra 18,7% M). Tal como a anterior, esta é também uma opinião claramente depreciativa dos antigos movimentos. Apenas uma ínfima minoria dos inquiridos a subscreve, mas entre estes nota-se ainda que é uma convicção mais partilhada pelos rapazes.

Para terminar este ponto, conclui-se a análise do mesmo quadro com mais um pequeno apontamento sobre as Repúblicas. Também aqui alguns dos resultados espelham uma relativa proximidade de posições entre este segmento minoritário e a população estudantil mais geral. Curiosamente, parece notar-se a este respeito uma atitude predominante entre os “repúblicos”, ilustrativa de um menor “entusiasmo” do que poderia esperar-se, relativamente

às lutas académicas daquela que é geralmente considerada a “década de ouro” dos novos movimentos sociais (anos 60).

Embora a maioria dos estudantes das Repúblicas também subscreva as considerações que mais enaltecem o papel dos movimentos estudantis daquela geração, fazem-no em menor percentagem do que os seus colegas “não repúblicos”. Isso acontece por exemplo no caso da opinião de que eles *foram importantes para a democratização do país* (66% dos “repúblicos” contra 75,1% dos outros); quanto à consideração de que as lutas desse período *trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade* (60% Rs, 63,8% dos restantes); e ainda no caso da opinião de que as mesmas *têm influência nas actuais movimentações estudantis* (32,1% Rs, 38,3% dos restantes). A minoria de estudantes das Repúblicas também considera, de forma mais vincada do que os restantes, que os movimentos académicos dos anos 1960-1970 *foram importantes na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos* (57,1% Rs, 51,4% dos restantes); mas por outro lado são igualmente mais firmes na defesa da ideia de que *exprimiram o elitismo da Universidade em relação à sociedade*, apesar de se tratar também aqui de uma ínfima minoria (17,9% Rs, 14,9% dos restantes).

Tendo em conta a tradicional ligação das comunidades estudantis das Repúblicas aos momentos mais intensos da luta académica (dos anos 60, sobretudo), poderia esperar-se que isso se traduzisse numa atitude mais “glorificadora” dessas experiências. Porém, os resultados não revelam exactamente isso. Uma leitura plausível destes dados permite-nos apontar para a seguinte hipótese explicativa: existe uma percepção, que parece estar a insinuar-se entre os estudantes das casas comunitárias, de que o resultado das

lutas daquela época não correspondeu às expectativas “emancipatórias” das anteriores gerações, e aparentemente, também não responde às necessidades da actual geração. Quando os “repúblicos” reconhecem os impactos dessas lutas na formação da actual “classe política” estão, porventura, a querer dizer-nos que essa influência não foi tão relevante quanto seria de esperar, visto que, como sabemos, o seu ponto de vista sobre os actuais “políticos” se caracteriza pelo distanciamento crítico.

Convém não esquecer que este grupo segue a tendência geral, que é francamente concordante com o significado dos movimentos estudantis das décadas de 1960-1970. Mas importa considerar que, não possuindo as Repúblicas de hoje a mesma influência, ou sequer a mesma presença física na cidade estudantil, que tiveram os seus pares à quarenta anos – são notórias as dificuldades de conduzirem acções colectivas de conteúdo político mais radical e a sua incapacidade de tocar a massa estudantil mais geral –, é possível que isso se traduza no sentimento difuso (que estes resultados parecem indicar) de que esse passado e as suas promessas se esgotaram nos seus próprios limites, daí resultando a convicção de que, na presente conjuntura, os problemas sociais e estudantis exigem outro tipo de respostas.

É certo que – por razões do próprio contexto político e devido a um menor radicalismo e fechamento em termos político-ideológicos – existiram nos anos 60 e 70 condições de luta e uma capacidade de mobilização mais abrangente, o que favoreceu uma maior eficácia na unidade entre as vanguardas organizadas e a massa estudantil da época. Todavia, o facto de tais condições serem hoje impossíveis de realizar, do ponto de vista do sector dos “repúblicos” mais radical, pode contribuir para ampliar esse sentimento de demarcação, que

porventura é corolário da percepção de uma necessidade de desenhar novas rupturas e formas de luta, que pouco têm a ver com esse passado.

Conclusões

A consideração dos movimentos estudantis como objecto autónomo de estudo tem vindo a defrontar-se com uma dupla dificuldade. Se, por um lado, o carácter efémero das suas manifestações os define como práticas sociais dotadas de uma grande mutabilidade, a projecção mediática de muitas das acções que os integram tem levado a produzir explicações de carácter demasiado impressivo, que tão rapidamente adquirem notoriedade pública quanto depressa a perdem, desviando a atenção de uma análise cuidada das circunstâncias objectivas nas quais são produzidas. Naturalmente, os entraves assim colocados ao trabalho de apreensão e de entendimento das suas características formais e dos seus processos apenas tornam mais urgente a definição de estudos criteriosos que só uma investigação aturada permite. Entre o “museu”, no qual repousam os velhos episódios recuperados pela memória, e a “praça pública” que a exposição mediática possibilita, existe, neste campo, todo um conjunto de práticas, feitas de permanências, de rupturas e de transformações, que importa conhecer.

O projecto do qual resultou este livro surgiu, justamente, da percepção desta necessidade, procurando oferecer-lhe uma resposta. Uma primeira conclusão refere-se, pois, ao facto de, no quadro da investigação produzida, ter sido confirmada a existência de aspectos e dimensões do fenómeno até agora não revelados. A apresentação que deles aqui fizemos permite conhecer uma

realidade até agora remetida, em regra, para o território subjectivo da memória de recorte nostálgico ou da observação impressionista.

O aspecto mais evidente deste processo liga-se com o facto de o movimento estudantil, tal qual hoje é socialmente reconhecido, ter sido um produto específico do pós-II Grande Guerra e da emergência, inicialmente definida nos principais países industrializados, de uma cultura juvenil autónoma, produzida no contexto de vivências, de práticas e de valores que se relacionaram com as grandes transformações produzidas nas sociedades e nos seus sistemas educativos. Um dos factores centrais deste processo consistiu no facto de, principalmente dentro do sistema universitário, esta transformação ter passado, em larga medida, pela emergência de um modelo de participação de um tipo inteiramente novo, capaz de, como até então jamais havia acontecido, transformar as lutas estudantis em factor de dinamização do conjunto da actividade cívica.

Ao ocupar-se da dimensão antidisciplinar das formas de recusa ou de reivindicação que apareceram nessa altura no universo estudantil, Julie Stephens sublinhou esse potencial subversivo que elas continham, considerando mesmo que, “como elemento revolucionário”, em determinados ambientes, o trabalhador se encontrava em vias de ser substituído pelo estudante, adquirindo uma potencialidade transformadora que o marxismo originalmente atribuía ao proletário (Stephens, 1998: 25). Em plena década de 1960, aliás, fora já sugerido que os jovens universitários se encontravam a definir uma espécie de “novo proletariado”, socialmente marginalizado e empurrado, por um conjunto de circunstâncias objectivas e subjectivas, para a reivindicação e para a revolta. Gianni Statera irá considerá-los como grupo

híbrido de “emancipados tutelados”, flutuando algures, do lado de fora das estruturas sociais que haviam sido determinadas pela organização da produção, dentro de uma situação de instabilidade que reforçava – em contradição com a função integradora dos sistemas educativos de onde provinham – o seu elevado potencial subversivo (Statera, 1975). E Alberto Melucci acentuará esta ideia, destacando o facto de ter sido ao longo daquele período que os sectores estudantis universitários, ainda que provenientes, em regra, de segmentos economicamente privilegiados, se haviam revelado os primeiros a entenderem as contradições do sistema e a mobilizarem-se para as resolverem (Melucci, 1996).

Radica nesta característica, em larga medida, a forte politização do movimento estudantil internacional durante as décadas de 1960-1970, e, na sua acentuada especificidade, Portugal não constituiu, sob este aspecto, uma excepção. Apesar da limitada dimensão do número de escolas superiores e de estudantes universitários, e das dificuldades de captar influências externas devido à política de fechamento e censura e aos limites do desenvolvimento urbano do país, factores como o autoritarismo do regime, o governo autocrático das universidades, o descontentamento promovido por uma longa e dolorosa guerra colonial, o afastamento das novas gerações em relação à cultura, aos valores “de regime” e às suas políticas educativas, determinaram a rápida integração do movimento estudantil português num clima de crescente politização. Este tendeu a transformar as iniciativas do movimento em gestos de uma natureza estruturalmente contestatária, e, claramente, de enfrentamento do regime. Podemos, assim, concluir também que, nesta fase, o movimento associativo estudantil emergiu com uma grande capacidade

reivindicativa e vocacionado para o confronto. Além disso, numa sociedade marcada por um forte imobilismo estrutural como o era a portuguesa, pode dizer-se que a acção neste domínio funcionou, em diversos momentos, como importante instrumento no despoletar de uma atitude de resistência, de âmbito interno e nacional, à própria continuidade do regime. Como foi referido e explicado de uma forma bastante particularizada na primeira parte, a academia de Coimbra desempenhou neste processo um lugar absolutamente central e exemplar.

Por outro lado, toda a história do movimento estudantil aqui ponderada, desde os anos 60 à actualidade, incorporou, dentro do âmbito no qual se situou este estudo, uma característica constitutiva essencial. Esta, sendo geral, teve reflexos particulares em Portugal, dada a inexistência de uma tradição de práticas democráticas. Se é verdade que a universidade permaneceu como território de formação de elites – como incubadora de quadros, “doutores” e “engenheiros” cujo simples título se afirmou durante muito tempo como indiscutível signo de autoridade, prestígio e privilégio – mesmo para aquém das grandes mudanças operadas ao longo das últimas duas décadas, o movimento estudantil que a integrou manteve-se também, inequivocamente, como uma permanente “escola de democracia”, capaz de formar quadros para o combate político e de treinar hábitos e consciências para o exercício da cidadania. Essa foi, aliás, uma dimensão que atravessou o tempo e que, de alguma maneira, nos permite traçar, pelo menos neste ponto concreto, uma linha de continuidade entre a experiência passada e a actualidade.

Esta tradição, mantida pelo menos desde há meio século, não deixa, porém, de encerrar um conjunto de contradições. Por um lado, no primeiro

tempo observado, constatou-se a afirmação do movimento como espaço de ensaio de um conjunto de práticas de debate e de luta política que encontraram aí uma área única de afirmação. Nesse contexto, a diferença de opiniões, sem dúvida existente, era esbatida em nome da afirmação colectiva de um conjunto de direitos que com grande custo estavam a ser conquistados. Por outro lado, numa fase mais recente, iniciada no período pós-revolucionário e particularmente acentuada a partir da década de 1980, a experiência participativa em colectivo foi-se esbatendo, à medida que os órgãos de “gestão democrática das escolas”, vestígios ainda das conquistas democráticas consagradas nos anos de 1974-1975, foram sendo substituídos por organismos, de carácter associativo ou de intervenção política, essencialmente ligados à actividade dos quadros juvenis das principais forças partidárias. Essa “escola de democracia” parece ter-se então dissociado gradualmente do colectivo, preenchendo funções de formação e afirmação de futuros quadros político-partidários, o que, como aqui se provou, a grande maioria dos estudantes universitários tendeu a menosprezar, no que se transformou num quadro geral de indiferença diante dos combates democráticos e da própria actividade associativa.

A tradição, particularmente aquela que se articula com as formas assumidas pela “sociedade académica tradicional”, particularmente no que se refere à chamada “praxe”, desempenha também, numa abordagem comparativa dos dois momentos aqui em análise, um lugar de grande importância. Pode, no entanto, concluir-se que este relevo manteve sempre uma importância mais associada à sua natureza simbólica do que a uma efectiva presença e influência no quotidiano estudantil.

No primeiro período observado poderão destacar-se duas fases. Uma fechada com a “crise de 69”, época na qual a “praxe” se manteve formalmente em curso, e a outra aberta, nessa altura, com a proclamação, como forma de protesto, de um “luto académico” que inibiu a presença da praxe e das festas académicas na academia de Coimbra praticamente até aos inícios da década de 1980. Todavia, nessa fase, os símbolos académicos e os momentos de carácter lúdico utilizados nesta área foram reduzidos a momentos muito esporádicos. De facto, toda a actividade “praxística” vinha caindo em desuso, contaminada por novos estilos de vida e hábitos democráticos, e afirmava-se, crescentemente, um sector da academia que de todo a recusava, como celebração de uma rigidez hierárquica e de uma supremacia masculina que afastava.

Por sua vez, no segundo período aqui abordado, e após a fase de recuperação e de reafirmação, reaccionária de um ponto de vista histórico e sociológico, vivida ao longo dos anos 80, a praxe académica, no seu sentido mais lato – envolvendo, por exemplo, os símbolos e o vestuário utilizado – manteve-se como um vector da actividade estudantil que, tendencialmente, voltou a assumir um significado importante apenas em ocasiões de carácter comemorativo ou em alguns momentos das lutas estudantis. É disso exemplo a preservação, por parte dos dirigentes da Associação Académica de Coimbra, de um uso constante do traje académico que a generalidade dos dirigentes associativos das outras academias recusava ou então cingia a situações excepcionais. Esta componente continua, de resto, a revelar-se, na actualidade, como um elemento simultaneamente identificador e objecto de controvérsia, exprimindo as clivagens existentes entre a população estudantil.

Particularmente reveladoras da complexidade e contradições cavadas no seio da comunidade académica são as conexões, por vezes de índole paradoxal, que foi possível detectar a partir dos dados recolhidos através do inquérito, no que se refere àquilo que pode ser designado como um “triângulo” de ligações ambíguas entre: os órgãos dirigentes da AAC; a massa dos estudantes; e os residentes nas Repúblicas. E o ressurgimento dos rituais da praxe académica iniciado na década de 1980 não deixa de revelar algumas dessas ambiguidades.

De facto, à medida que as festividades eram retomadas, tanto o uso do traje como os momentos mais proeminentes do ritualismo académico – como a Queima das Fitas e a Festa das Latas – foram-se assumindo cada vez mais num quadro de comportamentos e estilos de vida marcados, acima de tudo, pelos novos modelos de consumo e de individualismo que vêm caracterizando a sociedade portuguesa desde há três décadas. Mas, apesar de podermos conceber a actual sociedade, sobretudo os seus segmentos mais jovens, como marcada pela “busca da excitação” (Elias e Dunning, 1992), o posicionamento da juventude estudantil está longe de revelar uniformidade ou uma propensão para a alienação generalizada. Se a Queima das Fitas, o uso do traje académico e o Cortejo da Latada, continuam a ser apontados como os aspectos mais importantes das festividades académicas, recolhendo a simpatia de uma larga maioria dos estudantes da UC, essa atitude é vivida intensamente, sobretudo nos momentos específicos de celebração, sem que daí se possa concluir que a actual geração manifeste através disso qualquer forma de identificação estável e consistente.

Ao mesmo tempo, a adesão actual às festas académicas surge bem mais fluida do que no passado, podendo a participação nessas actividades ser concebida como descartada do conjunto mais geral dos rituais estudantis. Muito embora as iniciativas festivas atrás referidas constituam hoje momentos decisivos de afirmação e de protagonismo das estruturas dirigentes da AAC – além do mais com os dividendos financeiros que daí se recolhem para a actividade associativa –, os estudantes parecem distanciar-se e olhar com alguma desconfiança para os líderes da sua associação. Isso ficou claro não só devido aos escassíssimos índices de participação nas acções promovidas por esse órgão, mas também no elevado volume de respostas (cerca de 50%) que considera a AAC como “um organismo elitista que promove o acesso à política”. E sublinhe-se, a este propósito, que os estudantes das Repúblicas partilham dessa mesma opinião numa percentagem bem mais acentuada (77%). Parece daqui resultar, como de resto se torna evidente quando se observa o conjunto de dados apresentados na II Parte, uma divergência, se não mesmo um divórcio, entre os dirigentes da associação e o conjunto da população académica. Basta recordar que cerca de 66% dos inquiridos afirmou nunca ter participado numa assembleia magna e à volta de 70% jamais participou em manifestações públicas (estudantis ou de outra natureza).

Todavia, esta situação pode observar-se não apenas através dos resultados obtidos pelo inquérito (como se viu), mas está igualmente ao alcance de qualquer observador atento que acompanhe as iniciativas públicas promovidas pelos organismos dirigentes do movimento estudantil. Acresce que, para além das conhecidas dificuldades de mobilização e da generalizada

escassez de participação cívica e associativa¹⁴ — as quais, evidentemente, não se resumem ao campo estudantil —, a observação atenta e orientada que no decurso do presente projecto direccionámos para os estudantes, analisando as suas rotinas e atitudes quotidianas, permitiu confirmar o referido distanciamento em relação aos seus representantes. Uma vez eleitos, os activistas perdem de modo quase imediato a ligação e o efectivo contacto com as suas bases (se é que anteriormente os possuíam). Estas, passam a olhá-los com desconfiança, e aqueles começam a fechar-se no seu pequeno círculo, remetendo para o exterior as “culpas” e as acusações de indiferença e desinteresse. Neste domínio, tal como foi possível verificar, as atitudes do segmento estudantil das Repúblicas, mostram-se, por um lado, bem mais activos e participativos do que os restantes colegas da UC, mas, por outro, também mais críticos e distantes em relação aos dirigentes associativos e às suas propostas. Esta orientação, minoritária e radicalmente divergente, é ainda mais acentuada no que se refere às praxes académicas, de que os “repúblicos” são os maiores críticos.

A abordagem histórico-sociológica, que privilegiámos neste estudo, pautou-se pela preocupação de conjugar as componentes cultural e sociopolítica para interpretarmos os movimentos estudantis dos dois períodos analisados enquanto veículos portadores dessa duplicidade de elementos, e ao mesmo tempo como processos que permanentemente os reconfiguram, e de certo modo os reinventam. Sendo a dimensão cultural susceptível de conotações polissémicas, importa sublinhar que ela traduz, neste contexto, um duplo sentido. Este, pode ser entendido a partir da duplicidade que resulta da

¹⁴ Apenas cerca de 15% dos inquiridos indicou ser membro de uma qualquer associação, movimento ou partido, à excepção da AAC.

combinação entre modalidades de consumos “culturais”, ligados a práticas como a leitura e a familiaridade com o campo intelectual, artístico e literário, entre outros, por um lado, e o conjunto de práticas, atitudes, estilos de vida e rituais quotidianos, por outro. A este respeito, conforme ficou demonstrado pela informação empírica recolhida em ambos os períodos aqui analisados, e na linha do que mostraram os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, Offe, Melucci, Tilly, Eder, Cohen e Arato, entre outros), a cultura, em qualquer destas acepções, sempre jogou um papel fulcral na estruturação da acção colectiva e do activismo estudantil. E, ao contrário, também foi possível perceber como, quer nos anos 60 quer no tempo presente, a dinâmica dos movimentos suscita recomposições que, para além das estratégias e orientações políticas perseguidas – e sem dúvida de modo mais profundo – ganham um impacto na esfera cultural e na sociedade mais geral que vai muito para além dos seus objectivos de luta reivindicativa, ou mesmo no plano estrito da acção política.

Ora, é justamente à luz destas orientações que é possível interpretar as actuais tendências do associativismo e das culturas juvenis universitárias, sem perder de vista, como é evidente, as lógicas de continuidade e de ruptura entre o passado histórico e a realidade do presente. Vimos como desde a década de 1960 foi possível estimular entre o ambiente académico, apesar dos fortíssimos constrangimentos e dificuldades da época, a procura da cultura crítica, da literatura proibida que só circulava clandestinamente, e outras formas de conhecimento e de expressão não tutelados, e como essa vontade de aceder a uma consciencialização transformadora e situada para lá do que era permitido conseguiu resistir e contaminar importantes sectores do corpo estudantil de

Coimbra, e analisámos o modo como a construção dessas atmosferas de resistência e de “contracultura” tiveram o alcance que tiveram, designadamente porque partiam de uma relação estável, de intimidade, entre o estudante universitário e a cidade universitária.

E hoje podemos observar como essa realidade mudou radicalmente. A sociedade democratizou-se e a Universidade, além de se democratizar na sua gestão e funcionamento, massificou-se e regionalizou-se. Vivemos uma época de excesso, de fluidez, de individualismo e de precariedade. De excesso de ofertas, de informação, de apelo aos consumos, materiais simbólicos e mediáticos; de fluidez, mobilidade e maleabilidade das estruturas sociais e das identidades colectivas; de individualismo e desinteresse perante o outro, o diferente, o migrante, o estranho; de precariedade das relações e vulnerabilidade do indivíduo, marcado por sentimentos de perda, de insegurança e de falta de oportunidades. Porém, a sociedade portuguesa – e com ela o tecido estudantil universitário – permanece atravessada por múltiplos contrastes, entre o velho e o novo, entre o urbano e o rural, o litoral e o interior, a modernidade e a tradição. E neste quadro, Coimbra e a sua Universidade posicionam-se numa região particularmente permeada por este conjunto de tendências e lógicas contraditórias e ambivalentes.

Os estudantes actuais revelaram orientar-se, predominantemente, por valores e expectativas de um projecto de vida “autocentrado”, reconhecem a importância de instituições como a Universidade, a ONU e os Tribunais, relativizando muito abertamente o valor das Repúblicas (onde, recorde-se, habita de facto uma ínfima minoria de universitários “alternativos”), mas também da Igreja e dos Partidos Políticos. Olham com desconfiança para os

seus próprios dirigentes associativos, e participam muito pouco no movimento estudantil ou noutras estruturas organizadas. E mesmo os rituais académicos tradicionais são vividos segundo fórmulas de excitação momentâneas e com uma limitada percepção do seu significado mais profundo, e parecem especialmente alheios à génese histórica dessa tradição. Ao contrário da curiosidade intelectual e do investimento cultural dinamizado pela geração dos *sixties*, percentagens significativas da actual população estudantil de Coimbra afirmam que não lêem livros (18,3%), e mais surpreendente ainda “raramente ou nunca” lêem jornais (32,9% do total da amostra), havendo cursos, como as Ciências Médicas e Farmacêuticas em que esse valor atinge os 48%. No entanto, a esmagadora maioria dos estudantes inquiridos afirma-se preocupada com questões sociais como a Sida e as epidemias, a fome e a miséria, e o desemprego.

Esta geração é na sua larga maioria oriunda da região centro do país, o que nos ajuda a compreender não só o intenso ritmo das deslocações regulares em visitas à família, em geral com regularidade semanal, mas também a recomposição que tem vindo a ocorrer nas origens de classe dos estudantes, ou seja, uma parte não desprezível dos actuais estudantes são filhos de uma classe trabalhadora – segundo os nossos inquéritos, o número de alunos descendentes de “trabalhadores não-qualificados” evoluiu de 31% para 28% entre 2000 e 2005 – com escassas qualificações e em boa parte inseridos em ambientes marcados ainda pelo universo rural. Uma geração, aliás, muito feminizada e em que o peso relativo das raparigas é ainda maior no caso dos estudantes oriundos dos estratos mais baixos da classe de origem.

Assim, a situação traçada ajuda-nos a compreender melhor as profundas alterações que têm vindo a verificar-se nas últimas décadas, desde logo, no que se prende com a recomposição das origens de classe e com o número crescente de estudantes na UC. Mas é sobretudo a ligação entre a comunidade estudantil e a cidade de Coimbra que tem vindo a sofrer nas últimas décadas uma profunda transformação, em larga medida resultante dessas grandes alterações. A dependência económica das famílias, a facilidade de transportes, a proximidade geográfica da residência dos pais constituem factores facilitadores da intensa mobilidade dos estudantes, levando muitos deles a sair de Coimbra à quinta ou à sexta-feira e a regressar à segunda-feira, ficando assim praticamente apenas três ou quatro dias na cidade, tempo esse que necessariamente é ocupado sobretudo com a frequência de aulas e outras actividades lectivas.

Ora, estes aspectos contribuem decisivamente para aumentar o desligamento do corpo estudantil em relação à vida da cidade e a muitas das actividades – lúdicas, culturais, científicas, etc. – que nela decorrem diariamente. Esta é, portanto, uma situação completamente distinta daquela que há trinta ou quarenta anos atrás caracterizava o ambiente urbano e académico na cidade de Coimbra. Se a isto juntarmos todo o conjunto de condições sociais e políticas mais gerais, numa sociedade que, como já foi referido, se debate com toda uma série de problemas, a crise económica, o aumento do desemprego e as crescentes dificuldades de acesso dos jovens (em particular os licenciados) ao mercado de trabalho, a mudança de mentalidades, o afastamento e desinteresse dos cidadãos em relação à vida política, o poder dos *mass media* e a presença das novas tecnologias da

informação, os novos hábitos de consumo e de lazer que hoje modelam os comportamentos e as culturas juvenis, estaremos em melhores condições de compreender as dificuldades – que os dados aqui apresentados puseram em evidência no caso da Universidade de Coimbra – de mobilização e de participação cívica e associativa da juventude universitária, e, ao mesmo tempo, perceber alguns dos principais contrastes entre as gerações das décadas de 1960-1970 e a geração actual.

A feminização da Universidade, por exemplo, vem também emergindo como mais um factor de complexificação, acrescentando novas contradições e até evidenciando situações paradoxais no seio da cultura estudantil e do ambiente académico. Poderia pensar-se que a presença crescente de mulheres no ensino superior traria condições para lançar novas dinâmicas, formas de intervenção e temas de debate no seio do universo estudantil, já que o acesso massivo das raparigas à universidade veio, aparentemente, romper com uma tradição e com todo um contexto académico marcado secularmente pela masculinidade e pelo conservadorismo.

Mas os resultados encontrados neste estudo não nos permitem concluir que se esteja a assistir a uma viragem substancial orientada para uma real valorização e reconhecimento do sector feminino, apesar de ele ser actualmente maioritário na UC e na Universidade portuguesa em geral. De facto, verificou-se que as mulheres continuam, hoje, como no passado, a ser remetidas para um papel secundário em muitos aspectos da vida académica, designadamente no campo das lideranças do movimento e das associações de estudantes, apesar de nos domínios educacional e cultural elas serem melhor sucedidas e mais participativas. Sem esquecer que a *cultura praxística*

continua a veicular todo um conjunto de valores e códigos de conduta profundamente marcados pelo machismo e por uma “mentalidade marialva”, que muitas vezes se traduz na clara ridicularização da condição feminina. Na verdade, as estudantes revelam não só melhores resultados do que os seus colegas rapazes em termos de sucesso escolar como maior apetência para a leitura, são mais críticas dos excessos da praxe e da violência que ela encerra, e mostram-se mais assíduas na participação em eventos e espectáculos de natureza cultural (além de frequentarem mais assiduamente as aulas, como se viu no projecto anteriormente desenvolvido no CES; veja-se Estanque, 2005). Por seu lado, o segmento masculino está mais presente na actividade cívica, política e associativa, e revela-se menos crítico em relação às actividades da praxe académica, além de continuar a manter uma posição hegemónica nas estruturas dirigentes, tanto nas faculdades como a nível central, nos organismos da AAC.

As representações dos actuais estudantes sobre os movimentos dos anos 60 exprimem um aparente reconhecimento da importância social dessas experiências – mostrando concordar com o alcance que elas possuíram na democratização do país e da Universidade –, muito embora os dados deixem perceber que, para a geração de hoje, a influência desse passado nas actuais dinâmicas estudantis seja escassa (apenas 38% das respostas apontam em sentido contrário). Há, todavia, algumas contradições e clivagens, notórias entre segmentos e sensibilidades distintas que coexistem, agora como antes, no seio dos estudantes da UC.

Um dos sectores que hoje revela maiores índices de activismo e participação associativa, os residentes nas Repúblicas, atribui grande

importância a essas lutas académicas, mas parece reconhecer nelas um impacto sobretudo institucional (isto é, na influência que tiveram na formação da actual “classe política”), e portanto com uma conotação negativa, enquanto que as promessas emancipatórias que encarnaram no passado terão saído goradas, pelo menos parcialmente. Neste sentido, poder-se-á dizer que a memória desse período de vivências radicais e idealistas se assume, hoje, como um mero simulacro que, para uns é mistificado ou até exaltado como referência (apesar de largamente distorcida), enquanto que para outros o imaginário sobre esse período, além de ser remetido para o baú das velharias, possui um alcance irrelevante perante os actuais problemas sociais e associativos.

Deste modo, pode concluir-se que ao compararmos os dois períodos analisados se detectam linhas de ruptura e de continuidade ao nível das práticas e das dinâmicas do movimento estudantil. Da parte das actuais lideranças do associativismo, por exemplo, embora estas reconheçam as dificuldades de mobilização e a relativa indiferença da massa dos estudantes, tem-se manifestado uma crescente preocupação em capitalizar a memória das experiências do passado. Porém, elas funcionam, ao mesmo tempo, no quadro de esquemas organizativos, de linhas programáticas e de orientações subjectivas que são, essencialmente, de ruptura com esse passado. Trata-se de uma lógica sociocultural que, no plano político, encerra dilemas difíceis de ultrapassar. Pretende-se recuperar a memória e a identidade de um passado cada vez mais distante, que tende cada vez mais a esbater-se, ao mesmo tempo que ambas são revistas, e revisitadas, a partir de leituras do presente e de acordo com objectivos que este coloca. Tal como emerge no discurso das

actuais lideranças, esse passado revela contornos algo nebulosos, moldados pelos seus objectivos imediatos e pelas actuais necessidades, mas nunca deixa de estar presente.

Neste momento, pois, instala-se uma contradição profunda nas práticas culturais, nas lógicas de representação, nas linhas programáticas e nas práticas democráticas presentes na sociedade estudantil de Coimbra. Numa lógica de intensa e rápida transformação da comunidade universitária, recentemente intensificada e complexificada com as grandes transformações introduzidas pelo processo de Bolonha, as práticas de cidadania inerentes à própria condição estudantil oscilam entre a tradição — como vimos, localmente omnipresente — e a mudança, que a comunidade estudantil reconhece, mas os dirigentes e os órgãos representativos da academia tentam adaptar a lógicas que parecem ter cumprido o seu trajecto histórico. Porém, tal como ficou aqui provado, o meio estudantil não mergulhou numa espiral de indiferença e de alheamento em relação aos problemas gerais da sociedade e da universidade: o que se passa é que estes nem sempre parecem coincidir com aqueles que lhes são apresentados pelas estruturas que, formalmente, os representam. Ou com aqueles que os *media* lhes atribuem.

Entre uma e outra destas formas de percepção da realidade e de nela intervir, o passado “épico” dos combates da década de 1960-1970 parece afirmar-se como factor de unidade e exemplo de esperança. Resta saber — mas já não foi este o nosso propósito — por quanto tempo tal situação de ambiguidade poderá manter-se. Os novos e profundos horizontes de mudança hoje em curso no ensino superior ditarão até que ponto, no ciclo que agora se abre para a juventude universitária portuguesa e europeia, a ruptura instalada

nos meios académicos há quarenta anos atrás poderá ou não ser reinventada e influir nos desafios futuros do movimento estudantil e da própria Universidade. Perante os problemas globais do mundo actual, tanto do primeiro como da segunda esperam-se respostas à altura desse desafio. Porque a indiferença dos estudantes perante a vida pública e associativa será sempre sinónimo de fraqueza da instituição universitária e, conseqüentemente, da própria democracia.

Bibliografia

Publicações Periódicas:

Almanaque, O Anti-Colonialista, Avante!, O Badalo, O Castanheirense, Comércio de Arganil, Comércio do Funchal, Diário As Beiras, Diário de Coimbra, Diário de Notícias, Encontro, Folha Comunista, O Grito do Povo, Jornal de Arganil, Luta Popular, O Ponney, Os Povos das Colónias Vencerão!, Resistência, Via Latina, A Voz.

Outras Publicações

AAVV (1970), *Igualdade Radical Para a Mulher*. Coimbra: Livraria Almedina.

Abrunhosa, Octávio (2001), *Coimbra... ontem! (1945-1951)*. Coimbra: Almedina.

Antero de Quental: In Memoriam (1993), pref. Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Presença - Casa dos Açores.

Bakhtin, Mikhail (1999), *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo/ Brasília: EDUNB/ HUCITEC.

Balsa, Casimiro, et al. (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri/ CEOS.

Barreto, António (Org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1996*. Volume I. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Barreto, António (Org.) (2000), *A Situação Social em Portugal. 1960-1999*. Vol. II. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

Battagliola, Françoise (2000). *Histoire du Travail des Femmes*. Paris: La Decouverte.

Bebiano, Rui (2002), “As Esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial”, *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias - Universidade Aberta. 293-313.

Bebiano, Rui (2003) “A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66. Coimbra: CES, pp.151-163

Bebiano, Rui (2003), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.

Bebiano, Rui (2003b), “Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 151-163.

Bebiano, Rui (2006), “Contestação do Regime e Tentação da Luta Armada sob o Marcelismo”, in *Revista Portuguesa de História*, 37. 65-104.

- Bebiano, Rui (2007), "Coimbra: a luta estudantil e o património identitário da cidade", in *Um Século de Lutas Académicas*, coord. de Amadeu Carvalho Homem. Coimbra: Editorial Moura Pinto. 123-150.
- Bebiano, Rui e Silva, Alexandra, (2004) "A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa", *Revista de História das Ideias*, 25, Coimbra. 423-454.
- Boren, Mark Edelman (2001), *Student Resistance. A History of the Unruly Subject*. New York: Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean Claude (1964), *Les héritiers : les étudiants et la culture*. Paris : Éditions de Minuit.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Caiado, Nuno (1990), *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: I.E.D.
- Cardina, Miguel (2005), *A Politização do Meio Estudantil Coimbrão durante o Marcelismo*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: edição do autor.
- Cardina, Miguel (2006), *Tradição, Sociabilidades, Compromisso: mutações na auto-imagem estudantil durante o período final do Estado Novo*. [<http://cjuvenis.ces.uc.pt/detalhesDocEstudos.aspx?id=52&Page=0>].
- Cardina, Miguel (2007), "Activismo Estudantil em Coimbra durante o Marcelismo", in *Um Século de Lutas Académicas*, coord. de Amadeu Carvalho Homem. Coimbra: Editorial Moura Pinto. 85-122.
- Caron, Jean-Claude (1999), *A l'École de la Violence. Châtiments et Sevices dans l'Institution Scolaire au XIXème Siècle*. Paris: Aubier.
- Carreiro, Teresa (2004), *Viver numa República de Estudantes de Coimbra. Real República Palácio da Loucura. 1960-70*. Porto: Campo das Letras.
- Carvalho, Gustavo Martins de (1902), *A Praxe Académica*. Apello. Coimbra: s.e.
- Castelo-Branco, Salwa El-Shawan, e BRANCO, Jorge Freitas (2003), *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cott, Nancy F. (1989), *The Grounding of Modern Feminism*. Yale: Yale University Press.
- Crompton, Rosemary (1997), "Diferença sexual e análise de classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 23-43.
- Cruzeiro, Celso (1989), *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- Cruzeiro, Manuela, e Bebiano, Rui (Orgs) (2006), *Anos Inquietos*. Porto: Afrontamento.

- Cruzeiro, Maria Eduarda (1970), “A população universitária portuguesa: uma nota estatística”, *Análise Social*. 32 (VIII), 721-740.
- Cruzeiro, Maria Manuela; e Bebiano, Rui (2006), organização e prefácios de, *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto. Afrontamento.
- Curado, António (2000), *Coisas sobre Coimbra. O Pica e a Briosa*. Coimbra: Almedina.
- Dias, Mário Rui Gonçalves (2006), “O Tempo e o Modo”: *um itinerário ensaístico de um receptor da modernidade*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: edição do autor
- Drago, Ana (2004), *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil "antipropinas"*. Porto: Afrontamento.
- Drago, Ana; e Lopes, João Teixeira (2003), “Bem-vindos ao presente. Uma nova juventude em busca de uma acção política habitável”, *Manifesto*. 2, 62-73.
- Elias, Norbert (1989), *O Processo Civilizacional*. Lisboa, D. Quixote.
- Elias, Norbert; e Dunning, Eric (1992), *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Ergas, Yasmine (1995), “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”, *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5 – O Século XX. Dir. de Françoise Thébaud. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: práticas e subjectividades de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2003), “O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in Cabral, M. Villaverde (org.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Estanque, Elísio (Coord.), et al., (2005), *Universidade de Coimbra – Desafios para o século XXI: um estudo sociológico*. Relatório de Pesquisa (mimeo). Coimbra: CES
- Estanque, Elísio e Nunes, João Arriscado (2003), “Dilemas e desafios da Universidade: Recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, 5-44.
- Estanque, Elísio; José Manuel Mendes (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Faria, Cristina (2000), *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-1932)*. Lisboa: Colibri.
- Fernandes, António Teixeira (2003) “Valores e atitudes religiosas”, in Vala, Jorge, M. V. Cabral e Alice Ramos (Orgs.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Ferrão, João (1985), "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", *Análise Social*, nº87-88-89, Lisboa: ICS.
- Fiske, John (1989). *Understanding Popular Culture*. London: Routledge.
- Fontes, Paulo F. Oliveira (1999), "Universidade e Estado Novo nos Anos 50: a Crise Académica de 1956-1957 e o movimento estudantil", in *Maio de 1968: 30 Anos Depois. Movimentos estudantis em Portugal*. coord. Maria Cândida Proença. Lisboa: Colibri. 139-170.
- Foucault, Michel (1977), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editorial Vozes.
- Frias, Aníbal (2003), "Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 81-116.
- Garrido, Álvaro (1996), *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo. Coimbra, 1962*. Coimbra: Minerva.
- Giddens, Anthony (1985), "Time, Space and Regionalization", in Gregory e Urry (eds.), *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: MacMillan.
- Gitlin, Todd (1987), *The Sixties. Years of Hope, Days of Rage*. New York: Bantam Books.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1987), *A mulher na Universidade de Coimbra: alguns dados para uma investigação*. Coimbra: Almedina.
- Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Grácio, Rui (1989), "Moral e Política na Academia de Coimbra. Crónica documentada de uma polémica no dealbar dos anos 60", *Vértice*. II Série, 15, 69-85.
- Grácio, Rui (1990), "A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil", *Portugal Contemporâneo*. Dir. de António Reis. Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa. 221-258.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*. Lisboa: EDUCA/ Formação.
- Homem, Amadeu Carvalho (2007), "A Crise Académica de 1907 e o Franquismo", in *Um Século de Lutas Académicas*. Coimbra: Editorial Moura Pinto. 9-83.
- Jameson, Fredric (1984), "Periodizing de 60s", *The 60s without Apology*. Sohnya Sayres e Anders Stephenson, eds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 178-209.
- Jorge, Filipe, e Bandeirinha, José António Bandeirinha (2003), *Coimbra vista do céu*. Lisboa: Argumentum.
- Judt, Tony (2007), *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lamy, Alberto Sousa (1990), *A Academia de Coimbra. 1537-1990*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Lopes, António Rodrigues (1982), *A sociedade tradicional coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*. Coimbra: ed. do autor.

- Lopes, Joana (2007), *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*. Porto: Ambar.
- Lourenço, Gabriela; Costa, Jorge; PENA, Paulo (2001). *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura. 1956-1974*. Lisboa: Associação 25 de Abril.
- Machado, Fernando Luís *et al.* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, 45-80.
- Machado, Fernando Luís *et al.*, (1990), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 189-209.
- Martins, Raúl Fernandes (1984), *Coimbra. Recordações de um Estudante*. Coimbra: ed. autor.
- Marwick, Arthur (1999), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c. 1958-c. 1974*. Oxford: Oxford University Press.
- Mauritti, Rosário (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 85-116.
- Melo, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Melucci, Alberto (2001). *A Invenção do Presente. Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Mendes, José Manuel de Oliveira (2001), “Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade e das desigualdades sociais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 79-102.
- Movimento Estudantil e a Escola do Capitalismo (O). Antologia* (1972). Coimbra : Livraria Almedina.
- Namorado, Rui (1989), “Crónica da Crise de 69 – Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 27/28, 63-124.
- Namorado, Rui (1989), “Para uma Universidade Nova – Crónica da Crise de 1969 em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, 63-98.
- Nunes, Adérito Sedas (1965), “O diálogo das gerações”, *Brotéria*. 6 (LXXX), 732-742.
- Nunes, Adérito Sedas (1968), “O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento”, *Análise Social*. 22-23-24 (VI), 386-474.
- Nunes, Adérito Sedas (1968b), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, *Análise Social*. 22-23-24 (VI), 295-385.
- Nunes, Adérito Sedas (s.d.), *A Situação Universitária Portuguesa. Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Horizonte.
- OCES - Observatório da Ciência e do Ensino Superior (2006), *Sucesso escolar no ensino superior: diplomados em 2003-2004*. Publicações OCES.

- OECD (2004), *Education at a Glance: OECD Indicators 2004*. OECD Editions.
- Oliveira, César de (1993), *Os Anos Decisivos. Portugal 1962-1985. Um testemunho*. Lisboa: Editorial Presença.
- Oliveira, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a bourgeois critique*. Londres: Tavistock.
- Pires, Januário (1994), *Contributo para o estudo da Via Latina (1937-1969) durante o Estado Novo*. Coimbra: Faculdade de Letras (dissertação de mestrado policopiada).
- Prata, Manuel Alberto Carvalho (1993), “A praxe na Academia de Coimbra. Das práticas às representações”, *Revista de História das Ideias*. 15, 161-76.
- Prata, Manuel Alberto Carvalho (2002), *Academia de Coimbra (1880-1926). Contributo para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Proença, Maria Cândida, coord. (1999), *Maio de 1968 trinta anos depois. Movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Colibri – IHC.
- Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). 1º Volume. Enquadramento Geral* (1988). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Rosmaninho, Nuno (2001), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Dissertação de doutoramento. 2 vols. Coimbra: ed. do autor.
- Sampaio, Armando (1974), *Coimbra onde uma vez...* Portalegre: ed. autor.
- Santana, Paula (1996), “Mobilidade e organização do espaço urbano de Coimbra”, *Cadernos de Geografia*, número especial. 57-66.
- Santos, L.; Almeida, L. S. (2001), “Vivências académicas e rendimento escolar: Estudo com alunos universitários do 1º ano”, *Análise Psicológica*, XIX (2), 205-217.
- Sardica, José Miguel (1999), “Combate Político e Renovação Cultural: a Greve Académica de 1907”, in *Maio de 1968: 30 Anos Depois. Movimentos estudantis em Portugal*. Coord. Maria Cândida Proença. Lisboa: Colibri. 31-76.
- Savage, Jon (2007), *Teenage. The Creation of Youth. 1875-1945*. London: Chatto & Windus.
- Seixas, Ana Maria (2003), *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: a inevitável presença do Estado*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Silva, Armando Carneiro da (1968), “Evolução populacional coimbrã”, *Arquivo Coimbrão*. 23, 193-305.
- Smith, Dorothy (1999), *Writing the Social: Critique, theory and investigations*. Toronto: Toronto University Press.
- Sohn, Anne-Marie (2001), *Âge Tendre et Tête de Bois. Histoire des Jeunes des Années 1960*. Paris: Hachette.

- Stephens, Julie (1998). *Anti-Disciplinary Protest. Sixties radicalism and postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thrift, Nigel (1996), *Spatial Formations*. Londres: Sage.
- Torgal, Gonçalo Reis (2003), *Coimbra: boémia da saudade*. 4 vols. Coimbra: ed. do autor.
- Valente, Vasco Pulido (2000), *Glória: biografia de J. C. Vieira de Castro*. Lisboa: Gótica.
- Wilson, Elizabeth (1985), *Enfeitada de Sonhos*. Lisboa: Edições 70.
- Witz, Anne (1993). "Women at Work", in *Introducing Women's Studies*. Dir. de Diane Richardson e Victoria Robinson. London: MacMillan Press. 272-302.
- Wright, Erik Olin (1983), "O que é o neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-40.
- Xavier, Alberto (1962), *História da Greve Académica de 1907*. Coimbra: Coimbra Editora.

ANEXOS

QUADRO A1: Naturalidade e residência do agregado familiar

Região / País	Naturalidade		Resid. Agregado Familiar	
	N	%	N	%
Concelho de Coimbra	627	22,0	569	20,0
Resto do Distrito de Coimbra	331	11,6	427	15,0
Resto da Região Centro	886	31,0	1004	35,2
Resto do País	716	25,1	719	25,2
PALOP	86	3,0	72	2,5
Outros Países	209	7,3	60	2,1
Total (N)	2855	100	2851	100

QUADRO A2: Escolaridade dos pais

Grau de Escolaridade	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Sem Escolaridade	42	1,5	80	2,8
1º ciclo (4ª classe)	884	31,3	828	29,2
2º ciclo (Preparatório)	199	7,0	228	8,0
3º ciclo (9º/antigo 5º ano)	402	14,2	420	14,8
Secundário (11º ano/antigo 7º)	330	11,7	282	9,9
Complementar (12º ano)	285	10,1	228	8,0
Curso Médio/Bacharelato	154	5,5	189	6,7
Licenciatura ou superior	505	17,9	568	20,0
Não sabe/Não responde	24	0,8	15	0,5
Total (N)	2825	100,0	2838	100,0

QUADRO A3: Escolaridade dos pais, segundo a residência (%)

Residência	Nível de Escolaridade							
	Ensino Primário		2º a 3º Ciclo		Ensino Secundário		Curso Médio/Superior	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Concelho de Coimbra	19,5	21,0	14,5	13,5	20,8	19,0	44,2	35,7
Resto do Distrito de Coimbra	37,8	37,2	26,9	30,5	24,4	15,1	9,9	16,8
Resto da Região Centro	36,6	35,2	24,0	25,6	22,1	18,5	17,2	20,4
Resto do País	35,0	32,2	19,8	22,9	21,9	18,5	22,5	26,0
PALOP	31,8	42,0	21,7	17,3	14,4	10,1	24,6	26,1
Outros Países	30,5	28,8	20,4	15,3	13,6	20,4	32,2	32,2
Total	32,8	32,0	21,4	22,9	21,8	18,0	23,3	26,6

QUADRO A4: Escolaridade dos pais, segundo o sexo (%)

Sexo	Nível de escolaridade do pai e da mãe							
	Ensino Primário		2º a 3º Ciclo		Ensino Secundário		Curso Médio/Superior	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Feminino	33,6	32,1	22,4	25,3	21,7	18,4	21,3	23,6
Masculino	31,2	31,7	19,1	18,4	21,8	17,3	27,1	32,3
Total	32,8	32,0	21,3	22,9	21,8	18,0	23,4	26,6

QUADRO A5: Condições de residência em Coimbra (%)

Condições	%
Em quarto alugado a particulares	23,3
Em apartamento arrendado (c/ colegas)	29,5
Em residência universitária	9,4
Em apartamento próprio (ou dos pais, mas independente)	8,8
Numa República (ou Solar)	2,0
Em casa dos pais (em co-habitação)	24,4
Em casa de outros familiares	2,4
Outra	0,2
Total (N)	100,0 (2848)

QUADRO A6: Zona de residência em Coimbra (%)

Zona da cidade	%
No centro histórico da cidade (Alta, Baixa)	22,6
Num bairro dentro da cidade	55,6
Numa zona periférica da cidade	10,8
Fora da cidade mas no concelho	3,7
Fora do concelho de Coimbra	7,2
Total (N)	100,0 (2801)

QUADRO A7: Tipo de jornais que lê (%)

Género de jornais	% *
Diários Nacionais	44,1
Semanários Nacionais	9,3
Desportivos	21,2
Culturais	0,1
Regionais	15,0
Musicais	0,6
Universitários	4,6
Estrangeiros	1,2
Economia	2,7
Política	0,5
Religiosos	0,1
Outros	0,5
Total (N)	100 (3207)

* Percentagens relativas dos que afirmaram ler jornais regularmente ou muitas vezes (39% do total).

QUADRO A8: Estilos de literatura que leu (%)

Género de livros	% *
Aventura	40,1
Contos e Romances	61,6
Ficção Científica	21,7
Divulgação Científica	16,5
Banda Desenhada	15,2
Policial	24,6
Biografias e Diários	27,7
História	18,3
Ensaio	5,6
Poesia	13,8
Teatro	2,9
Outro	4,9
Total (N)	100,0 (2862)

* Percentagens relativas dos que responderam “sim” à pergunta “costuma ler livros?” (81,7% do total).

QUADRO A9: Experiência associativa no secundário, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Sim	Não	Total	
			N	%
Artes/Letras	54,9	45,1	288	100
Direito	56,0	44,0	377	100
Economia/Gestão	39,3	60,7	206	100
Ciências Sociais	53,8	46,2	892	100
C. Natur/ Matemática	55,7	44,3	61	100
Medicina/Farmácia	52,8	47,2	498	100
Engenharias	47,6	52,4	378	100
Desporto	71,4	28,6	84	100
C. Inform/ Comunicação	60,0	40,0	65	100
Total	52,9	47,1	2849	100

QUADRO A10: Tipo de experiência associativa no secundário (%)

Tipo de experiência	N	% *
Jornal ou Revista da Escola	300	10,5
Rádio	182	6,4
Grupo de Teatro	277	9,7
Juventude Partidária	136	4,8
Lista ou Membro de AE	582	20,3
Banda ou Grupo Musical	182	6,4
Clube Desportivo	605	21,1
Actividades Ligadas à religião	286	10,0
Escuteiros	165	5,8
Outras	145	5,1

* Percentagens relativas dos que responderam "sim".

QUADRO A11: Membro de movimento cívico e/ou político (%)

Filiação	%
Sim	15,6 (444)*
Não	84,4 (2402)
Total (N)	100 (2846)
Categorias	% *
Juventude Partidária	46,2
Partido Político	16,5
Associação Cultural	9,0
Associação Cívica	7,6
Associação Juvenil	3,9
Outros	16,8
Total (N)	100

QUADRO A12: Relacionamento entre colegas de curso, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Solidariedade Geral	Entreajuda Selectiva	Competição Parcial	Competição Geral
Artes/Letras	30,6	45,6	17,8	6,0
Direito	19,3	39,9	28,7	12,1
Econ/Gestão	35,4	48,5	14,6	1,5
C. Sociais	25,1	49,4	19,5	6,0
C. Nat/ Matemática	37,1	45,2	12,9	4,8
Med/Farmácia	31,2	47,7	17,6	3,4
Engenharias	44,7	40,0	12,8	2,1
Desporto	51,2	49,0	9,8	0,0
C. Inform/Comun	37,9	48,5	13,6	0,0
Total	30,6	45,8	18,4	5,2

QUADRO A13: posicionamento político no leque esquerda-direita, segundo a área de formação (%)

Área de Formação	Extrema-Esquerda (1)	Esquerda (2)	Centro-Esquerda (3)	Centro (4)	Centro-Direita (5)	Direita (6)	Extrema-Direita (7)	Total
Artes/Letras	5,7	22,7	21,6	30,7	8,0	5,7	5,7	100
Direito	3,9	11,2	23,3	34,6	18,5	6,2	2,2	100
Econ/Gestão	4,6	11,2	20,3	31,0	16,8	10,2	6,1	100
C. Sociais	7,6	17,9	22,4	31,7	12,5	5,7	2,3	100
C. Nat/ Matem	1,7	18,3	23,3	36,7	13,3	5,0	1,7	100
Med/Farmácia	2,5	8,8	23,4	36,6	16,4	9,9	2,3	100
Engenharias	1,9	12,2	23,0	33,0	18,8	8,6	2,5	100
Desporto	2,6	14,1	12,8	48,7	15,4	3,8	2,6	100
C. Inform/Com	11,3	9,7	14,5	35,5	19,4	6,5	3,2	100
Total	4,9	14,4	22,1	33,6	14,9	7,2	2,9	100

QUADRO A14: Atitudes perante os problemas sociais, segundo a área de formação (%)*

Problemas sociais	Área de Formação									
	Artes/ Letras	Direito	Econ/ Gest.	C. Soci	C. Nat/ Matem	Med/ Farm.	Eng,	Desp.	C. Inf Com.	Total
Toxicodependência	85,8	90,1	86,8	85,5	94,9	89,2	83,5	86,9	86,3	86,9
SIDA, epidemias	95,4	96,5	93,1	91,7	98,4	94,3	92,0	92,9	92,4	93,5
Poluição ambiental	91,9	93,3	90,7	91,6	93,2	92,2	89,9	92,8	93,9	91,7
Racismo	87,0	87,0	77,9	85,0	90,0	84,8	87,6	84,5	81,8	84,0
Conflitos étnicos/religiosos	92,7	81,9	70,5	81,7	89,9	82,0	70,7	82,2	86,2	79,9
Desigualdade de género	69,8	72,1	61,4	69,8	70,7	66,4	53,9	55,4	69,7	66,6
Respeito pela orientação sexual	72,1	75,5	64,3	76,8	78,0	76,1	56,8	75,9	71,3	72,3
Pobreza/Fome	95,4	94,6	93,1	93,7	100,0	94,1	89,3	94,1	89,4	93,4
Educação sexual nas escolas	51,3	66,5	58,3	64,8	60,3	52,6	46,1	70,2	66,7	59,7
Política Educativa	71,5	78,5	69,6	68,7	81,4	66,3	61,1	73,8	71,2	69,4
Acesso à Habitação	77,0	77,7	80,4	79,0	96,7	76,4	70,7	81,0	84,9	77,7
Guerra	83,6	86,2	76,7	84,1	72,9	80,7	75,2	72,7	76,9	81,3
Descriminalização do Aborto	73,8	77,7	63,2	74,7	61,0	66,4	60,1	72,7	73,4	70,4
Criminalidade	83,7	89,4	83,1	84,4	90,0	85,8	77,3	84,5	86,3	84,4
Desemprego	90,0	95,1	91,1	92,2	96,7	91,9	87,0	94,0	86,2	91,5
Clonagem/ manipulação genética	45,7	58,7	48,5	50,5	59,3	65,1	43,1	50,0	57,6	52,8
Imigração clandestina/ tráfico de pessoas	74,9	84,9	71,3	75,8	86,4	77,4	69,6	69,9	77,2	76,1
Defesa do Património	65,4	64,9	64,8	62,5	69,5	61,1	63,3	64,3	64,6	63,4
Pedofilia/Abuso Sexual de menores	91,5	93,2	87,5	88,8	96,7	91,0	87,4	91,7	84,8	89,9

- Estes valores somam as respostas “importante” e “muito importante”.